

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Ana Cláudia Castello Branco Rena

MATERNIDADE E FEMINILIDADE:
um estudo da subjetividade de mães negligentes na assistência social

Belo Horizonte
2012

Ana Cláudia Castello Branco Rena

**MATERNIDADE E FEMINILIDADE:
um estudo da subjetividade de mães negligentes na assistência social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli
Co-orientação: Nádya Laguárdia de Lima

Belo Horizonte
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R393m Rena, Ana Cláudia Castello Branco
Maternidade e feminilidade: um estudo da subjetividade de mães negligentes na assistência social / Ana Cláudia Castello Branco Rena. Belo Horizonte, 2012.
154f.

Orientador: Roberta Carvalho Romagnoli
Coorientadora: Nádia Laguárdia de Lima
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Maternidade. 2. Feminilidade. 3. Assistência social. 4. Violência doméstica. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Lima, Nádia Laguárdia. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 159.9-055.2

Ana Cláudia Castello Branco Rena

MATERNIDADE E FEMINILIDADE: um estudo da subjetividade de mães negligentes na assistência social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Roberta Carvalho Romagnoli (Orientadora) – PUC Minas

Andréa Máris Campos Guerra – UFMG

Jaqueline de Oliveira Moreira – PUC Minas

Belo Horizonte, 31/05/2012

Dedico esse trabalho àqueles que me permitiram experimentar a maravilhosa aventura da maternidade, Clarice, Lucas e Ana Clara.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Renna e Maria de Lourdes Castello Branco Renna, a minha gratidão e o meu amor por uma vida inteira de atenção e cuidados.

Agradeço a todas as mulheres que atendi e que me permitiram fazer parte de suas vidas e da vida de suas famílias. Esse trabalho foi possível na medida da generosidade de cada uma delas.

Aos colegas Gilson e Silvana, gerentes da Secretaria de Assistência Social da Regional Barreiro – Prefeitura de Belo Horizonte, por me permitirem o acesso aos arquivos do serviço.

Ao Fábio, meu marido e companheiro incondicional em todos os momentos, pela tolerância, atenção e carinho nessa caminhada.

À minha irmã, Maria Carmen pela revisão cuidadosa desse trabalho e pelo carinho nos momentos de desânimo.

Agradeço também à minha coordenadora, Gesse Alves Dornellas e a todos os colegas da ARCA pela compreensão, tolerância e solidariedade, por terem se desdobrado nas minhas ausências para que o trabalho seguisse seu curso sem prejuízo para as nossas criança e adolescentes.

Por fim, um agradecimento muito especial às minhas professoras Roberta Romagnoli e Nádia Laguardia, mais que orientadoras, parceiras na minha caminhada acadêmica.

*"Toda dor pode ser suportada se
sobre ela puder ser contada uma
história".*

Hannah Arendt

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o estudo da organização subjetiva da mãe agressora acompanhada nos serviços da Assistência Social no Município de Belo Horizonte, articulando-a à construção social da maternidade no momento atual. Neste trabalho, nos dedicamos a aprofundar nossa compreensão acerca da relação entre o feminino e a maternidade e da relação entre essa articulação e o aspecto da violência que se expressa pela negligência aos filhos. Para tanto, apresenta em um primeiro momento os aspectos históricos e sociais da maternidade, contextualizando-a na contemporaneidade. Em um segundo momento analisa a subjetividade feminina focando nos conceitos de feminilidade, maternidade e violência. Esses conceitos são abordados a partir da psicanálise lacaniana. Realizamos ainda uma pesquisa de campo através de um estudo de caso atendido no Serviço de Orientação, Apoio e Proteção Sócio-Familiar (SOSF) da Secretaria Adjunta de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte - Regional Barreiro. Destacamos nessa análise os seguintes indicadores: exercício da maternidade, emergência da negligência e intervenção profissional, examinado a atuação da rede de serviços e dos técnicos envolvidos. Concluimos que, em alguns casos, escutar a mulher em suas questões subjetivas é essencial para que a mesma possa resignificar sua relação com os filhos e sua experiência de maternidade. Concluimos também que não bastam a normalização e a excessiva legalização das relações familiares para interromper as situações de violência contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico. São necessários outros dispositivos que façam convergir a proteção às crianças e aos adolescentes e a promoção dos laços de afeto na família.

Palavras chave: Maternidade. Feminilidade. Negligência. Assistência Social.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme the study of the subjective organization of the aggressor mother accompanied on the Social services in the city of Belo Horizonte, linking it to the social construction of motherhood in the present moment. In this work, we devote ourselves to deepen our understanding on the relationship between femininity and motherhood and on the relationship of this joint with the aspect of violence expressed by the neglect towards the children. It presents at first the historical and social aspects of motherhood, contextualizing it in contemporary times. In a second step it analyzes the female subjectivity by focusing on the concepts of femininity, motherhood and violence. These concepts are discussed in view of lacanian psychoanalysis. We also performed a field research, studying a case from the Orientation, Support and Social-Family Protection Service (SOSF) from the Social Assistance Secretary of Belo Horizonte – Barreiro Regional. We underscore the following indicators on this analysis: the exercise of motherhood, the emergence of negligence and the professional intervention, examining the performance of the network of services and of the technicians involved. We conclude that in some cases listening to a woman in her subjective issues is essential in her reframing of the relationship with her children and of the experience of motherhood. We also conclude that the standardization and excessive legalizing of family relationships are not enough to stop situations of violence against children and adolescents in the household. Other devices are needed to make converge the protection of children and adolescents and to promote the bonds of affection in the family.

Keywords: Motherhood. Femininity. Negligence. Social Assistance.

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

ARCA - Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT - Conselho Tutelar

CT/NE - Conselho Tutelar Regional Noroeste

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

NOB - Norma Operacional Básica

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEFI - Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos

PBF - Programa Bolsa Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS - Plano Nacional de Assistência Social

SOSF - Serviço de Orientação Sócio-Familiar

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: CAMPO DE INTERSEÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.....	24
2.1 Breve apresentação do campo da Assistência Social	24
2.2 A matricialidade sócio-familiar e sua efetivação proteção social especial..	35
2.3 A família: um mosaico de possibilidades	44
3 A MULHER E A MATERNIDADE NA TEORIA PSICANALÍTICA.....	59
3.1 No princípio era Freud: as primeiras incursões da psicanálise ao feminino	59
3.2 Lacan e o universo feminino: a exigência do “uma a uma”	71
3.3 Gozo feminino: próximo de Deus, longe de ser decifrado	79
3.4 Maternidade: a divisão da mulher que se expressa no real	87
3.5 O amor materno e seu destino trágico	103
4 MATERNIDADE E VIOLÊNCIA: TERMOS INCONCILIÁVEIS?	108
4.1 Sobre a violência e suas múltiplas faces	109
4.2 Negligência: a face velada da violência	114
4.3 A atuação do profissional e a circulação do caso na rede.....	134
4.4 Fim do acompanhamento	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS.....	149

1 INTRODUÇÃO

A mulher tem sido, com freqüência, tema de interesse de pesquisadores e estudiosos, a partir dos mais variados aspectos e dimensões. Sua relação com o trabalho, com o amor, com o próprio corpo e sexualidade, sua posição e movimentação nos espaços sociais, sua dimensão materna, entre tantos outros aspectos, instigam não apenas o pensamento acadêmico, mas também outras percepções, como a arte. É fato que as últimas décadas assistiram a uma inegável revolução feminina, às vezes barulhenta e pública como as produzidas pelos movimentos feministas ao redor do mundo, mas a maior parte delas silenciosa, privada e feita de pequenos gestos no interior das famílias ou no cotidiano do trabalho.

Todo movimento e transformação trazem consigo novos desafios e dificuldades a serem enfrentadas. Dentro de uma nova realidade de crescimento e produção do sujeito feminino, as velhas formas são agora reinventadas de maneira a acomodar dentro de uma mesma existência o desejo de experimentar em plenitude tudo o que possa traduzir o termo “mulher”. Contudo, essa experiência pode significar sofrimento tanto para o sujeito quanto para aqueles que o cercam.

Nesse contexto, esta pesquisa possui como tema de investigação a organização subjetiva da mãe agressora acompanhada nos serviços da Assistência Social no Município de Belo Horizonte, articulando-a com a construção social da maternidade no momento atual. Dessa maneira, neste trabalho nos interessa compreender a relação entre o feminino e a maternidade e se há alguma relação entre essa articulação e um aspecto da violência que se expressa pela negligência aos filhos e que se verifica em alguns casos. Aqui, fazemos um recorte bastante específico de mulheres pobres e seus filhos, portanto, nossa discussão passa também por um viés sociológico e suas determinações.

Este estudo surge a partir da prática profissional da pesquisadora que atua há 15 anos no campo de proteção e defesa da criança e do adolescente e é a segunda iniciativa para discutir temas ligados ao campo da violência e relações familiares. Na primeira incursão ao tema, apresentamos, como trabalho de conclusão do curso de especialização “Clínica Psicanalítica nas Instituições de Saúde” (IEC-PUC Minas), a monografia intitulada “*A clínica psicanalítica no acompanhamento às famílias em cumprimento de medida sócio-protetiva: o atendimento às mães denunciadas por*

violação dos direitos de seus filhos”, que por sua vez gerou o artigo “Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias” (RENA, 2009).

Minha experiência profissional como psicóloga durante esses anos se realizou na área da proteção e defesa de direitos da infância e adolescência. A princípio, atendendo crianças e adolescentes que faziam das ruas de Belo Horizonte seu espaço de sobrevivência e que eram assistidas pelo Programa Miguilim (Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH), realizávamos a localização e o acompanhamento das famílias de origem dos mesmos. No Serviço de Orientação, Apoio e Proteção Sócio-Familiar (SOSF), também vinculado à Assistência Social, trabalhei diretamente com famílias denunciadas por violação dos direitos de suas crianças e adolescentes no sistema de garantias de direitos. Implantei, nos anos de 2008/2009, uma versão adaptada a projetos sociais da metodologia do SOSF, intitulada “Acompanhamento Integral a Família”. Essa versão adaptada consolidou-se tanto no Espaço Criança Esperança de BH quanto na Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (ARCA) Betim, entidade que atualmente componho e coordeno; ambas instituições públicas de direito privado, também conhecidas como organizações não governamentais.

Neste trabalho, buscamos aprofundar nossa discussão questionando os processos subjetivos que sustentam as relações familiares marcadas por padrões violentos, com atenção especial para a mulher e sua relação com a maternidade. Nosso campo de atuação e investigação está localizado no cotidiano da política pública de assistência social, cenário onde os dramas familiares ganham notoriedade e se tornam passíveis de intervenção.

Durante nossa discussão, traremos os aspectos do trabalho realizado pelos operadores da política, em especial, do psicólogo. Cabe ressaltar que a natureza subjetiva da atuação do técnico tem forte determinação sobre os resultados alcançados pela família. Portanto, discutir incessantemente nossa atuação é fundamental para o aprimoramento da política e o sucesso das intervenções. Nenhum método de intervenção, por mais qualificado que seja, dará conta de abarcar toda a realidade apresentada nos diversos postos de atendimento onde trabalhamos cada caso, em sua singularidade, ainda que uma política pública se pretenda, por excelência, universal.

Nesse sentido, a teoria e prática produzidas pela Psicologia estão bastantes presentes na política da Assistência Social. Cabe questionar quanto e de que forma esse e outros saberes estão de fato a serviço da população ou se não estaríamos todos restritos a um enquadramento técnico de ordem operacional refratário às diferentes formas de conhecimento.

Nossa prática profissional evoluiu no sentido de compreender um pouco mais os fatores que expulsavam para as ruas as crianças e adolescentes a partir da aproximação e conhecimento das realidades dessas famílias. Aprendemos que as variáveis sociais, econômicas e a constituição familiar não nos oferecem todas as respostas, uma vez que há uma complexidade, uma multideterminação inerente a essa problemática.

Nas diversas formas de expressão da violência, podemos isolar algumas variáveis e condicionantes com os quais é possível trabalhar para sua compreensão. Na violência intrafamiliar, a que se produz dentro do ambiente familiar e vítima, normalmente, crianças e mulheres, não seria diferente: no entanto, um elemento a torna peculiar, o seu caráter privado. Outros tipos de violência como a violência no trânsito, no campo, nas escolas, no âmbito jurisdicional, no trabalho, entre tantas outras, são tão complexos quanto a violência que se verifica dentro de algumas famílias, contudo, contam com uma maior claridade sobre fatos e eventos, posto que se colocam em um campo político mais aberto em que os oponentes são mais facilmente identificados, bem como a relação de poder que entre eles se estabelece.

Por isso, a prática profissional dos operadores da política pública, em especial da Assistência Social, tem, no nosso entender, um valor inestimável na construção de um conhecimento que interroge tais relações e ofereça contribuições efetivas tanto para compreendermos as diversas experiências contemporâneas de família quanto para elaborarmos estratégias mais eficientes de contenção da violência e de proteção desses grupos. É o profissional que atua no dia-a-dia da política pública que deve ser provocado para recolher no cotidiano dos atendimentos os vários saberes que, a partir dessa experiência, nos desafiam e nos instigam. Saber das famílias sobre si mesmas, saber dos técnicos envolvidos que, a duras penas, vão estruturando estratégias de intervenção e delineando uma política de Estado, saber dos indivíduos que se colocam nos dois extremos do fenômeno: o agressor e aquele que tem seus direitos mais fundamentais violados e até mesmo se interrogar quanto

à consistência desses extremos e se de fato existem. Enfim, é um vasto campo que se abre aos nossos olhos, exigindo-nos um recorte.

Há que se fazer uma escolha, ou ainda, sermos escolhidos, fisgados por um aspecto, um traço da imensa realidade. No nosso caso, estivemos atados durante todo tempo à questão do feminino. A cada atendimento, a cada novo caso em que sistematicamente recebíamos a mãe (raramente o pai), nos deparávamos com o profundo desamparo desses sujeitos. Para nós, técnicos da Assistência Social, coloca-se a tarefa de fazer emergir de tão grande desamparo a mãe zelosa e atenta às necessidades do filho.

Para além do cotidiano de miséria relatado por muitas dessas mulheres, existe, na relação entre mães e filhos, ou ainda, na constituição da maternidade para algumas mulheres, um hiato. Algo de ordem subjetiva na delicada operação mulher-mãe que, articulado a uma expectativa social em relação à maternidade à qual essas mulheres não conseguem corresponder, transforma a relação entre mãe e filho num campo de batalha. Nosso esforço segue no sentido de rastrear esse hiato, de tentar compreender outra batalha, travada dentro dessas mulheres entre dimensões distintas, a saber: entre a feminilidade e a maternidade. Nesse sentido, o problema que guia essa pesquisa é: como uma mãe comete determinadas agressões, violências contra seus os filhos? Existiria, na relação entre a maternidade e o feminino, algo que pudesse ser isolado como fator que contribua para a compreensão da violência materna?

Nos capítulos que se seguem, buscamos realizar um percurso que vai do geral ao particular, na tentativa de buscar respostas, mesmo que provisórias e circunstanciais à complexidade que atravessa nosso objeto de estudo.

No capítulo II, fazemos uma descrição do cenário de nossa atuação, o campo da Assistência Social, com recorte especial para o atendimento das famílias denunciadas por violação dos direitos de seus filhos, crianças e adolescentes. Essas denúncias são encaminhadas à rede de defesa e proteção de direitos de crianças e adolescentes e acusam a violação dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Já no capítulo III, nossa discussão busca construir algum contorno para os conceitos mulher, feminilidade e maternidade, bem como a articulação entre eles. Para tanto, recorreremos ao aporte psicanalítico.

Por fim, no capítulo IV, trazemos fragmentos de um caso que foi conduzido pela pesquisadora num período de dois anos e que nos oferece a possibilidade de confrontar a discussão teórica feita no capítulo anterior com dados reais colhidos na prática dos atendimentos.

As conclusões são apresentadas ao final do estudo.

2 FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: CAMPO DE INTERSEÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

2.1 Breve apresentação do campo da Assistência Social

A Assistência Social descreve um percurso que representa, desde o início de sua história até nossos dias, uma resposta da sociedade às necessidades de um grupo de pessoas desvalidas de bens materiais e de condições mínimas para garantir sua subsistência. Este grupo incluiria crianças, idosos, doentes, em especial os demenciados e deficientes físicos. Todo aquele tomado como incapaz de produzir, de gerar riqueza para si e para a sociedade se caracterizava como necessitado de socorro, auxílio, caridade, assistência. Pressupostos que marcaram o campo da Assistência Social como um campo historicamente clientelista e assistencialista e que transformaram o direito universal a uma vida digna em atos de favor por parte de uma sociedade elitista e em dívida eterna para aqueles que a ela recorreram.

Não temos nesse trabalho a pretensão de aprofundar uma pesquisa sobre a história da Assistência Social, contudo, torna-se necessário construir um rápido panorama histórico que ofereça suporte para a compreensão do atual universo dessa dimensão da política, ao mesmo tempo campo e paradigma de ação. Campo de ação por oferecer e organizar objetivamente a possibilidade de intervenção dirigida a uma população vulnerável e paradigma de ação por se constituir em uma política que organiza a prática para o mesmo fim, ou seja, uma política que expressa suas bases filosóficas e sua concepção do homem, bem como a tensão entre as forças no universo político.

A expressão “Assistência Social” nos chega muitos séculos após as primeiras iniciativas organizadas para livrar do infortúnio e, não raramente, da morte, esse grupo de pessoas apartadas da cadeia de produção, assim como da dinâmica social. O que nos interessa registrar é que, o que conhecemos hoje por política de assistência social é muito recente, ainda que seja possível localizar algo da concepção de cidadania em que se assentam as práticas modernas de assistência nos textos bíblicos antes de Cristo como nos informa Mariano (2011).

Segundo esse autor, a cronologia dos direitos humanos de maneira sistematizada e relativamente comum ao mundo ocidental segue a seguinte

seqüência, os direitos civis datam do século XVIII, os políticos do século XIX e os direitos sociais do século XX. Vale lembrar que no mundo ocidental a cada campo do direito instituído precedeu uma série de lutas e conflitos entre os poderes como é habitual ocorrer na esfera política da vida humana. Mariano, citando Marshall, nos dá a seguinte definição para cada um dos campos citados:

Com relação ao direito à justiça, Marshall (1967) chama a atenção para o fato de que este se refere ao direito de defesa e de afirmação dos princípios da igualdade perante a lei. Ou seja, o elemento da igualdade é o que sustenta a manutenção dos direitos civis. Os elementos políticos são aqueles que tratam do exercício político, isto é, que assegura a participação no destino dos governos, para eleger ou ser eleito. Já os elementos sociais abarcam quaisquer intenções políticas que apresentem um mínimo de bem-estar econômico e de segurança para um cidadão. Este elemento corresponde à participação de cada um junto à herança social. Com isso, espera-se que o cidadão possa levar a vida de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade. (MARSHALL apud MARIANO, 2011, p. 92).

Essa é uma descrição simples, mas que nos oferece uma importante articulação, a que existe entre os direitos sociais e as decisões políticas. As conquistas sociais sempre estiveram atreladas a um amadurecimento político pautado pela maior ou menor participação coletiva. Esta articulação, e o que se espera de seus efeitos, não diz de uma eliminação das desigualdades sociais como bem nos afirma Mariano (2011), mas antes de um esforço para reduzir as diferenças. Ponto de vista compartilhado por Demo, que defende que uma perspectiva histórico-estrutural da desigualdade social estaria sempre presente em qualquer modo de produção ou sistema político, e que:

Não vale a pena mascarar a desigualdade social, sempre presente sob alguma forma. O que interessa é como enfrentá-la, tomando-a como ponto de partida estrutural. As revoluções não mudam a forma estrutural de desigualdade, mas podem transformar as relações históricas entre iguais e desiguais, introduzindo democracias mais ou menos viáveis. O realismo da democracia está em não escamotear as clivagens do poder, mas buscar formas de controle de baixo para cima. (DEMO, 1996, p. 15).

No entanto, segundo Mariano (2011), a tradição brasileira de construção da cidadania faz um percurso curioso. Na maioria dos países ocidentais as três gerações de direitos que se associam aos três ideais da revolução francesa: liberdade (civis), igualdade (políticos), fraternidade (sociais), foram implementadas progressivamente. A primeira geração, de direitos civis, desde a Revolução Francesa; a segunda geração referente aos direitos políticos tem como marco no

ocidente a Revolução Russa (o direito ao voto estendido às mulheres, e depois aos negros); a terceira geração, finalmente, só muito recentemente, pós 2ª Guerra Mundial (com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da social-democracia, entre outros).

No Brasil, ao contrário da maioria dos outros países, os direitos sociais, precedem os direitos civis e políticos e, via de regra, são a expressão do caráter populista de alguns governantes. Por tanto, o controle do poder exercido de baixo pra cima a partir da mobilização social e da luta política, como sugere Demo (1996), é uma prática bastante recente em nossa história. Mariano (2011) localiza alguns movimentos sociais importantes ao longo da história, mas admite ser o movimento das “Diretas já” em 1984 o mais expressivo em termos de número de pessoas que participaram e de envolvimento dos diversos setores da sociedade.

A análise que faz o autor é pertinente na medida em que apresenta uma das explicações possíveis para a histórica organização política em nosso país, mas também, nos esclarece sobre a dinâmica de funcionamento da população que, no nosso entender, compreende a política pública como benesse do Estado, em especial aqueles que dela dependem, os pobres. A pirâmide dos direitos que, tradicionalmente, se apresenta com os direitos civis na base, políticos no meio e sociais no topo, estaria invertida na história brasileira resultando em uma cidadania concedida e passiva. Podemos recorrer a fatos históricos como exemplo dessa afirmação: o fato do Brasil ter sido a única colônia em todos os tempos que não lutou por independência (aliás, a única colônia que foi metrópole); o fim pacífico da escravidão e da monarquia, entre outros.

[...] o processo histórico da cidadania no Ocidente segue por dois caminhos opostos, de baixo para cima, em que a iniciativa parte dos cidadãos, e de cima para baixo, em que parte de grupos dominantes e/ou do Estado. No primeiro caso, o cidadão é marcado como titular de direitos civis e políticos que lhe garantem proteção contra qualquer ato de opressão e lhe asseguram o controle sobre o Estado. Este é, na verdade, o que se pode chamar de caráter ativo da cidadania. Com relação ao segundo caso, de cima para baixo, o Estado é quem incorpora os cidadãos ao complexo dos direitos. Nestes casos, o cidadão é incluído via políticas sociais e não, necessariamente, por intermédio de suas ações. Por este viés, a cidadania é caracterizada por sua estrutura passiva. (MARIANO, 2011, p. 202).

É a partir desse paradigma que se estrutura a política pública brasileira, em especial a da Assistência Social que, em sua concepção clássica, sempre marcada pela caridade e a benesse, estabelece limites bem postos na relação de poder entre

aquele que faz o gesto e aquele que recebe. Principalmente se considerarmos que a força política e a capacidade de mobilização do recorte da população que demanda esse tipo de política são muito reduzidas. Assim, se considerarmos toda a discussão sobre direitos sociais, vamos constatar que o que se praticou durante longos anos no Brasil se aproxima mais do assistencialismo do que propriamente de uma Assistência Social. Rocha faz a seguinte distinção entre assistência social e assistencialismo.

A ideia de direitos sociais contrasta com o assistencialismo, que implica a prestação de ajuda arbitrária, inconstante, e a personalização da relação de quem “dá” e quem “recebe”. A relação ocorre entre desiguais, estabelecendo, de um lado, o benfeitor e, de outro, aquele que deve retribuir a doação com lealdade e favores. Essa relação pode estabelecer-se como padrão da gestão dos recursos públicos, fundamentando o clientelismo político, pelo qual alguém fornece ajuda visando, em troca, ao apoio político. (ROCHA, 2001, p. 18).

Por essa definição, compreendemos a distância paradigmática que se coloca entre a assistência, direito do cidadão e dever do Estado e o assistencialismo, em que os sujeitos têm entre si uma relação assimétrica de poder. Como nos mostra Figueiredo (2006), em seu relato sobre a criança abandonada, desde as primeiras civilizações das quais se tem notícia, a prática assistencialista sugere “[...] uma enfadonha repetição, absolutamente sinistra, familiar e atual”. (FIGUEIREDO, 2006, p. 19).

Segundo essa autora, a Europa do século XII foi testemunha de um amplo infanticídio, principalmente na Inglaterra e na França e sem distinção de classes. A partir dos trabalhos da historiadora Maria Luiza Marcílio, Figueiredo (2006) afirma que a prática de abandono de bebês determinou também as primeiras iniciativas para salvaguardar os enjeitados.

No final da Antiguidade e início da Idade Média, a concepção cristã de caridade foi proclamada e praticada por fiéis, bispos e monges em relação aos desvalidos. Foram criados os primeiros locais de acolhida para os pobres, doentes e crianças expostas. A igreja e o espírito de caridade, pregado por ela, tiveram um importante papel no recebimento de bebês abandonados, embora não houvesse nenhuma condenação ao ato da exposição. A exposição de crianças era aceita e tolerada, quando não estimulada, sendo justificada por questões morais e econômicas, considerada, inclusive, uma forma de evitar o infanticídio que, esse sim, começou a ser condenado pela igreja. (MARCÍLIO apud FIGUEIREDO, 2006, p. 19-20).

O forte apelo religioso à piedade pelos desvalidos e a convicção na salvação da alma mobilizava iniciativas de criação de sanatórios (que mais tarde seriam denominados hospitais – ou “Santas Casas de Misericórdia”) e confrarias para receber os necessitados. Assim, para Figueiredo (2006), a pobreza assume aos poucos um valor social que garante ao pobre a santificação e ao rico um campo de exercício do sentimento de caridade. No caso dos bebês, a igreja católica, hegemônica no ocidente medieval, já não concorda com o infanticídio e, de certa forma, estimula a exposição das crianças de maneira “civilizada”, ou seja, as crianças deveriam ser abandonadas em locais onde pudessem ser resgatadas e não mais nas praças, ruas e terrenos baldios onde, provavelmente, seriam devoradas por animais ou onde a intempérie do tempo daria cabo de sua existência. A “Roda dos Expostos” passa a ser, para muitas mulheres, uma estratégia mais humana de se livrar das crianças.

A “Roda dos Expostos” consistia em um sistema de engenharia que instalava uma pedra de grande porte em forma de roda em um corte transversal feito no muro da instituição (conventos, sanatórios). A mãe (ou outra pessoa), estando na área externa da casa ou na rua, colocava a criança na pedra e girava a roda de forma que ela levasse a criança para o interior sem que ninguém visse o autor do gesto. Dessa maneira, a criança era entregue de forma segura e a identidade daquele que a expunha ficava preservada. Segundo Badinter (1980), na Europa medieval, algumas mães que usavam esse tipo de expediente por questões econômicas chegavam a colocar no bebê algo que o identificasse mais tarde como uma medalha ou qualquer outro signo de família na esperança de reaver o filho quando as condições melhorassem. Figueiredo (2006) afirma que as mulheres apresentavam duas justificativas mais comuns para abandonarem seus filhos a miséria e a condição social (nesse caso nas classes mais abastadas, quando a criança era fruto de amores socialmente condenáveis) e nos surpreende com o fato de estas práticas terem sobrevivido no Brasil, mais especificamente em São Paulo, até 1948.

Grande número de enjeitados foi resultado de relações ilícitas e de promiscuidade. Nesse sentido, a criança era abandonada, abandonada pelo desejo, porque seu nascimento explicitava a existência de um desejo considerado ilícito. A pobreza, a miséria e a falta de recursos dos pais, também tornavam, muitas vezes, impossível a manutenção da criança na família, sendo considerada uma forma de proteção, a entrega do enjeitado a uma instituição ou a uma casa de família abastada. Assim, no final do século XVIII, coube às Santas Casas de Misericórdia importarem o

dispositivo dissimulador da “Roda de Expostos”, tão difundida na Europa e de vida longa no Brasil – algumas sobreviveram até 1938 no Rio de Janeiro, 1934 em Salvador (VENÂNCIO, 1999, p.170) e 1948 em São Paulo (MARICONDI, 1997, p.7). (MARCONDI, VENÂNCIO apud FIGUEIREDO, 2006, p. 22-23).

A prática dramática do abandono de crianças na “Roda dos Expostos” alcançou o século XX ultrapassando a Idade das Luzes e a era Moderna. Segundo a autora, é justamente o desenvolvimento do pensamento que inspira novas abordagens sendo possível identificar três fases distintas na história da Assistência Social enquanto política: “[...] a assistência caritativa, a filantrópica e a do Estado como principal interventor.” (FIGUEIREDO, 2006, p. 23). Cabe ressaltar que essas fases coexistiam e davam à assistência um caráter difuso em que podemos reconhecer ações do Estado, que convoca e até potencializa iniciativas de ordem particular e caritativa. Assim, Figueiredo (2006) relata a prática dos juizes de órfãos que determinavam a adoção de uma criança por uma “família criadeira”. A Câmara Municipal mantinha o “livro de Matrícula dos expostos” e era oficialmente a responsável por receber e encaminhar as crianças encontradas ao juizado dos órfãos. A exemplo do que verificamos hoje na prática das mães sociais, também essas famílias eram subsidiadas pelo Estado para arcar com as despesas do infante. (FIGUEIREDO, 2006).

Segundo Figueiredo (2006), as “amas de leite mercenárias”, também estavam previstas na folha de pagamento da Câmara, mas eram consideradas apenas na falta das famílias criadeiras que representavam um vínculo permanente. As “amas de leite” – em geral mulheres muito pobres e que viviam em condições muito precárias – ficavam com as crianças apenas durante o aleitamento ou até o terceiro ano de vida e as “amas secas” permaneciam com as crianças até os 07 anos, idade de seguir para os orfanatos ou de serem doadas a lavradores para aprender um ofício e servirem de mão de obra para todo tipo de produção.

Vale ressaltar que, apesar do caráter “institucional” da experiência das Câmaras Municipais no Brasil dos séculos XVIII e XIX, a autora observa que tudo era realizado de forma fragmentada, descontínua e improvisada. De qualquer modo, trata-se de um importante registro de uma política pública para assistência, mesmo que rudimentar e repleta de clientelismos e motivada por questões sociais, morais e religiosas, muito longe ainda da discussão de direito e seguridade social que sustenta as práticas atuais.

As “Santas Casas de Misericórdia” marcam a importante e longa fase de filantropia, inclusive, assumindo oficialmente, durante muito tempo, a responsabilidade exclusiva pela assistência a toda população carente.

A outra fonte de solução era o repasse da responsabilidade de acolher os enjeitados, da câmara para as “Santas Casas de Misericórdia” (mantidas por doações e confrarias conveniadas com as Câmaras). [...] Em 1828, com a chamada Lei do Município, as câmaras se livraram, oficialmente, da difícil e penosa obrigação, repassando-a, basicamente, às Santas Casas. Ainda no período colonial, os hospitais, que funcionavam em algumas localidades, paralelamente ao socorro das câmaras, foram os responsáveis por introduzir o sistema de “Roda” e, conseqüentemente, recolhiam todos os expostos depositados furtivamente. Funcionários da administração dos hospitais, chamados membros da “Mesa dos Expostos”, encarregavam-se de contratar “mordomos” ou “visitadores” que, por sua vez, tinham a função de arranjar as “amas internas” para criarem os expostos, muitas vezes, misturados aos enfermos, loucos e desvalidos. [...] Foi somente no final do século XVIII que as Santas Casas de Misericórdia criaram instituições especiais, separadas dos hospitais, em algumas poucas localidades, para assistirem as crianças desvalidas: as “Casas da Roda”. Essas instituições exerciam suas funções nos moldes do funcionamento dos Hospitais das Santas Casas, com o sistema de contratação de amas. (FIGUEIREDO, 2006, p. 24-25).

Outros dispositivos institucionais de assistência foram criados na virada do século XVIII para abrigar as crianças com mais de sete anos que, já não podendo permanecer na companhia da ama, perambulavam pelas ruas reintegradas ao universo da miséria e do abandono. Assim surgem os orfanatos para meninas e seminários que abrigavam os meninos. Segundo Figueiredo, no caso das meninas “[...] a instituição tinha o caráter de reclusão, com fins devocionais e com o intuito de resguardar a honra e a virtude da mulher e não com o objetivo de educá-las e instruí-las”. (FIGUEIREDO, 2006, p. 26).

A fase da filantropia (que poderíamos chamar também de o século da filantropia), que se estende entre meados do século XVIII a meados do século XX, é marcada por muitos percalços econômicos e sofrerá também impactos de importantes eventos sociais e políticos como demonstra Figueiredo (2006). Trata-se, na verdade, de um recorte no tempo durante o qual ocorreram grandes transformações sociais, como descritas a seguir:

[...] a queda da Monarquia; a separação da Igreja e do Estado; a quebra do monopólio religioso da assistência social; o avanço da legislação social pró-infância; a instituição do estatuto legal da adoção; a construção dos Direitos da Criança; as grandes reformas do ensino da década de 1930 (de Francisco Campos) e de 1961 (das Diretrizes e Bases da Educação); e a

emergência do Estado Protetor ou do Estado do Bem-Estar social (1960). (MARCÍLIO apud FIGUEIREDO, 2006, p. 26-27).

Para a autora, a abolição da escravatura aliada ao crescente processo de industrialização do país acirraram a pobreza, bem como promoveram o surgimento de outras classes, tornando ainda mais complexo o quadro social. É também nesse momento que se aprofunda o abismo entre a criança rica, para a qual está reservado o futuro controle da sociedade e a criança pobre, motivo de preocupação e temor. Para as crianças pobres, também havia um “projeto”: o de engrossar, desde muito cedo, as fileiras de trabalhadores braçais para ofícios pouco valorizados, muito mal remunerados e muitas vezes perigosos.

A segunda metade do século XIX joga luzes sobre a questão da infância desvalida e conta com um relevante movimento que florescia na classe médica brasileira, o movimento higienista, que defendia as práticas profiláticas através da educação popular para a saúde. Segundo Figueiredo (2006), médicos higienistas e juristas serão importantes atores sociais na crescente transformação da forma como a sociedade lida com o desafio da infância pobre no Brasil.

Graças à associação de médicos e juristas, coloca-se em discussão o ato mesmo do abandono e suas consequências – a delinquência. Como parte da ideologia filantrópica, cresce a preocupação com a educação da mulher enquanto mãe, como símbolo de prevenção do crime e da delinquência. O lema passou a ser: “assistir para prevenir” (MARCÍLIO apud FIGUEIREDO, 2006, p. 27-28).

A maternidade é incluída no discurso ideológico higienista que aposta nas ações profiláticas, ideia que ganha força pela valorização feminina e responsabilidade sócio-política que deposita nas mulheres. Mesmo atualmente, é possível reconhecer o eco dessa ideia nos discursos que associam o desempenho das mães, bem como das famílias, à crescente criminalidade e a delinquência, numa relação simplista de causa e efeito e numa fácil culpabilização absolutamente infértil. Kehl comenta, em seu artigo “Em defesa da família tentacular”, a contínua difusão desse discurso pela mídia que conta com “especialistas da área” para fortalecer a ideologia da culpa conferindo a ela a chancela do oráculo moderno, a ciência.

A imprensa é seu veículo privilegiado: a cada ano, muitas vezes por ano, jornais e revistas entrevistam “profissionais da área” para enfatizar a relação entre a dissolução da família tal como a conhecíamos até a primeira metade do século XX e a delinquência juvenil, a violência, as drogadições, a

desorientação dos jovens, etc. Como se acreditassem que a família é o núcleo de transmissão de poder que pode e deve arcar, sozinha, com todo o edifício da moralidade e da ordem nacionais. Como se a crise social que afeta o todo o país não tivesse nenhuma relação com a degradação dos espaços públicos que vem ocorrendo sistematicamente no Brasil, afetando particularmente as camadas mais pobres, há quase quarenta anos. (KEHL, 2003, p. 171).

As famílias incapazes de responder a essa expectativa sofriam, desde o início do século XX, a ação do Estado que passa a ser mais expressiva, a princípio, corretiva ou coercitiva. O Brasil moderno assiste à crescente normalização da infância, evidentemente, da infância pobre. Os departamentos, juizados e as grandes instituições de correção ou de acolhimento das crianças pobres ganham a cena e a fase da filantropia recua para dar lugar à fase do Estado como principal interventor. Como marco dessa fase, podemos citar a aprovação do Código de Menores de 1927, que tem sua base na “doutrina do menor em situação irregular”. O artigo 2º, do Código de Menores, define quais são as situações tidas como irregulares, as quais são definidas em 6 categorias que retratam situações de perigo que poderão levar o menor a uma marginalização mais ampla, pois o abandono material e moral é um passo para a criminalidade. São elas:

Art. 2º - Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las.

II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III – em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes.

IV- privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial. (BASTOIN, 2002, p. 26).

O Código de Menores é claramente um documento formalizado para dar conta das crianças e adolescentes pobres que buscavam formas de sobrevivência nas ruas das emergentes cidades brasileiras, portanto, é correta a afirmação de

Figueiredo (2006) quando confere ao Código o *status* de marco para essa fase “[...] caracterizada pela posição do Estado como um interventor direto e principal responsável pela assistência e proteção da infância desvalida”. (FIGUEIREDO, 2006, p. 28). Intervenção marcada pela necessidade de controle das populações pobres no sentido da proteção do patrimônio das classes dominantes.

A criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), em 1º de dezembro de 1964, também é considerada um momento importante e corporifica numa instituição total e de caráter de isolamento – nos Estados, as sinistras Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor – (FEBEM’s) as pretensões do Código do Menor.

A FUNABEM tinha por objetivo, discutir uma política nacional para enfrentar tanto o problema dos menores infratores quanto o dos menores abandonados ou que sofriam maus tratos. Nessa época, entretanto, não foi extinta a forma de internação no acolhimento desses menores, resultando, ainda, em um regime de isolamento altamente pernicioso ao desenvolvimento dessas crianças (CARVALHO, 1993). Em 1979 foi criado o “Novo Código de Menores”, que oficializava o papel da FUNABEM, e implementava novas “instituições totais” – centros especializados de internação, destinados à recepção, triagem e permanência de menores: as FEBEM’s e congêneres. (CARVALHO apud FIGUEIREDO, 2006, p. 28-29).

A FUNABEM é criada em pleno Regime Militar (1964-1985) e traduz a ideologia do poder dominante da época, controle das populações pobres, limpeza dos espaços urbanos. Os anos de ditadura militar, marcados por todos os seus Atos Institucionais (AI)¹ e por violências de toda ordem, também representam um tempo de grande efervescência política e mobilização social, em especial o decênio 1975-85. A crescente abertura política e desmilitarização do Estado, o fortalecimento das organizações sindicais, a participação expressiva de alguns grupos da Igreja Católica na vida política do país e a criação de novos partidos políticos, entre outros fatos, acenavam para a democratização política do Brasil e criavam condições efetivas para a construção de uma política pública eficaz e consistente. A onda de esperança e civismo que sacudiu o país na década de 80 culminou na promulgação do novo texto da Constituição Nacional de 1988 – a Constituição Cidadã.

[...] em outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição brasileira que visa, quase que exclusivamente, a reorganização do Estado democrático e

¹ Decretos emitidos durante a ditadura militar para legitimar e legalizar as ações políticas dos militares, conferindo-lhes poderes supra-constitucionais.

o resgate dos direitos dos cidadãos, suspensos pela ditadura. Com isso, a democracia passa a ser ativa e conta com a participação dos cidadãos brasileiros. Em relação aos direitos de cidadania, os primeiros a ganhar destaque especial são os direitos civis ou individuais que se referem, especificamente, à igualdade, à liberdade, à vida, à propriedade e ao livre exercício de pensamento e fé. [...] O novo texto constitucional é uma medida de emergência diante dos problemas decorrentes do Regime Militar. [...] Todavia, de um jeito ou de outro, certo é que a nova Constituição é considerada a mais liberal e a mais democrática que o Brasil já teve em toda a sua história. Diante disso, ela recebe o apelido de “Constituição Cidadã”. (MARIANO, 2011, p. 182-183).

É a partir da Constituição Nacional de 1988 que irão se desenhar as maiores e mais importantes políticas sociais do Brasil. Previstas no Capítulo II, Art.194 “Da seguridade social” (BRASIL, 1988), as políticas de assistência social, previdência social e saúde são organizadas de forma interligada e constituem o chamado “tripé da seguridade social”. Textualmente: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, (BRASIL, 1988). É a partir dessa determinação constitucional que os setores da sociedade irão se mobilizar para contribuir na construção de documentos mais específicos como, por exemplo, o que descreve o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS foi um exemplo importante de construção coletiva de uma política pública, quando na ocasião da 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, realizada em Brasília, sistematizou as mais variadas contribuições dos trabalhadores e usuários da política de Saúde e muitas dessas contribuições foram incorporadas ao texto final do SUS.

As novas diretrizes apresentadas pela Constituição apontam para a construção de políticas públicas participativas e emancipatórias baseadas principalmente no entendimento de que

Política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta a consciência política de sua necessidade, e, em conseqüência emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada. Política social emancipatória é aquela que se funda na cidadania organizada dos interessados. Ou seja, não trabalha com objetos manipulados, mas com sujeitos co-participantes e co-decisores. (DEMO, 1996, p. 25-26).

Nesse sentido, os Conselhos de Direitos e Conferências nos três níveis de governo ganham força política e os diversos setores da sociedade conquistam um

amplo espaço de debate e os instrumentos necessários de intervenção na condução das políticas públicas em todo território nacional. Isso é o que prevê a Constituição, mas sabemos que essas conquistas ainda não se tornaram realidade em todo país e que mesmo nos locais em que ocorreram avanços significativos, tais avanços ainda convivem com todo tipo de desmandos e corrupção. No entanto, a sociedade brasileira tem em sua Constituição e nas leis que dela decorrem um modelo consistente de políticas públicas para assistência da população.

Esse estado de coisas é ainda mais facilmente percebido na “política irmã”, a política da assistência social que como a saúde também construiu seu próprio documento, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Entre os dois sistemas as diferenças mais marcantes são a matricialidade familiar (da qual iremos falar mais adiante) presente apenas no SUAS e o fato de que o SUS é uma política para todos, sem recorte da população, já o SUAS é uma política prevista apenas para aqueles que dela precisam, as populações em situação de vulnerabilidade sócio-econômica. Vale lembrar que o SUAS define e organiza a política da Assistência Social, reordenando a gestão e visando ações descentralizadas e participativas em todo o Brasil, buscando escapar do assistencialismo exposto anteriormente.

2.2 A matricialidade sócio-familiar e sua efetivação proteção social especial

Como vimos, o campo da Assistência Social é historicamente reconhecido como espaço de barganha política e como importante estratégia de controle e dominação de populações carentes. A fragilidade social e a despolitização da população são os mais importantes suportes para o assistencialismo que oferece soluções paliativas, que não promovem a autonomia e garantem a fidelidade das pessoas que, assistidas em situações de extrema vulnerabilidade, corroboram com projetos políticos focados na manutenção de velhas estruturas.

O processo evolutivo protagonizado pela Assistência Social no Brasil se funda na caridade exercida por denominações religiosas, passa pelo “primeiro damismo”² e

² Prática recente e muito difundida no Brasil em que as primeiras damas em todos os níveis de governo desenvolviam, com recursos públicos, projetos de assistência social muitas vezes desvinculados da realidade, intermitentes e desbaratados. Uma iniciativa positiva e emblemática dessa prática no Brasil tinha à frente a esposa do presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976), Sarah Kubitschek, “Organização das pioneiras sociais”. Essa organização ainda existe e responde pela gestão da “Rede Sarah” de hospitais especializados em politraumatismos e problemas locomotores.

pela filantropia, alcançando, muito recentemente, o *status* de política pública. Muito aquém dos outros dois pilares que sustentam o bem-estar social, quais sejam a Saúde e a Previdência Social, a Assistência Social ainda responde, em grande parte do nosso país, por iniciativas absolutamente pontuais e de tutela das comunidades com fins clientelistas. Um fato que pode ser facilmente constatado é a grande rotatividade de programas sociais, bem como de pessoal técnico, que se sustentam apenas durante o tempo de vigência de determinado mandato. A cada novo gestor, boa parte da organização e estrutura da Assistência Social em estados e municípios sofre alterações significativas, resultando em uma política fragmentada e sem um projeto sócio-político que lhe dê direção.

Portanto, não é difícil perceber o importante passo dado pela Constituição brasileira, quando determina a sistematização de uma política nacional de assistência social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – começa, a partir de então, a ser desenhado por profissionais de todo o país e, em algumas localidades, contando com a inestimável contribuição dos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social.

Dentre todas as determinações do SUAS que passam a vigorar a partir do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) – uma significa mudança de paradigma capaz de transformar as formas de pensar e executar a Assistência Social no Brasil. Trata-se da “centralidade na família” (BRASIL, 2004, p 40). A matricialidade coloca a família como matriz e campo de intervenção das políticas de Assistência Social, espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias. Assim, a política pública nacional de Assistência Social ou Sistema Único de Assistência Social faz convergir as várias iniciativas dispersas de atendimentos à criança de 0 à 07 anos, ao adolescente, à mulher, ao deficiente físico, ao idoso, dentre outros, em uma ação afirmativa em relação à família, definindo sua centralidade política nesse grupo social. (BRASIL, 2004).

Outros dois documentos de extrema importância para a operacionalização do que está disposto na Constituição Federal são, na seqüência, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) – e o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004). Nestes documentos vamos encontrar os princípios e as diretrizes que passam a organizar o trabalho da Assistência Social no Brasil, oferecendo parâmetros para a ação do Estado nos três níveis de governo, distribuindo responsabilidades, garantindo a participação coletiva e pactuando

socialmente o entendimento da Assistência enquanto direito do cidadão e dever do Estado. No capítulo II da LOAS (1993, p. 8) “Dos princípios e das diretrizes”, observamos que a assistência passa a ter caráter não contributivo, universal, de equidade e proíbe o vexatório “atestado de pobreza”³.

Dos Princípios

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 1993, p. 8).

Quanto às diretrizes, elas têm a função de organizar o campo da assistência em sua dimensão político-administrativa e do controle e participação social.

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 1993, p. 9).

Esses documentos ainda versam sobre os objetivos da Assistência Social, a gestão e organização dos serviços e programas, os benefícios de prestação continuada e eventuais, o enfrentamento da pobreza e, importante, o financiamento da política. A partir dessa definição e orientação, o SUAS foi organizado em “níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade” (BRASIL, 2003); a primeira tem caráter preventivo e trabalha com situações de vulnerabilidade sendo considerada a “porta de entrada” do SUAS; a segunda – a proteção social

³ O Atestado ou Declaração de pobreza é um documento usado para comprovar que uma pessoa não tem condições de pagar os custos exigidos para ter acesso a alguns serviços como: assessoria jurídica e segunda via do RG, entre outros.

especial – é de caráter compensatório, se divide em média e alta complexidade e atua em situações de risco ou violação de direitos nas quais existe a necessidade de um atendimento individualizado e sistemático.

A proteção social básica é idealizada para oferecer atendimento a grupos familiares com determinado grau de vulnerabilidade, mas que ainda preservam os vínculos familiares e comunitários. Isso justifica sua base local, ou seja, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que estão localizados dentro das comunidades com características muito específicas, como: alto índice de pobreza e criminalidade, populações com baixa escolaridade e grande índice de evasão escolar entre crianças e adolescentes ou ainda baixa inserção no mercado formal entre os adultos. Nesse contexto, o CRAS desenvolve intervenções de caráter preventivo através de diversos programas como socialização infantil, trabalho e geração de renda, atividades para idosos, dentre outras.

Já a proteção social especial se divide em média e alta complexidade e para ela foi criado, em todo território nacional, os Centros Especializados da Assistência Social (CREAS). São incluídos na média complexidade os casos em que os laços familiares e comunitários ainda estão preservados e na alta complexidade os casos em que o risco é iminente, em que os laços familiares já se romperam ou a presença na família representa para o sujeito a possibilidade real de violência e ameaça à vida.

O Serviço de Orientação, Apoio e Proteção Sócio Familiar (SOSF) em que se apoiam os dados dessa pesquisa, que integrava a rede de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte dentro da proteção social especial, é compreendido como um serviço de média complexidade. O SOSF atendia aos casos de violação de direitos intrafamiliar de crianças e adolescentes sendo seu objetivo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Atualmente, mediante um reordenamento dos serviços da Assistência Social a partir de orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o SOSF deixou de existir e passou a integrar um outro programa, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). A grosso modo, o PAEFI manteve os mesmos objetivos do SOSF, apenas ampliando o público beneficiário, que passou a incluir além de crianças e adolescentes em situação de violência familiar, qualquer indivíduo ou família em situação ou risco de violência.

Nos dois casos, tanto SOSF quanto PAEFI, trabalham dentro dos mesmos princípios descritos na Norma Operacional Básica (NOB) (BRASIL, 2006) para a “[...] redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (BRASIL, 2006, p. 19). A família ganha relevância e será abordada segundo dois aspectos ou diferenciações, a sua organização interna e estágio no ciclo de vida. Segundo Faria:

A percepção dessas duas diferenciações é de grande importância para o adequado desenho e para a satisfatória implementação das políticas voltadas para a família. Na verdade, o fato de se levar em consideração a conjugação entre uma dada forma de organização familiar e seu estágio no ciclo de vida pode conduzir a uma visão mais acurada de suas vulnerabilidades e carências. (FARIA, 2004, p. 57).

Observar esses aspectos aproxima os projetos e programas sociais das reais necessidades dessas famílias, pautadas justamente por sua estrutura e organização e pelo estágio em que se encontra, seja na formação da família (com filhos pequenos), seja na fase intermediária (com filhos pequenos e adolescentes), ou na fase de envelhecimento, quando os filhos já deixaram o núcleo familiar (FARIA, 2004). Portanto, os princípios da proteção básica, quais sejam, a matricialidade sociofamiliar, a territorialização do atendimento, a proteção pró-ativa, a integração à seguridade social e a integração às políticas sociais e econômicas, devem ser sempre confrontados e respondidos a partir da situação de vida de cada família.

Aqui, nos interessa a expressão “matricialidade sociofamiliar” na medida em que é a partir dessa orientação que alcançamos a família em toda a sua problemática e não mais um único sujeito. Esse alcance à família como um todo nos oferece melhores condições de compreensão e de intervenção na realidade desses sujeitos. E o que vem a ser matricialidade sociofamiliar? Recorrendo ao texto da NOB, encontramos a seguinte definição:

Para a proteção social de Assistência Social o princípio de matricialidade sociofamiliar significa que:

- ✓ a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;
- ✓ a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, que

circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;

✓ a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;

✓ o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade. (BRASIL, 2006, p. 19).

Em linhas gerais, a família é reconhecida pelo Estado como locus privilegiado de desenvolvimento social dos sujeitos, sendo a convivência familiar um direito inalienável. O Estado reconhece também os mais variados arranjos familiares nos quais a consangüinidade é um entre diversos determinantes, sendo a categoria família melhor descrita pela sua funcionalidade, ou seja, sua capacidade de proteger e promover uma vida digna para os sujeitos envolvidos.

A proteção social, como já foi dito, é hierarquizada e se divide entre básica e especial. Segundo o PNAS, dois critérios irão diferenciar as proteções básica e especial: a constatação do risco e a consistência dos laços familiares e comunitários do sujeito e/ou família. Vale ressaltar que risco e vulnerabilidade são conceitos compreendidos de maneiras distintas. A vulnerabilidade significa uma previsão do risco, algo ou alguma situação que pode trazer prejuízos ao sujeito (proteção social básica), já o risco representa uma situação em que o sujeito já está sob determinada violação de direitos. A proteção social especial se distingue também pelo tipo de intervenção do Estado, pois demanda maior acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas, bem como encaminhamentos monitorados que assegurem a qualidade do atendimento. Outro aspecto importante é a proximidade entre a proteção social especial e o sistema de justiça. Segundo o PNAS:

Os serviços de proteção especial tem estreita interface com o sistema de garantia de direitos exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. (BRASIL, 2004, p. 37).

Em Belo Horizonte, a política de Assistência Social, em particular a proteção social especial, trabalha, muitas vezes, articulada às instâncias judiciais ligadas à infância e juventude, caracterizando a rede de defesa e proteção desse público. É nessa rede de proteção que se operacionalizam as “medidas sócio-protetivas”, definidas por determinações judiciais que implicam em acompanhamento e proteção

do grupo familiar. Nesse sentido, não se trata de uma punição aplicada pelos órgãos de defesa, mas está no limiar entre a proteção e a responsabilização. Estas medidas protetivas, como são conhecidas, se caracterizam por encaminhamentos aos diversos aparelhos da rede de políticas públicas básicas (centros de saúde, escolas e dispositivos da Assistência Social) que serão definidos de acordo com as necessidades e demandas da família. Esses aparelhos públicos, por sua vez, contam com uma rede de serviços oferecidos por entidades civis organizadas conveniadas à Prefeitura. Essa relação entre poder público e sociedade civil está descrita na política do SUAS que prevê, inclusive, aporte de recursos públicos.

ARTICULAÇÃO EM REDE: Sinaliza a completude da atenção hierarquizada em serviços de vigilância social, defesa de direitos e proteção básica e especial de assistência social e dos serviços de outras políticas públicas e de organizações privadas. Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais. (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 5).

Na região metropolitana de Belo Horizonte, há um grande número de famílias em cumprimento de medida sócio-protetiva, que são acompanhadas pela Assistência Social por determinação da Vara da Infância e Juventude ou dos Conselhos Tutelares. Convencionou-se a expressão “referência familiar” para se indicar a pessoa que responde pelo grupo familiar e que estará em contato sistemático com o técnico da assistência e que, com frequência, são as mulheres.

Os atendimentos são organizados para ter um caráter de orientação e devem priorizar o esclarecimento da família sobre seu papel: mães, tias, avós devem ser conduzidas a assumir sua função de cuidadoras, de protetoras dos seus filhos. No entanto, com raras exceções, estas mulheres sabem como cuidar de seus filhos, apesar de não o fazerem.

Esse “saber fazer” fica explícito no discurso dessas mulheres – discurso esse muitas vezes coerente com as orientações do ECA (BRASIL, 2001) – com pequenas vacilações que denunciam uma fala sem consistência, por ser incompatível com a realidade das relações que elas estabelecem com seus filhos. Isso significa dizer que todas elas discorrem muito bem quanto à importância, por exemplo, da criança frequentar a escola, contudo, apresentam várias justificativas para a infrequência das mesmas aos bancos escolares. Ou ainda nos casos de violência física em que elas justificam o gesto violento ou pela gravidade da atitude da criança ou por

características pessoais delas próprias tais como: intolerância, cansaço, revolta, dentre outras.

Durante os acompanhamentos dessas famílias, que podem durar meses e até anos, temos acesso a toda rede social que esta família estabelece e é possível observar o desajuste dessas famílias mesmo entre seus pares. Assim, a vizinha de porta, a cunhada que reside nas proximidades, os comerciantes locais, todos com quem, de alguma maneira, essas famílias desenvolvem algum tipo de relação, acompanham o cotidiano de violência difusa em que elas estão mergulhadas. Há relatos de que vizinhos tentam intervir através de conselhos, ajuda material ou mesmo defendendo a criança de situações de violência extrema, bem como é comum essas famílias serem hostilizadas pela vizinhança, sob as mesmas alegações de violência, ficando assim, isoladas dentro da comunidade.

Essas famílias têm, a nosso ver, uma ampla possibilidade de acesso à informação e ao aprendizado pelas vias formais e informais, o que nos leva a acreditar que a violência presente nas relações não decorre do “não saber”, nem se explica simplesmente pelas condições de vulnerabilidade sócio-econômica ou pela ausência absoluta de relações de afeto. Cabe então a pergunta: por que não o fazem? Por que essas mulheres permitem que situações de conflito e violência cheguem ao ponto de ocasionar uma denúncia por maus-tratos ou negligência?

Embora seja usual a associação da violência com a pobreza, constatamos que essa não é uma relação linear, pois, a violência aparece em todas as camadas sociais.

Dois aspectos presentes na relação mãe/filho, em nossa análise, podem concorrer para que essas informações não sejam consideradas por essas mulheres, a saber: o aprendizado (cognitivo e afetivo) da maternidade, construído a partir de aspectos culturais na experiência da cada mulher e a coexistência, às vezes conflituosa, das dimensões subjetivas mãe/mulher. Nossa experiência de acompanhamento dessas mulheres aponta para uma cisão, uma desconexão entre o cognitivo e o subjetivo, ou ainda, um abismo entre o modelo de maternidade aos quais elas se referenciam – modelo amalgamado pelo discurso social – e a maternidade que elas conseguem exercer. Nesse sentido, nossa aposta não passa pelo discurso pedagogizante ou punitivo, ao contrário, acreditamos que o acolhimento das questões sociais e subjetivas dessas mulheres pode oferecer a

oportunidade para que as mesmas possam reinventar a experiência da maternidade, sobre bases menos violentas.

A violência compreendida como questão social mobiliza muitos esforços no sentido de sua compreensão e intervenção, tanto na academia quanto nos fóruns sociais de discussão. Contudo, não são necessárias grandes incursões a esses espaços para que se perceba o vertiginoso aumento dos índices de violência, bem como das suas formas de expressão.

A violência familiar é uma dessas expressões e, a nosso ver, a mais insidiosa e, talvez, a mais devastadora no que se refere à constituição dos sujeitos – principalmente em se tratando de crianças e adolescentes. A violência no espaço doméstico, espaço privado por excelência, traz alguns desafios que se articulam a aspectos culturais, sociais e históricos. Nesse sentido, sua abordagem vem sendo facilitada pelas ferramentas jurídicas que legitimam a ação técnica e de políticas públicas nesses grupos. Esses mesmos dispositivos garantem uma sistematização bastante fidedigna dos níveis de violência no país apontando para índices alarmantes dos atos de violência praticados contra crianças e adolescentes e identificando seus pais ou responsáveis como os agentes violadores.

Esse tipo de violência, a qual estão expostas cotidianamente milhares de crianças e adolescentes, tem o silêncio como seu aspecto mais perverso. As vítimas em sua maioria não compreendem bem o que se passa e, com frequência, as denúncias partem de terceiros – normalmente instituições como escolas, centros de saúde, projetos sociais, dentre outros. É precisamente nos espaços públicos que as marcas da violência – sejam elas aparentes como hematomas, ou subjetivas que se expressam pelo comportamento – vão tornar públicas as condições de maus tratos às quais são submetidas muitas crianças e adolescentes.

Há uma extensa produção acadêmica dedicada a demonstrar os efeitos devastadores na subjetividade de quem sofre a violência, o que é fato. No entanto, acreditamos na necessidade de retirarmos as mães do “banco dos réus” e oferecer outro espaço simbólico para que elas próprias possam nos mostrar o caminho para uma convivência pacífica entre mães e filhos e, talvez, ele passe pela questão do feminino e de suas articulações com a maternidade.

2.3 A família: um mosaico de possibilidades

Qualquer abordagem sobre o tema família deve considerar ser essa uma experiência humana universal. Seja quem for o leitor desse trabalho, independente de sua história ou escolhas, estaremos falando dele também. Isso porque, do ponto de vista antropológico, possuir uma família é condição de existência, mesmo que esta se apresente de maneiras diferenciadas entre sociedades e dentro de uma mesma sociedade. A família é definida como uma instituição secular que vem resistindo a profundas mudanças históricas, sociais, econômicas e culturais com uma flexibilidade e capacidade de adaptação formidáveis. Primeiro passo em direção à civilização, a família é considerada, ainda na atualidade, como uma célula política que dá forma e estrutura a todos os outros modelos políticos que a humanidade foi capaz de construir até aqui, com ênfase, evidentemente, nos sistemas de monarquia. Portanto, é possível articularmos estas duas dimensões da política que se dá em terrenos distintos: o público e o privado, mas que se entrecruzam e que frequentemente se colocam no campo da intercessão.

Roudinesco, em um trabalho recente e, a nosso ver, valioso, intitulado *Deus pai*, discorre sobre a trajetória da família fazendo um paralelo com os movimentos políticos e sociais mais importantes na história da civilização. Sua conceituação e a aproximação do tema *família* se dão pela antropologia. Para tanto, a autora busca em Claude Lévi-Strauss (1979) a seguinte definição:

[...] a vida familiar apresenta-se em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo naquelas cujos hábitos sexuais e educativos são muito distantes dos nossos. [...] a família, ao repousar sobre a união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, de uma mulher e de seus filhos, é um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedades. (ROUDINESCO, 2003, p. 13).

A referida autora supõe então que há nessa afirmação de Lévi-Strauss duas condicionantes, a saber: uma aliança (entre homem e mulher) e uma filiação. Ainda nas trilhas da antropologia, Roudinesco (2003) observa que para haver esta aliança há que existir outras duas famílias que forneçam o homem e a mulher e que, para formar a terceira família as duas primeiras serão 'estilhaçadas'. A antropologia sustenta ainda a prática da 'troca' em várias sociedades como um estatuto que define a forma como se darão os acordos matrimoniais e a circulação das mulheres,

bem como as proibições caracterizadas por incestos. Neste ponto a constatação da autora aponta para outra condicionante na formação de famílias, que não deriva do fundamento biológico. Condicionante fundamental, posto que inaugura a cultura humana e a diferencia das outras organizações animais existentes na natureza.

A proibição do incesto é, portanto, tão necessária à criação de uma família quanto a união de um macho com uma fêmea. [...]. Ela é um fato de cultura e de linguagem que proíbe em graus diversos os atos incestuosos justamente por estes existirem na realidade. Permite igualmente diferenciar o mundo animal do mundo humano ao arrancar uma pequena parte do homem desse *continuum* biológico que caracteriza o destino dos mamíferos. (ROUDINESCO, 2003, p. 15-16).

Assim, considerando todas as variações possíveis desta proibição e suas implicações que verificamos na história da civilização, a autora afirma que serão esses pilares – um de ordem biológica e outro de ordem simbólica – que irão suportar as mudanças no decorrer do tempo, bem como determinar o olhar de quem se dedica a esta discussão. Afirma ainda que apenas a abordagem antropológica não é suficiente para dar conta da “[...] desordem de que parece atingida [a família] na atualidade”. (ROUDINESCO, 2003, p. 17). É preciso que outros olhares se ocupem dos vários aspectos desse percurso realizado por essa instituição que vem rompendo os séculos e produzindo a cada época discursos específicos.

De fato, a cada época é possível localizar um determinado discurso sobre a realidade das famílias. A família nuclear – pai, mãe e filhos – hegemônica no ocidente se consolidou entre os séculos XVI e XVIII passando, segundo Roudinesco, por três fases distintas. A família ‘tradicional’ baseada na transmissão de patrimônio, a família moderna fruto do amor romântico em que se considera o afeto e desejo dos envolvidos e, por fim, a família pós-moderna determinada por uma periodicidade indefinida – não mais existe o ‘até que a morte os separe’ – e por vínculos de intimidade e necessidades sexuais. Compreendemos então que a estrutura e dinâmica familiar da modernidade rompem com o paradigma que confere à família um *status* divino e uma origem mítica. A família com a qual nos deparamos hoje não possui nenhuma aura ou *glamour*, nas palavras de Roudinesco:

Retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade. A família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas,

de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. (ROUDINESCO, 2003, p. 20-21).

Esta construção que nos oferece Roudinesco acerca da família na atualidade converge com nossas observações no cotidiano do trabalho. Surpreendemos-nos com o hiato que se apresenta no relato da história dessas famílias; os filhos não conhecem a história de vida de seus pais e avós e a transmissão de valores, princípios e modos de vida se dá no imediatismo, sem nenhuma referência a tradições e a partir de fontes externas à família, em que a mídia e a comunicação de massas são as mestras do espetáculo. Em famílias que quase não têm o que comer, sempre há uma televisão que se transforma em ferramenta de “educação/formação” e entretenimento.

A mesma mídia que, como já foi dito, desqualifica as experiências de família diferentes do ideal burguês, desconsidera os principais fatores que determinam atualmente as escolhas na construção da vida afetiva das pessoas. Segundo Kehl (2003), os arranjos familiares na atualidade são atravessados pela lógica de mercado e por seus imperativos, que reforçam posições individualistas e relações efêmeras.

A sociedade contemporânea, regida acima de tudo por leis de mercado que disseminam imperativos de bem estar, prazer e satisfação imediata de todos os desejos, só reconhece o amor e a realização sexual como fundamentos legítimos das uniões conjugais. [...]. O desamparo se faz sentir porque a família deixou de ser uma sólida instituição para se transformar num agrupamento circunstancial e precário, regido pela lei menos confiável entre os humanos: a lei dos afetos e dos impulsos sexuais. (KEHL, 2003, p. 170)

As exigências de uma família tradicional burguesa, insustentáveis em nosso tempo, recaem especialmente sobre a mulher que, nesse modelo, é a figura central. É sobre a mulher que repousa toda a responsabilidade pelo bem estar do grupo familiar e de seus integrantes, bem como dela se espera uma atitude de alienação e submissão ao patriarca.

Kehl (2003) nos oferece um panorama desse modelo familiar que data do século XIX na Europa e que, pouco a pouco, foi sendo reproduzido entre os brasileiros de origem mestiça, em um processo de “branqueamento e elitização” que afastava geograficamente as famílias do movimento das ruas e socialmente das camadas populares. Processo “civilizatório” e de privatização da vida familiar, berço

da classe média e do ideal de maternidade que retira das amas, escravas e criadas a responsabilidade sobre as crianças. Segundo Kehl, a mulher tem papel fundamental nesse momento e passa a ser a maior autoridade do lar em contraponto ao homem, senhor nos espaços públicos.

Se agora era mais livre, pois a convivência social dá maior liberdade às emoções, não só o marido e o pai vigiavam seus passos; sua conduta também era submetida aos olhares atentos da sociedade. Quanto aos filhos, os cuidados maternos diretos (lembremo-nos que a figura da mãe dedicada ao lar também é uma criação do século XIX europeu) passaram, naquele momento, a garantir a reprodução dos padrões de boas maneiras que as amas e escravas não poderiam transmitir. Ganhava força a ideia de que “é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob a influência das amas, das negras ou de ‘estranhos’, ‘moleques da rua’, etc.” “é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob a influência das amas, das negras ou de ‘estranhos’, ‘moleques da rua’, etc.”. (KEHL, 2003, p. 171).

Segundo a autora, esse movimento de privatização tinha também sua dimensão política e econômica e se dava no esforço de garantir a transmissão dos privilégios das classes dominantes, estabelecendo a distância necessária e excludente entre as classes. O padrão ideal de família criado pelas elites burguesas passa a valer como único legítimo, devendo ser imitado também pelas classes mais baixas. As famílias nucleares constituídas pelo casal e seus filhos fecham-se sobre si mesmas e o lar, espaço de intimidade, passa a representar, em alguns casos, o palco para todo tipo de violência.

Romagnoli afirma que o modelo tradicional, instituído da família burguesa, a família nuclear, irá representar para toda sociedade o ideal de felicidade, proteção e estabilidade. Tudo o que fosse diferente disso era rapidamente tratado como desestruturado e estigmatizado.

A afirmação de um modelo universal de família coloca-a como um modelo de relações permanentes, em que mitos como o amor materno, a obediência dos filhos, a harmonia, a união familiar, são valores, através dos quais se podem reunir o conceito em um único, que passa a ser aplicado às realidades familiares, que são no plano histórico e social as mais variadas possíveis. Este procedimento mascara o grupo familiar como uma célula social inalterável, sólida, sem conflitos e duradoura, não deixando vir à tona sua atuação como um lugar de reprodução social, de desigualdade e de diversidade, conduzindo a uma intolerância com a dessemelhança e de uma preocupação assídua com a uniformidade e levando à estigmatização dos modelos familiares existentes, que se apresentam como diferentes do "geral". (ROMAGNOLI, 2007, p. 13).

Diversos autores compartilham as proposições de Romagnoli (2007) e Kehl (2003) no que diz respeito a construção social da instituição família e, em especial, das suas transformações ao longo da história. Também não podemos negar que todas essas transformações impactaram diretamente nas formas e códigos de relacionamentos entre os integrantes de uma família. A relação entre mãe e filho, por exemplo, receberá, a cada tempo da história, um sentido ou importância social específicos e isso fará toda diferença. Badinter (1980) nos esclarece que a relação entre mãe e filho sofreu variações extremas e essenciais ao longo do tempo e nos confronta com o mito moderno e irrefutável do amor materno.

Como justificar tamanho desinteresse pelo filho, tão contrário aos nossos valores atuais? [...] Por que razões a mãe indiferente do século XVIII transformou-se em mãe coruja nos séculos XIX e XX? Estranho fenômeno, essa variação das atitudes maternas, pois contradiz a ideia generalizada de um instinto próprio tanto da fêmea como da mulher! (BADINTER, 1980, p. 19).

Segundo Badinter (1980), o amor materno, concebido como parte da natureza da mulher independente das condições e do contexto, se sustenta na crença profundamente arraigada de que todas as mulheres possuem em si todos os recursos e respostas para experimentar a maternidade. A partir do século XIX, a atitude da mulher em relação à maternidade se transforma tão radicalmente que fica muito difícil pensar que essa atitude tenha sido, em algum tempo, diferente do que é hoje, bem como nos impressiona o material histórico referentes aos séculos anteriores que relata a imensa indiferença entre homens e mulheres em relação à sua prole.

Para pais e mães da atualidade, a função de gerar e educar um filho ultrapassa a garantia de subsistência da criança, bem como não se esgota quando ela já possui algum discernimento e capacidade de se auto-gerir. A autora registra esse fenômeno que transforma a criação e educação em uma atividade quase eterna e a maternidade em um estado que se inicia na fecundação e só termina quando o filho alcança a vida adulta:

A procriação não teria sentido se a mãe não completasse sua obra assegurando, até o fim, a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado. Essa convicção é corroborada pelo uso ambíguo do conceito de maternidade, que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e a uma ação a longo prazo: a maternagem e a educação. A função materna, levada a seu limite extremo,

só terminaria quando a mãe tivesse, finalmente, dado à luz um adulto. (BADINTER, 1980, p. 20).

Essa observação de Badinter (1980) nunca foi tão atual quando, na entrada do século XXI, nos deparamos com a nova nomenclatura criada por pesquisadores norte-americanos para a mais um ciclo da vida, trata-se do “adulto emergente”. A expressão vem designar homens e mulheres entre 25 e 35 anos que ainda moram com os seus pais, apesar da independência sexual e financeira já conquistadas.

No entanto, não foi sempre assim, pelo contrário, a construção do que conhecemos hoje como maternidade ou sentimento de amor materno passou por sérios percalços e se livrar dos filhos parecia ser uma atitude social bastante disseminada na história da civilização ocidental. Badinter (1980), a partir de documentos históricos, nos dá a conhecer o percurso da família e seu processo de evolução até nossos dias. Vale lembrar que a base de pesquisa da autora são os documentos históricos da França que datam do século XIII ao XIX.

O “instinto materno” é o primeiro conceito que Badinter (1980) busca identificar em sua pesquisa. No entanto, muitos documentos relatam a tendência à frieza e ao abandono de crianças por suas mães, algumas vezes justificado por questões econômicas e demográficas, mas nem sempre. Esses documentos, que dão conta da enorme quantidade de crianças mortas e abandonadas, não restringem tais fatos às camadas pobres da população, abrangendo também a aristocracia e a burguesia ascendente. Assim, justificaria dizer que “[...] o instinto da vida suplanta o instinto materno. Reconhece-se, no máximo, que ele é flexível e talvez sujeito a eclipses.” (BADINTER, 1980, p. 20). O que significa que colocar em termos de instinto o sentimento materno seria um risco na medida em que um instinto, concebido enquanto resposta natural, e portanto universal, não recua diante de situações adversas.

Concordamos com Badinter (1980), quando coloca sob suspeita o caráter natural do “instinto materno”, bem como a patologia que acomete as mulheres que não desenvolvem tal instinto. Acreditamos também que, apesar da expressão estar em desuso, a ideia e seu conteúdo permanecem firmes e mantêm fortes laços com a ideia de maternidade atual. Isso é facilmente constatado também na atitude dos profissionais que atendem mães denunciadas por agressões contra seus filhos.

A mulher na civilização ocidental travou grandes batalhas para alcançar algum reconhecimento e se fazer valorizar. A maternidade cumpriu função

importante nessa empreitada. No entanto, por se tratar de apenas uma das dimensões do feminino, a mulher-mãe é, como bem diz Badinter (1980), uma “personagem relativa e tridimensional”. Ela só existe em justaposição a outros dois termos: pai e filho, por isso relativa; e a mãe é, antes de tudo, uma mulher, por isso tridimensional.

A mãe, no sentido habitual da palavra (isto é, a mulher casada que tem filhos legítimos), é uma personagem *relativa e tridimensional*. Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho. Toda pesquisa sobre os comportamentos maternos deve levar em conta essas diferentes variáveis. (BADINTER, 1980, p. 23).

Essa perspectiva que Badinter nos apresenta é, sem dúvida, fundamental e capaz de reorganizar nosso pensamento nos afastando do risco de compreender a maternidade como identidade anterior ao ser mulher. E quanto ao aspecto relativo da maternidade, não há como negar a afirmação de Badinter: a triangulação freudiana não é apenas um fato psicológico, mas também uma realidade social. Esses três termos estão encarcerados dentro de uma mesma realidade social, política e simbólica.

Essa realidade é devidamente manipulada pela Igreja e pelo Estado ou pela moral vigente e de acordo com interesses de toda ordem: políticos, econômicos e sociais. Cada sociedade dará seu peso e valor à maternidade e, conseqüentemente, um dos três lados do triângulo ficará sob os “holofotes”.

É em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá plenos poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Conforme a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe. (BADINTER, 1980, p. 23).

De fato, nossa sociedade, ainda com profundas marcas do patriarcado, consolidou-se sobre o reinado paternal e marital. O poder do patriarca sempre esteve associado à autoridade marital, assim, seu domínio sobre o filho se estendia sobre a mulher. Poder que se exprime pelo direito de julgar e punir. As raízes e

justificavas para tal domínio se encontram nos primórdios da sociedade ocidental, a civilização romana, na qual a mulher tem uma condição inferior (inclusive juridicamente), como as crianças. Tudo deveria estar a serviço do homem, cidadão, dotado de sabedoria e “essência”; mulheres e crianças eram considerados inferiores e incapazes. E é o cristianismo que trará uma nova percepção da relação entre pais e filhos:

Foi preciso esperar a palavra de Cristo para que as coisas se modificassem, pelo menos em teoria. Guiado por esse princípio revolucionário que é o amor, Jesus proclamou que a autoridade paterna não se estabelecera no interesse do pai, mas do filho, e que a esposa-mãe não era sua escrava, mas sua companheira. (BADINTER, 1980, p. 25).

O Novo Testamento propõe assim, três profundas mudanças na ordem geral da família: desloca a atenção prioritária do pai para o filho (este deve estar no centro das atenções do grupo familiar), retira a mulher da posição de submissão e propõe uma relação de parceria entre o casal. Outra mudança relevante diz respeito às bases da organização e administração familiar que serão gradativamente estabelecidas a partir do sentimento de amor e não mais do princípio da autoridade.

Segundo Badinter, em nossa civilização três discursos foram fundamentais na construção do que hoje compreendemos por maternidade: o filosófico, o religioso e o político. A concepção aristotélica seria a primeira a construir uma justificativa filosófica para a autoridade masculina sobre os filhos e a mulher “[...] a autoridade do homem é legítima porque repousa na desigualdade natural que existe entre os seres humanos” (BADINTER, 1980, p. 27). A filosofia aristotélica aproxima assim o homem de família do rei e de Deus e todos os outros seres estariam assim subjugados numa relação de obediência.

A teologia cristã de tradição judaica não contradiz a hierarquia de gênero. Badinter (1980) cita dois textos do Antigo e do Novo Testamento respectivamente. No Gênesis, a criação de Eva a partir da costela de Adão dá a ele quase que o status de criador, aquele a quem a mulher deve sua existência. Na cena da árvore do conhecimento, Eva leva Adão a pecar, e responde pelo ato dele com punições severas. A marca do mal está definitivamente instalada.

Pela orientação cristã, a mulher deve agir de acordo com sua condição de inferioridade: com modéstia e silêncio. Badinter cita Flandrin (1980), para quem todas as orientações e legalizações das relações entre o homem, sua mulher e filhos

denunciam a dificuldade que ele encontrava em seu lar, sendo necessária uma legislação da vida cotidiana e das relações familiares.

Continuando a seguir o argumento de Badinter, constatamos que a organização social e política reza na mesma cartilha. Badinter cita o Código Civil francês, que data do século XVIII, em que Napoleão ordena que no dia do casamento a mulher jure obediência ao marido como forma de reconhecimento de sua “invalidez [...] e da necessidade de uma direção única para a família”. (BADINTER, 1980, p. 33) Nesse momento, interessa ao Estado que a estrutura e organização social da família corroborem com o absolutismo político vigente.

É clara a analogia entre o rei e o Deus-Pai: para além da autoridade monárquica que se fundamenta na hereditariedade e no direito natural, o poder absolutista encarnava o direito divino. Como afirma Badinter: “[...] o rei é a imagem de Deus na terra, pai de seus súditos” (BADINTER, 1980, p. 35). A mulher assume lugar de destaque como figura estratégica na dominação e subordinação dos filhos, compondo, como demonstra Badinter, o cenário da organização social:

Deus, o rei, o pai e o pastor só dirigem suas criaturas, súditos, filhos e rebanhos por intermediários vigilantes: a Igreja, a polícia, a mulher e o cão de guarda. [...] Ela [a mulher] tem poder e autoridade sobre eles [os filhos]. Mas esse poder lhe foi delegado e por sua vez, ela está submetida ao esposo como a Igreja a Cristo, a polícia ao soberano e o cão ao pastor. Seu poder não lhe é exclusivo. Está sempre a disposição do senhor. Evidentemente sua natureza de guardiã está mais próxima daquilo que ela guarda do que do senhor. (BADINTER, 1980, p. 35).

Contudo, a compreensão de alguns pensadores da filosofia ou da teologia influenciava um grupo muito pequeno de mulheres, a grande maioria delas experimentava uma realidade muito diferente em que a criação de filhos era percebida como um sacrifício sem nenhum *glamour* ou projeção social. Em contrapartida, essa atitude de desmerecimento da maternidade por parte da mulher encontrava ressonância na sociedade da época por ser o pai o centro da família e essa deveria funcionar de forma a lhe oferecer bem estar e privilégios.

A partir da Idade Moderna vamos assistir à gradual destituição do homem desse lugar central e a ascensão da criança, agora vista como parte essencial do projeto de prosperidade e aposta no futuro, característicos das aspirações da época. Longe de ser compreendida como sujeito, a criança será alvo de todo tipo de intervenções pedagógicas e sanitárias, no intuito de prepará-la para assumir, na

idade adulta, desde o amparo aos pais à condução do Estado. A violência franca e sem medidas contra as crianças é, aos poucos, minimizada, mas nunca deixou de existir e permanece na pauta dos Direitos Humanos.

Para o filósofo Jean-François Mattéi (2002), o homem cultural é produto de uma intensa luta entre forças da razão e da barbárie e não há nada na natureza que se compare aos processos humanos. Longe de perceber a natureza como o reino da harmonia e da paz, posto que as disputas se façam de forma feroz, porém, os pontos em questão são claros, intuituais e os oponentes nunca variam. Já no reino humano a razão parece fazer uma borda de contenção para o *quantum* de violência e barbárie que existe em cada um e em todos.

Mattéi (2002) circunscreve toda a discussão filosófica européia da razão humana e seus correlatos (alma, consciência, interioridade, dentre outros) a uma questão de espaço. O dentro, o fora, o alto; sendo o grande desafio fazer coincidir os limites entre eles para que “[...] do caos advenha a ordem” (MATTEI, 2002, p. 139). O sujeito moderno ou sujeito da razão seria assim vitorioso na medida em que estabelecesse os limites e o equilíbrio entre as realidades interna (interioridade) e externa (sociabilidade e a dimensão de um Bem maior, Deus).

No apogeu da civilização européia, foi possível acreditar que o homem alcançaria uma tripla vitória sobre as forças de dissociação que negavam a sua humanidade revelada pelo “pensamento, a razão e a lei”. A ignorância se dissiparia à medida das luzes da razão, o desejo se curvaria às ordens da razão e a barbárie se submeteria à civilização numa conversão de todo o seu ser [...]. (MATTÉI, 2002, p. 141).

Nesse contexto, a interiorização seria o resultado da dissolução da tradição grega e da tradição cristã na modernidade, oriunda do deslocamento da ideia de alma, para a ideia de Deus, até a ideia de indivíduo/individualismo, enfatizando gradativamente o sujeito. Nesse processo, o caráter principal da modernidade é a passagem da substancialidade para a subjetividade. A separação da alma do mundo externo e de Deus leva a um processo de interiorização da barbárie, há uma dissociação do ser, resultado da dissolução da tradição grega e da tradição cristã.

A invenção da subjetividade e seus processos, tão claramente descrita nos textos de Santo Agostinho, segundo Mattei (2002), expressa a passagem para o mundo moderno, mas, mais que isso, aumenta a distância entre o dentro e o fora, “crucifica o mundo terreno” e suas expressões mais sensíveis como o sexo

enquanto atividade humana. Na correnteza que compreende o homem como ser destinado a Deus e ao sagrado, como qualificar o processo da maternidade com seus excessos de intimidade e afetividade?

De fato, segundo Mattéi (2002), o projeto de prosperidade da modernidade para o homem, em que todas as apostas convergem para a razão e para o conhecimento, na crença de um mundo asséptico e previsível, parece dar a maternidade a chancela de fato natural sem maiores implicações. No entanto, a modernidade não alcançou a todos, nem se cumpriu a promessa de esclarecimento, fundada no pensamento como resistência a toda forma de ignorância e violência. O sujeito voltado para si idolatra seu próprio ser e se fecha para a alteridade, condição de produção de sua própria subjetividade. Da indiferença para com o outro ao seu uso como objeto, estamos a apenas um passo e em muitos casos a diferença, fonte de crescimento e ampliação dos espaços simbólicos, torna-se uma ameaça iminente.

A maternidade associa duas dimensões humanas de difícil articulação: a biológica (portanto natural, determinada por um corpo biológico) e a cultural (a humanização da procriação). A fêmea humana, quando dá a luz à sua cria, deve, por uma determinação cultural, tornar-se mãe. Ato subjetivo que exige uma torção delicada e não sem custos para a mulher e o bebê. O gesto de generosidade que implica a maternidade talvez não caiba mais para o sujeito moderno descrito por Mattéi.

A novidade absoluta do sujeito moderno, retirado em seu *quanto a si*, reside na indiferença radical por ele manifestada em relação a qualquer forma de exterioridade, quer seja divina, mundana, quer social. O sujeito torna-se estranho a tudo que não é ele, como se olhos se tivessem virado nas órbitas para olharem apenas suas próprias cavidades. (MATTÉI, 2002, p. 156).

As exigências próprias do exercício da maternidade, em particular a disponibilidade de tempo e o investimento de afeto, deslocam a mulher moderna de seu tempo e contexto, localizando essas mulheres num discurso que pode soar antiquado e fora de moda. Ou seja, a maternidade implica sim em fusão, mas também em alteridade, em sustentação da diferença, muitas vezes intolerável. Para as mulheres pobres que tiveram suas escolhas muitas vezes determinadas por questões de sobrevivência, a maternidade pode significar mais uma imposição da

vida, do corpo de mulher, a qual ela não poderá responder a partir do exercício da escolha.

Sobre a barbárie, Mattéi constata:

A barbárie é constitutiva da humanidade mesmo que o processo de subjetivação dos modernos tenha contribuído para a passagem da barbárie predadora, característica das civilizações antigas, à barbárie refletida. (MATTÉI, 2002, p.159).

Nesse sentido, a violência materna pode ter várias explicações e pode ser abordada sob vários aspectos, mas aqui nos interessa a deflagração da violência, constitutiva de cada um, dentro de uma relação tão específica como é o caso da relação entre mãe e filho que pressupõe uma intensa carga de afeto, mesmo quando despida da “áurea rósea” que os estereótipos sociais insistem em propagar.

Como nos dois exemplos citados por Mattéi no final de sua obra (2002, p.181), fazendo uma alusão ao toque mudo da barbárie, também as marcas deixadas pela violência doméstica podem ser vistas nos corpos dos pequenos ou no comportamento auto-destrutivo dos adolescentes, contudo, os sons (gritos, xingamentos, lamentos, gemidos e súplicas) são apenas intuídos por nós. O que chamamos de “violência silenciosa”, porque não alcança nossos ouvidos, se impõe de maneira gritante, ensurdecadora pelas imagens cotidianas nos conselhos tutelares, nas promotorias e nas delegacias. Contudo, a barbárie que se estabelece em muitos lares, vitimando crianças e adolescentes, não nos parece ser de simples compreensão, nem cabe na fórmula simplista agressor/agredido. É uma violência com precedentes afetivos muito antigos, o agressor e, no nosso caso, a mãe agressora, traz sua subjetividade corroída já por tantas outras violências silenciosas, por um aniquilamento de seu ser.

O autor, citando Plotino, filósofo do século IV, descreve um “[...] movimento de retração da alma que se separa do mundo e de Deus” (PLOTINO apud MATTÉI, 2002, p. 146), num recolhimento que interioriza a barbárie, antes contida pelos limites da razão, e agora sepultada no sujeito, mas ainda presente e parte constituinte deste.

O homem interior descobrirá nele essa fissura da alma a partir da qual se destacarão, de um lado, um homem destinado ao universal, tal como o pensará o humanismo da Renascença, e, do outro, um sujeito fechado no

particular, tal como o sonhará o individualismo dos Modernos. (MATTÉI, 2002, p. 147).

Essa “fissura”, que por vezes deixa escapar algo que não queremos reconhecer como humano, por não coincidir com o nosso projeto para o homem racional e cristão e que gastamos tantos séculos para construir, se torna exposta a olhos, incapazes de compreender o gesto violento ou o absoluto silêncio que agride a quem questiona incansavelmente: o que queres de mim? A criança será assim, para além de vítima disso de que escapa, testemunha da solidão da alma humana, a do sujeito materno, que recua para dentro da “caverna” obscura e sem respostas, posto que essas respostas estão no fora, no encontro e na possibilidade se simbolizar.

Se é verdade que a Modernidade nos conduziu às luzes da razão e do discernimento, também é fato que a interiorização afrouxou os laços que sustentavam o homem junto a seus pares e a Deus, ampliando o sentimento de desamparo e destituindo de sentido a existência humana. A Modernidade, e, em especial a Contemporaneidade é também identificada por Mattéi como a era dos procedimentos, definida por suas regras e protocolos, que despersonaliza a experiência humana no esforço de torná-la mecânica e mensurável.

Para dizer de outro modo, o homem contemporâneo tende a não mais se conceber como um ser substancial, relacionado com uma instância espiritual expressa em atos reais, o que estava tradicionalmente implicado nas noções de “alma”, de “homem interior” ou de “pessoa” e sim como um sujeito procedimental separado de toda realidade substancial. O procedimento substitui doravante o fim e o formalismo das operações substitui a verdade do conteúdo dessas operações. (MATTÉI, 2002, p. 153-154).

O sujeito moderno, destituído de uma tradição com a qual seu ser possa se espelhar e que lhe confira um sentido maior que o de estar restrito a si mesmo, acaba por engendrar uma auto-produção desvinculada da realidade universal e, por isso mesmo, fora de um projeto que o situe na ordem do sentido (MATTÉI, 2002). Atentos ao pensamento do autor, observamos que a modernidade constrói, em especial, um projeto para o sujeito feminino e as profundas transformações que redesenham o papel da mulher na sociedade.

Aparentemente, uma brilhante ascensão em direção aos processos que a libertaram do mundo doméstico e da determinação do binômio mãe-esposa

(evidentemente, não para todas), contudo, para ela também vale a descrição de isolamento do sujeito moderno do qual nos fala Mattéi (2002) e a construção da dimensão materna torna-se um tanto complexa. O autor cita Paul Valéry: “Um homem só está sempre em má companhia” (VALÉRY apud MATTÉI, 2002, p. 172), o que nos leva a pensar que o encontro, a alteridade e nossa capacidade de interlocução talvez sejam nossos componentes mais humanos, “o sentido óbvio do ato de existir” (MATTÉI, 2002, p. 172).

Segundo Mattéi (2002), o pensamento é nosso fundamento ético, é uma brecha que se instaura entre os gestos fazendo um momento de suspensão em que se torna possível escolher, fazer diferente. Essa “pausa” pode ser induzida, facilitada, não para fazer o catecismo habitual da sociedade, mas para devolver ao sujeito sua habilidade de pensar, sua capacidade de reconhecer-se no outro a quem ele subjuga e mal-trata. O pensamento e a palavra fazem um fosso entre o humano e a violência, é o limite essencial entre a civilização e a barbárie.

Pois o pensamento instaura uma censura original no fio do tempo. Ele é o hiato que permite ao homem suspender uma ação, interromper um processo, estabelecer uma ruptura nessa rede tecida de desejos e carências, necessidade e submissão, que é o fluxo contínuo da vida. (MATTÉI, 2002, p.173).

O pensamento, em articulação com a palavra, permite ao sujeito ter acesso ao universo simbólico (e, por conseguinte, à cultura), escapar da barbárie animal e se inserir em um sistema que pré-existe. Mas, o que pensam essas mães? A qual qualidade de pensamentos nos referimos? Ou ainda, o que é possível construir em termos de ideias e pensamentos, na esteira das sociedades contemporâneas, no que diz respeito à relação entre mãe e filho? Seria possível se inventar enquanto mulher e mãe diante dos imperativos da sociedade de consumo, a era do efêmero, do individualismo e do imediatismo? Parece-nos um grande desafio, no entanto, concordamos com Mattéi e acreditamos na palavra refletida como uma consistente ferramenta de trabalho que devemos disponibilizar para estas mães. Palavra refletida “[...] porque o pensamento tem o poder de interromper o encadeamento da vida animal para se alojar nesse intermédio, retirado dos processos temporais [...]”. (MATTÉI, 2002, p. 174).

Sim, elas são capazes, como qualquer um de nós, de abrir essa fenda no fluxo contínuo do tempo e fazer pensar-falar a mãe, a filha, a irmã, todas elas que

habitam uma mesma mulher, deixando emergir o fundamento ético da humanidade, como nos informa Mattéi (2002), o pensamento. No Capítulo III estudaremos a dimensão psíquica em contraponto à consciência e ao pensamento abordando especificamente a constituição do universo feminino e sua relação com a maternidade. A mulher, que em nossa sociedade se encontra no centro das discussões envolvendo o tema família, também figura nos autos da Justiça como agressora de sua prole. Por esse motivo, faremos um percurso que pretende ir do geral – condições sociais de existência das famílias – ao particular – casos específicos de violência dentro do contexto familiar.

3 A MULHER E A MATERNIDADE NA TEORIA PSICANALÍTICA

Os textos psicanalíticos, em especial a obra de Freud, que abordam a questão da mulher e sua constituição psíquica, não vão muito além do enigma. O discurso sobre a mulher por diversas vezes traz adjetivos como “mistério” ou “irrevelado”. De fato discussões sobre a mulher e a feminilidade ainda hoje desafiam quem se aventure por essas veredas. Desde a antiguidade e em todo o processo de construção do conhecimento os estudiosos elegeram o ser humano do sexo masculino como medida para se pensar toda e qualquer manifestação da raça sendo o sexo e a fase da vida apenas variações, sem muita magnitude, de uma mesma versão, a versão masculina.

É justamente desse ponto frágil da psicanálise freudiana que a autora Colette Soler (2003) retoma a questão, agora, porém, dirigida à psicanálise contemporânea e, essencialmente, ao discurso lacaniano. Teria esse novo discurso uma nova abordagem da feminilidade? O discurso lacaniano haveria ultrapassado a sombra do mistério, do enigmático? O que Soler afirma, a princípio, é que a denúncia está lançada e é público o reconhecimento de que a sistematização freudiana torna o masculino a medida de todas as coisas.

Lacan estigmatizou o “escândalo” do discurso analítico. Com isso designou a incapacidade de pensar o que é próprio da feminilidade e, mais ainda, o “forçamento” freudiano, que não soube fazer mais que transpor para as mulheres a “toesa” que valia para os homens. (SOLER, 2003, p.15).

Ainda que admitindo sua limitação e todos os impasses gerados dentro da teoria, a psicanálise dá sua contribuição quando afirma: sim, homens e mulheres são diferentes. Mais além, não se trata de uma afirmação baseada apenas nas determinações biológicas de machos e fêmeas, mas que reúne aspectos diversos da constituição subjetiva que se apresenta também de maneira distinta.

3.1 No princípio era Freud: as primeiras incursões da psicanálise ao feminino

Neste capítulo, iniciamos nossa discussão recorrendo a alguns textos básicos da obra de Freud que irão servir de “porta de entrada” para outros autores também investidos no tema. Nesse sentido, a obra “A organização genital infantil” nos dá

importantes contribuições. Nela, Freud reafirma seu interesse por essa discussão, bem como a relação e proximidade entre as experiências ou pesquisas sexuais infantis e as manifestações da sexualidade na vida adulta. Nesse ponto, nos interrogamos sobre tais manifestações ou expressões nas mulheres e sua associação com a maternidade.

Freud abre essa discussão fazendo uma correção de seus trabalhos anteriores nos quais afirma ser a escolha do objeto definida ainda na primeira infância e, essa escolha, a maior aproximação possível entre a sexualidade infantil e a forma final assumida pela vida sexual após a puberdade (FREUD, 1932). Ele demonstra que essa proximidade vai mais além do que se supunha, e significa, principalmente, uma maior e mais intensa participação dos genitais ainda na primeira infância e não apenas como um desfecho da puberdade.

O interesse nos órgãos genitais e em sua atividade toma, segundo Freud, boa parte da atenção da criança, bem próximo da realidade dos adultos. No entanto, não chegamos ainda à sua mais contundente afirmação, a de que a maior e mais importante diferença entre a sexualidade infantil e a dos adultos está no reconhecimento, no caso das crianças, de apenas um órgão genital, o masculino.

Ao mesmo tempo, a característica principal dessa 'organização genital infantil' é sua diferença da organização genital final do adulto. Ela consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo. (FREUD, 1932/1996, p. 180).

E como seria para as meninas? Freud se apressa em afirmar que apenas para os meninos é possível descrever com segurança esse processo de constatação da presença do falo. Ao que parece, o menino dedica boa parte de sua atenção à pesquisa entre os que têm ou não o falo, inclusive entre os seres inanimados. Cria, a partir daí, várias fantasias, ou teorias, para explicar a ausência do falo, aqui compreendido pela criança como parte integrante de todos os seres, assim como ele próprio.

É através dessa pesquisa que o menino irá se deparar com o fato de que nem todos possuem o pênis, sem, contudo, associar essa ausência à diferença entre os sexos. Segundo o autor, a primeira reação da criança é a negação, ou seja, o pênis está lá, só que muito pequeno e ainda vai crescer; em seguida, evoluem para outra

construção e acreditam em algo que existia ali e que, por algum motivo, foi retirado. Essa constatação faz com que o menino, sob o temor de perder o pênis, renuncie ao desejo de posse da mãe, acatando a lei da interdição. Como nos informa Pommier:

O complexo de castração propõem, com a ameaça corporal que significa, um mecanismo simples para explicar a privação de gozo que um pai impõe a seu filho. [...] A angústia que o ser humano pode experimentar não havia jamais sido antes relacionada com a falha em seu gozo, e menos ainda com a castração. [...] O desconhecido da morte durante muito tempo emprestou seu nome ao desconhecimento da castração. (POMMIER, 1987, p. 17).

A ausência do pênis parece ter importância significativa e gerar forte ansiedade. Para a criança a ausência do pênis pode representar uma desqualificação, por isso, a mãe só “perderá seu pênis”, ou seja, só será incluída entre os seres desprovidos do falo, muito mais tarde. A criança associa a castração a uma punição pelos impulsos inconfessáveis. Possivelmente, a mãe, por seu valor afetivo para a criança, não fará parte da classe de pessoas descritas abaixo.

Ao contrário, a criança acredita que são apenas pessoas desprezíveis do sexo feminino que perderam seus órgãos genitais – mulheres que com toda probabilidade, foram culpadas de impulsos inadmissíveis semelhantes ao seu próprio. Mulheres a quem ela respeita como a sua mãe retêm o pênis por um longo tempo. Para ela, ser mulher ainda não é sinônimo de não ter pênis. (FREUD, 1932/1996, p. 182).

Nesse ponto a origem e nascimento dos bebês passam a compor a construção da teoria infantil numa lógica compensatória em que as mulheres perdem o pênis, mas, em troca recebem um bebê. Na concepção do autor, essa teoria, ao mesmo tempo elucidativa e consoladora, deixa fora de questão o genital feminino. Diz o autor: “[...] em tudo isso, os órgãos genitais femininos jamais parecem ser descobertos” (FREUD, 1932/1996, p. 183-184). Contudo, para as meninas, eles sempre estiveram lá. Como se dá, na perspectiva da menina, o reconhecimento de seus genitais comparados ao do menino?

Para Pommier, a “falta” só se manifesta dentro do reconhecimento de uma presença potencial, “a do símbolo fálico” (POMMIER, 1987), o que não marca exatamente uma diferença de sexo entre meninos e meninas, mas sim entre castrados e não castrados. Para o autor, a compreensão da diferença entre falo e pênis é primordial no entendimento do processo em que as crianças, dentro da

dinâmica sexual, localizam homens e mulheres e, por conseguinte, irão se alinhar também.

Pommier (1987) define o falo como aquilo que é demandado pela mãe, que nomeia o desejo dessa mulher, o que é muito diferente do membro masculino e afirma que a identificação ao falo, que faz da mãe uma mulher fálica, não se associa, em nenhuma hipótese, à diferença anatômica entre os sexos.

A própria falta, e o falo que responde a ela, não são, pois, a causa primeira de uma rivalidade. São, ao contrário, uma condição universal de existência, porque toda criança teve, no início, ela mesma, um tal falo. Se ela pode crer que sua mãe e as mulheres em geral são providas dele, é porque ela mesma encarnou esse símbolo. Uma crença que lhe fosse contrária seria uma negação da sua própria existência. Dessa maneira, a castração e a morte estão associadas nos pensamentos, nos quais elas se implicam mutuamente. O falo que a criança encarna, assim, por amor, responde à demanda que ela supõe em sua mãe: eis porque ela vai alucinar a presença de um pênis materno. (POMMIER, 1987, p. 19).

Constatamos que na teoria psicanalítica essa comparação ou essa dualidade vai estar presente em outras discussões. A “polaridade dos sexos” como nos afirma Freud, irá determinar profundamente a constituição psíquica de homens e mulheres. Freud anuncia essa dualidade como antíteses que, a cada estágio do desenvolvimento, será experimentada pelo sujeito de maneira diferente. Somente na maturidade sexual será reconhecido o par masculino/feminino e associados, cada qual, a posturas ou atitudes distintas, quais sejam, as de sujeito e objeto. O masculino é descrito como sujeito e está articulado a “atividade e posse do pênis” e o feminino à figura de objeto e passividade.

Por mais que sejamos convocados por essas duas palavras (objeto e passividade) não cabe aqui uma discussão sexista, ainda que concordemos com Soler no que diz respeito ao falocentrismo: “Pelo menos, fica claro que ele não deixa de estar ligado aos preconceitos sexuais, ou seja, ao fato de que nenhum dito escapa à parcialidade da identidade sexual” (SOLER, 2006, p. 17). Interessa-nos mais refletir sobre a coincidência entre estas palavras e a atitude feminina nas diversas dimensões da vida, em especial, a maternidade e sua relação com, nas palavras de Freud, a “herança do útero”.

Em “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), Freud dá seqüência ao desenvolvimento de sua explanação tanto sobre o complexo de Édipo quanto ao de castração. Também nessa obra, o autor discorre sobre da organização sexual

infantil feminina e da fantasia que as meninas nutrem quanto ao amor incondicional do pai, bem como de sua importância primordial no desenvolvimento sexual das mesmas. Mas, tanto para as meninas quanto para os meninos, chega o momento do “desapontamento”, em que tais fantasias são confrontadas aos fatos de realidade que colocam em dúvida, para a criança, a primazia do amor dos objetos em questão.

Uma das situações cotidianas em questão é a descoberta pela criança da capacidade de excitação dos órgãos genitais com a concomitante percepção de que isso não agrada aos adultos. No caso dos meninos, a ameaça de castração reforçada pela visão dos órgãos genitais femininos constitui forte razão para abandonarem a hipótese de satisfação do desejo. Segundo Freud, o complexo de Édipo prescreve duas formas de satisfação que poderiam se realizar de maneira ativa pela posse da mãe, tendo relações com ela como tem o pai ou de forma passiva, sendo o objeto amado pelo pai tomando o lugar da mãe. Nas duas situações, um dos pais representará um empecilho entre a criança e a satisfação de seu desejo.

Pois bem, para os meninos temos aí uma construção teórica consistente tanto para o complexo da castração, quanto para seu desfecho em uma constituição do superego. Já para as meninas, o argumento é bem mais frágil. Segundo Freud, as meninas não estão sob a ameaça da perda do pênis, portanto, a superação da organização genital infantil e a constituição do superego teriam suas origens na ordem externa, na educação e intimidação. Dessa maneira, o processo simbólico do complexo de castração e seu desfecho seriam, nesse caso, de ordem afetiva. A menina teme perder o amor dos pais e, por isso, acata as proibições e interdições.

O próprio autor não parece satisfeito com as proposições levantadas até aqui e segue se questionando quanto à existência de uma organização fálica nas meninas que justificasse os processos psíquicos pelos quais elas também passam, quais sejam, os complexos de Édipo e castração e a formação do superego. Freud admite a existência de uma organização fálica nas meninas, mas não há como negar as diferenças anatômicas e as determinações que cada qual irá produzir nos sujeitos. No entanto, segundo o autor, as meninas também se percebem portadoras de um pênis, posto que, o clitóris cumpre exatamente a mesma função do órgão masculino.

A constatação que a menina fará da diferença e da incompletude do seu órgão genital será amparada, no início, pela fantasia de que o mesmo crescerá, mas

não tarda a imaginar que um dia possuía um pênis como os meninos e que fora castrada. Para Freud essa é a grande diferença entre meninos e meninas, para os primeiros se impõe a ameaça de perder seu órgão genital, já para as garotas, a castração está posta, é fato consumado.

Pommier (1987) questiona se essa constatação realizada pela criança tem de fato o peso que pressupomos ou se haveria outra questão que precederia a base biológica. Segundo o autor, basta uma outra constatação, a de que o que a criança tem a oferecer à mãe não é suficiente para satisfazê-la e, por isso, ela irá buscar noutro lugar.

Nessa outra parte, sem dúvida, ela encontrará o que lhe falta, esse falo, ao qual o pênis, como o clitóris, sempre se mostram desiguais. A castração é o resultado da ameaça implícita que resulta da comparação entre falo e pênis, e a constatação da diferença anatômica entre os sexos é o acidente secundário que lhe dá forma. [...] A precedência do falo sobre o pênis permite considerar as modalidades da castração para uma mulher, a qual, se essa hipótese não fosse levantada, não reconheceria falta alguma quanto à sua anatomia. [...] É simples demais supor que a inveja do pênis apareceria num momento de competição com o menino. Da mesma forma, uma mulher não se considera privada do pênis porque os homens a vêem assim. (POMMIER, 1987, p. 20).

A torção que observamos nesse caso exige da menina, a nosso ver, uma maior maturidade sexual e afetiva para completar seu desenvolvimento, posto que não há nenhuma base concreta, visível, pela qual as meninas iniciariam esse processo. Para os meninos são fatos reais tanto a existência e funcionamento fisiológico do pênis - bem como as exigências pulsionais associadas a esse órgão - quanto à visão aterradora, nas mulheres, da sua inexistência. Essa afirmação não nos autoriza a pensar a organização genital infantil feminina como inexistente ou menos intensa, contudo, nos intriga tal explicação oferecida, até aqui pela psicanálise, na qual o processo nas meninas seria muito mais simples. Nas palavras de Freud:

Nela, muito mais que no menino, essas mudanças parecem ser resultado da criação e de intimidação oriunda do exterior, as quais a ameaçam com uma perda de amor. O complexo de Édipo da menina é muito mais simples que o do pequeno portador do pênis; em minha experiência, raramente ele vai além de assumir o lugar da mãe e adotar uma atitude feminina para com o pai. (FREUD, 1924/1996, p. 223).

O complexo de Édipo para as meninas pode ser assim descrito como um processo que inaugura uma nova ordem nas relações objetais redefinindo os papéis dos atores. Nesse ponto de sua argumentação, Freud oferece um novo elemento, o filho como parte constituinte de uma das possibilidades de solução do complexo de Édipo nas meninas. A maternidade, ou a possibilidade de gerar um bebê, ganha aqui um estatuto inusitado e, na opinião do autor, capaz de organizar a libido infantil feminina noutra direção, a direção paterna.

Assim, a “renúncia do pênis” parece tornar-se um pouco mais tolerável e oferecer uma compensação que restaure na menina sua possibilidade fálica, ainda que em outra ordem simbólica. Podemos aferir a partir da proposição freudiana que a maternidade surge muito cedo no universo feminino e recebe na psicanálise uma posição de extrema importância. Mesmo considerando que a menina não possui ainda todas as informações sobre o que venha a ser isso, a maternidade estará desde muito cedo associada ao desejo e a organização fálica.

Já em sua obra “A sexualidade feminina” (1927-1931/1996), Freud se questiona sobre quais os caminhos percorridos pela menina para se afastar da mãe que, assim como para o menino, é seu grande objeto de amor, e alcançar o pai. Como e porque a menina reconfigura sua organização sexual em função de um novo objeto? É interessante perceber que tal reconfiguração irá representar uma mudança radical e profunda capaz de determinar um novo campo psíquico denominado feminino.

A mãe pelo pai, o clitóris pela vagina, essa é, segundo a teoria freudiana, a gênese da constituição do feminino. É no delicado trabalho de análise das mulheres que Freud será surpreendido por dois aspectos da sexualidade feminina. Primeiro, onde se supunha o pai na ligação edipiana estava, originalmente, a mãe; segundo, o tempo de ligação entre a menina e a mãe foi, nas palavras do autor, “grandemente subestimado”. Objeto, intensidade e tempo parecem ser, a princípio, as categorias que oferecem ao estudo da organização genital infantil feminina as peculiaridades que a destacam da constituição masculina. A essa fase pontuada por essas características Freud chamará de pré-edipiana, ao mesmo tempo condição e prerrogativa feminina.

De fato, durante essa fase, o pai de uma menina não é para ela muito mais do que um rival causador de problemas, embora sua hostilidade para com ele jamais alcance a intensidade característica dos meninos. [...] Nossa

compreensão interna dessa fase primitiva, nos chega como uma surpresa, tal como descoberta, [...]. (FREUD, 1927-1931/1996, p. 234).

A fase pré-ediariana representa para as meninas um momento importante no desenvolvimento e organização da sexualidade, bem como, segundo Freud, estabelece uma relação com a etiologia da histeria. É nessa mesma fase que a menina experimenta uma atividade sexual próxima a dos meninos, ou seja, ativa e dirigida à mãe. Freud afirma que as mesmas condições que justificam a escolha do primeiro objeto de amor pelos meninos estão presentes na vida das meninas, portanto, é natural que essa escolha se coloque na vida de todas as crianças.

Chama a nossa atenção como a maternidade na teoria psicanalítica é colocada no início, meio e fim da trama da feminilidade, com status de princípio de toda marca de afeto, meio de constituição da realidade sexual e de entrada no Édipo e, por fim, solução do mesmo. Vale ressaltar ainda que nessa trama nada é estanque ou definitivo, os fios de que dispõe a menina no princípio de sua constituição (objeto e zona genital originais) parecem acompanhá-la até o fim do tecido oferecendo à trama um caráter de complexidade e muitas vezes uma apresentação insólita só compreendida no processo de análise.

Seguindo a construção freudiana, e como já foi dito antes, a menina deverá buscar um novo objeto e essa busca será determinada pela mudança, ou ampliação, das áreas de excitação em seu próprio sexo. Assim:

Também o primeiro objeto de uma mulher tem de ser a mãe; as condições primárias para uma escolha de objeto são, naturalmente, as mesmas para todas as crianças. Ao final do desenvolvimento dela, porém, seu pai "C" deveria ter se tornado seu objeto amoroso. Em outras palavras, à mudança de seu próprio sexo deve corresponder uma mudança no sexo de seu objeto. Os novos problemas que agora exigem investigação são a maneira pela qual essa mudança ocorre, quão radical ou incompletamente ela é efetuada, e quais as diferentes possibilidades que se apresentam no decurso desse desenvolvimento. (FREUD, 1927-1931/1996, p. 236-237).

Além de anunciar a mudança profunda e delicada que deve ser empreendida pelas meninas no sentido da constituição feminina, Freud não oferece nenhuma garantia de sucesso nessa empreitada. O pai simbólico a quem ela deve buscar talvez não seja encontrado e caso isso ocorra, ainda sim, mais de uma escolha é possível ser feita e nem todas são a expressão de uma feminilidade plena. E quais seriam esses caminhos?

Freud demonstra mais segurança na descrição dos complexos de Édipo e de castração dos meninos que se colocam de forma muito diversa para as meninas. No caso da criança do sexo feminino, a constatação da castração leva a um estado de rebeldia por sua “deficiência” em relação ao menino. Essa atitude inaugura, segundo Freud, três possibilidades de resolução. A primeira possibilidade se expressa por um abandono da atividade clitoriana ou fálica, bem como de toda atitude masculina, trata-se de uma suspensão da atividade sexual; a segunda possibilidade aponta para uma ilusão de que o pênis ainda virá e se traduz por um comportamento masculinizado e, por fim, a terceira possibilidade, que, por vias tortuosas, levaria a menina à feminilidade normal, nas palavras de Freud:

Só se seu desenvolvimento seguir o terceiro caminho, muito indireto, ela atingirá a atitude feminina normal final, em que toma o pai como objeto, encontrando assim o caminho para a forma feminina do complexo de Édipo. Assim, nas mulheres, o complexo de Édipo constitui o resultado final de um desenvolvimento bastante demorado. (FREUD, 1927-1931/1996, p. 238).

É a partir desse momento que Freud estabelece entre meninos e meninas uma segunda aproximação. Na primeira, ele afirma, como vimos anteriormente, que o mesmo objeto se coloca para ambos os sexos, mas nomeia, para as meninas, como fase pré-edipiana. Na segunda, o complexo de Édipo se instala também para as meninas, contudo, ao contrário do desenvolvimento masculino que encerra de forma ruidosa um período de intensa atividade fálica em relação ao objeto, para as meninas é a retomada de tal atividade marcada pela mudança de objeto onde o pai será o eleito.

Se para os homens existe a possibilidade, ainda que dolorosa, de encerrar a fase edipiana e estabelecer um novo caminho demarcado pelo superego, herdeiro do complexo de castração, para a mulher isso não é, segundo Freud, uma regra. Ele afirma que, a fase edipiana “com muita frequência, de modo algum é superado pela mulher” (FREUD, 1927-1931/1996, p. 238). Contudo, a realidade demonstra que as mulheres farão escolhas amorosas e sexuais se afastando, ainda que parcialmente, do objeto edipiano. Mais adiante, veremos como Freud resolve essa equação.

Por agora, vamos nos aprofundar um pouco mais nos processos que concorrem para que a menina se afaste da mãe. É a partir de sua clínica com mulheres e das relações que elas estabelecem com novos objetos que Freud demonstra a persistência da fase pré-edipiana e como ela emerge, por exemplo, na

relação conjugal onde haveria uma reedição da relação com a mãe. Os aspectos identificados na relação com a mãe estariam fortemente determinados pela sexualidade infantil. A exigência de posse exclusiva expressa na rivalidade entre irmãos, a impossibilidade de satisfação em seus objetivos sexuais, são dois aspectos que podem levar ao desapontamento, dando lugar a uma atitude hostil, contribuindo para esse afastamento.

No entanto, Freud parece dar grande importância a um outro evento nessa dinâmica, a constatação pela menina da ausência do pênis em si mesma. Após um determinado tempo em que a menina explora a excitação do clitóris, tempo que varia para cada criança, ela percebe a diferença incontestável entre ela e o menino. Vale ressaltar que a descoberta dessa excitação por parte da menina tem uma base real nas atividades de higiene corporal efetuada pela mãe ou outra pessoa. E esse seria um primeiro motivo para a menina se rebelar, posto que, a mesma pessoa que lhe apresenta a possibilidade de excitação é a que fará a proibição da masturbação.

Freud afirma que a essa proibição pode haver uma resposta da menina de uma “persistência desafiadora na masturbação” (FREUD, 1927-1931/1996, p. 240) e uma atitude masculinizada ou ainda, determinará sua escolha de um novo objeto. De qualquer forma, essa experiência será importante no afastamento que deve empreender a menina em relação à sua mãe e o ressentimento por haver sido restringida em sua atividade sexual contribuirá para isso.

Retomando a questão da ausência do pênis, Freud afirma que será com relutância que a menina irá assimilar essa realidade que, num primeiro momento, será identificada como uma característica própria ainda não associada às mulheres. Esse reconhecimento da castração posta para todas as mulheres se dará mais tarde e não sem prejuízos. Segundo Freud, também as meninas reagem de forma negativa a essa descoberta.

Invariavelmente a criança encara a castração, em primeira instância, como um infortúnio peculiar a ela própria; só mais tarde compreende que ela se estende a certas outras crianças e, por fim, a certos adultos. Quando vem a compreender a natureza geral, disso decorre a feminilidade – e com ela, naturalmente, sua mãe – sofrer uma grande depreciação a seus olhos. (FREUD, 1927-1931/1996, p. 241).

É correto afirmar que em seu texto Freud busca se resguardar, apontando a fragilidade de sua hipótese e considerando a grande diversidade de respostas que

cada mulher pode produzir face à castração, mas é fato que a proibição estabelecerá um conflito que acompanhará todo o desenvolvimento sexual.

Seguindo ainda as proposições freudianas, é no final da primeira fase que emerge na menina o sentimento de revolta por ter sido feita de maneira incompleta, a mãe está em débito com ela. Apesar da longa lista de motivos e justificativas para a atitude de hostilidade da menina em relação à mãe, Freud parece acreditar que a ligação original intensa traz consigo o germe da reversão, sendo o afastamento e os conflitos inevitáveis. Demonstra ainda que os processos analíticos acompanhados por ele, com muita frequência, traziam uma insatisfação em relação aos cuidados maternos sempre apontados como incompletos ou insuficientes.

Essa insatisfação aparece bem assinalada na obra de Pommier (1987), para esse autor a negatividade está posta no desejo do Outro na qual a menina, assim como o menino, se posiciona como falo imaginário. Para todas as crianças essa negação se expressa na impossibilidade de completar a mãe, mas para a menina tem efeito retroativo ao instante mesmo de reconhecimento do pênis como algo que lhe falta.

Essa leitura retroativa pode se resumir numa frase: “É por não ter pênis que não fui o falo que conviria a minha mãe”. Esse pensamento assume com frequência uma outra forma, tão comum quanto esse destino feminino: “É porque não sou menino que minha mãe não me ama”. Tal frase perde sua conotação psicológica quando é articulada ao desejo e recolocada assim: “É por não ter sido o falo que não tenho pênis”. A ausência do pênis está, assim, na origem de uma total ausência de valor, de um sentimento de perfeita perdição, não devido à diferença entre os sexos, mas na medida em que essa diferença significa, retroativamente, o lugar abolido ao qual uma mãe destinou sua filha. (POMMIER, 1987, p. 23).

Talvez possamos identificar nas palavras do autor o princípio da ambiguidade que perpassa o sentimento da menina em relação à mãe e esse “lugar abolido”, do qual nos fala Pommier (1987), corrobora com o pensamento de Lacan que será tratado mais adiante.

Ao final dessa seção dos estudos de Freud um pequeno parágrafo nos chama a atenção. Ele aborda esse sentimento de ambiguidade que a menina irá experimentar em relação à mãe, “Nas primeiras fases da vida erótica, a ambivalência é evidentemente a regra.” (FREUD, 1932/1996, p. 243). Freud afirma ainda que muitas pessoas carregam consigo durante toda a vida esse “traço

arcaico”, enquanto que para outras será essa característica geral da sexualidade infantil a grande responsável pelo afastamento entre mãe e filhos.

No entanto, pelas indagações do autor, uma diferença bastante curiosa se coloca entre meninos e meninas. Os meninos mantêm com suas mães a mesma força libidinal original por terem o pai para odiar, dando, assim, uma solução para a questão da ambivalência. Já as meninas não têm a mesma possibilidade. O pai é elemento crucial para que se estabeleça nessa fase o complexo de Édipo, não há como odiá-lo. Resta-lhe a mãe, aquela a quem, até aqui, dedicara todas as suas forças pulsionais, será ela o alvo de hostilidade da menina e, segundo Freud, essa ambivalência será sua companheira por um longo tempo.

No sentido de aprofundar suas pesquisas acerca da fase pré-ediapiana, Freud descreve os objetivos sexuais da menina em relação à mãe marcados pelas fases libidinais (oral, sádica e fálica) e expressas em atividades passivas e ativas. A atividade de dominar o mundo que a cerca pela experiência do brincar, comum entre todas as crianças, é verificada entre as meninas de maneira muito interessante. Apesar de não ser uma regra universal, é bastante comum entre as meninas, a atitude de reproduzir com suas bonecas os cuidados recebidos de sua mãe. O caráter passivo experimentado nos cuidados cotidianos torna-se ativo no brinquedo. A psicanalista Maria Rita Kehl, citando Freud, dirá da seguinte forma:

Por exemplo, na questão da passividade feminina, quando a menina brinca com sua boneca, identificada à sua mãe, não está sendo feminina e sim... masculina; ativa e sedutora “C como para ela ainda é a mãe. Além disso, “o velho desejo de posse de um pênis transparece [...] através da mais acabada feminilidade. Mas talvez devêssemos reconhecer tal desejo pelo pênis como *par excellence* feminino [...]”. Ou seja, a mulher é tanto mais feminina quanto mais deseja ser outra coisa. (FREUD apud KEHL, 1998, p. 258-259).

Nesse ponto da obra de Freud em que ele discute as fases libidinais presentes na fase pré-ediapiana no desenvolvimento sexual da menina, seu relato pontua sobre os desejos orais e sádicos presentes na criança provavelmente associados à experiência de haver sido alimentado ao seio da mãe.

Encontramos os desejos orais agressivos e sádicos da menina sob uma forma a eles forçada pela repressão precoce, como um temor de ser morta pela mãe, temor que por sua vez, justifica seu desejo de morte contra a mãe, se este se torna consciente. É impossível dizer quão frequentemente esse temor da mãe é apoiado por uma hostilidade inconsciente por parte desta, hostilidade que é pela menina. (FREUD, 1927-1931/1996, p. 245).

Considerando os objetivos desse trabalho, subjetividade materna e violência, torna-se importante para nós registrar a descrição de uma situação agressiva entre mãe e filha percebidas por Freud nessa obra, ainda que apenas de passagem. A relação entre mãe e filha, habitualmente narradas de forma quase romanceada, traço de perfeição no campo das relações humanas, vai perdendo, nas linhas freudianas, seu aspecto angelical se aproximando do humano e de suas vicissitudes.

A fase fálica inaugura para a menina a excitação genital sendo a higienização o momento privilegiado em que surgem as primeiras sensações prazerosas. Para Freud, são essas experiências primitivas e associadas à mãe que, posteriormente, serão transferidas para os pais, diversas vezes acusados de sedução por suas filhas. “Quando a filha se afasta da mãe, transmite também ao pai sua introdução na vida sexual.” (FREUD, 1927-1931/1996, p. 246).

É também na fase fálica que a menina irá atingir o ápice dos desejos intensos e ativos em relação à mãe. A masturbação clitoriana será uma forma de descarga de seus objetivos sexuais inatingíveis. Assim, é comum que a eventual chegada de um bebê na família, leve a criança a fantasiar que ela deu esse bebê à mãe, o que pode ocorrer também em relação aos meninos, fantasia essa tipicamente ativa. Mais adiante, na fase edipiana clássica da menina, receber do pai um bebê será um desejo inconsciente com força de solução para o complexo de castração e, considerando a nova condição da menina – com novo objetivo sexual – esse desejo será caracterizado por passivo.

Toda essa discussão conduzida por Freud e baseada na sexualidade infantil vai ganhar novo impulso na teoria de Jacques Lacan, agora com ênfase no falo e em sua posição central na sexualidade de homens e mulheres.

3.2 Lacan e o universo feminino: a exigência do “uma a uma”

É a partir das proposições teóricas de Freud que Lacan irá desenvolver um novo caminho para se pensar a mulher e sua constituição psíquica. Não há, a princípio, uma recusa completa ao falocentrismo, mas uma nova abordagem que libera a mulher de se encaixar na descrição estrita do padrão masculino de sexualidade.

Para Pommier (1987), as teorias sexuais infantis relacionadas à centralidade do falo são consistentes e fazem emergir a verdade de um sujeito que funda o saber de si justamente a partir da ausência e demonstra sua importância que não se fundamenta no falo em si, mas em sua dinâmica ausência/presença e em sua circularidade.

“O ser” do feminino mostra essa falta, no lugar da qual ele se mantém. Longe de formar uma nova ideologia falocentrista, a psicanálise reserva ao feminino um lugar central, articulado à emergência de um sujeito que ignora o que o determina. Freud teria sido o primeiro a revelar esse desconhecimento. (POMMIER, 1985, p. 9).

Em “O que Lacan dizia das mulheres”, Collete Soler (2006) denuncia a limitação explícita na obra freudiana para sistematizar uma teoria que dê conta da tarefa de definir a mulher e sua dinâmica sexual. A autora faz sua primeira provocação apontando o aspecto claudicante na construção do feminino por Freud, aspecto que por ser epistêmico, irá determinar toda uma série de considerações questionáveis. Ela refaz todo o percurso do Édipo freudiano, a partir de outras questões que, segundo ela, traduzem as dúvidas de Freud no que concerne à sua própria teoria do narcisismo e, ao mesmo tempo, seguem questionando: quem é a mulher? A psicanalista, partindo das construções de Lacan, nos apresenta um Édipo “fracassado” para a mulher.

O Édipo freudiano, portanto, responde a esta pergunta: como pode um homem amar sexualmente uma mulher? Resposta freudiana, reduzida ao essencial: não sem haver renunciado ao objeto primordial, a mãe, e ao gozo referido a ela. Dito de outra maneira, não sem uma castração do gozo. Sabemos que Freud tentou transpor essa explicação para o lado feminino, não sem deparar com muitas surpresas e desmentidos. Assinalo, entretanto, que, no final, reconheceu o fracasso de sua tentativa. Seu famoso “que quer a mulher?” confessa isso, no final, e poderia traduzir-se assim: o Édipo produz o homem, não produz a mulher. (SOLER, 2003, p. 17).

Afirmção ao mesmo tempo impactante e ousada, no entanto, não há como desconsiderá-la. Muitas questões surgem a partir da leitura do texto freudiano que, muito antes de responder ao enigma, provocam novas indagações. Se não é o Édipo que, nos moldes do sujeito masculino, produz o feminino, então, o que seria? O complexo de Édipo no desenvolvimento da sexualidade dos meninos tem função

oposta ao que se apresenta para as meninas? Lacan em seu Seminário IV “A relação de objeto” dirá que:

É na medida em que a menina não tem esse falo, isto é, também na medida em que ela o tem no plano simbólico, na medida em que ela entra na dialética simbólica de ter ou não ter o falo, é por aí que ela entra nessa relação ordenada e simbolizada que é a diferenciação dos sexos, [...]. É isso que Freud quer dizer quando escreve que é por intermédio daquilo que chama de a ideia de castração [...] é justamente o seguinte, que ela não tem o falo, mas não o tem simbolicamente, portanto, pode tê-lo [...] que a menina entra no complexo de Édipo, enquanto é por aí que o menino sai dele. (LACAN, 1995, p. 155-156).

A formulação lacaniana da função do véu se estrutura a partir dessa constatação, qual seja, de que o órgão masculino que serve de anteparo para o estatuto de falo, o pênis, não é um pênis real como Freud sublinhou desde o início, mas simbólico. É esse caráter simbólico que promove a relação dialética em que a mulher pode se inscrever como a que não o tem, mas que pode possuí-lo. Assim, Lacan demonstra que:

[...] não se trata em absoluto de um falo real na medida em que, como real, ele exista ou não exista, trata-se de um falo simbólico, na medida em que é de sua natureza apresentar-se na troca como ausência, ausência funcionando como tal. (LACAN, 1995, p. 154).

Se com Freud aprendemos, então, que os complexos de castração e Édipo se fazem sentir na vida de toda e qualquer criança (sendo que os efeitos dessa experiência serão determinados pela presença ou ausência de um órgão específico) com Lacan entendemos que, por se tratar essencialmente de um falo simbólico, a ausência/presença também se coloca para os dois sexos, o que retira a mulher da posição de mutilada.

Jacques-Alain Miller, em seu artigo “Uma partilha sexual” (2003), afirma que os efeitos dessa assimetria se baseiam primordialmente na “comparação imaginária dos corpos” (MILLER, 2003, p. 15) havendo aí uma distância entre a constatação realizada pela criança e as consequências de tal observação.

Que seja, para os dois sexos, perceber que a mãe é castrada. Que seja, especialmente para o menino, notar o tamanho superior do órgão paterno. Que seja para a menina, exaltar o privilégio do menino, com as consequências que podem decorrer disso [...]. Há um hiato entre a observação e as consequências que o sujeito elabora. Em todo caso, o que quer que seja, é dessa experiência primordial que o homem, o macho, pode

ser pensado como completo, enquanto que o Outro sexo aparece como marcado por uma irremediável incompletude. (MILLER, 2003, p. 15).

Faz-se necessário considerar esse estado de coisas e concordamos com o autor no que tange a aproximação que se faz do objeto, a saber, a sexualidade feminina, a partir de uma lógica específica, sem nenhuma vinculação a qualquer outro modelo.

Como nos afirma Soler, “[...] quanto ao que merece ser chamado de mulher, é de outra coisa que se trata.” (SOLER, 2006, p. 17). Nas linhas da escrita lacaniana, a autora reconhece uma iniciativa original, porém não absolutamente apartada dos ensinamentos freudianos, de compreender a estrutura feminina. Soler nos relata a reformulação do falocentrismo e da oposição entre os sexos empreendida por Lacan a partir da lógica da linguagem, da mesma maneira que temos uma linguagem que determina o inconsciente. Segundo Soler (2006), é a lógica de conjunto, do todo, que inaugura uma nova forma de abordar o feminino, ainda que a partir de uma velha proposição: a lei da castração.

Essa nova abordagem pode ser verificada nas exposições de Lacan sobre as fórmulas da sexuação onde o mito edipiano é matematizado no esforço de compreensão da partilha dos sexos e de sua determinação pelo falo. Stenner (2011) nos oferece uma explanação importante e absolutamente didática sobre a tábua da sexuação proposta por Lacan que, a partir de uma fórmula algébrica, desenvolve como cada um dos lados dessa tábua, a saber, homem e mulher, se relacionam com o quantificador universal, o falo. O princípio básico a ser apreendido nessa proposição lacaniana é o de que não existe complementaridade ou equivalência entre os lados. Segundo Stenner, a partir desse entendimento podemos alcançar os aforismos propostos por Lacan, quais sejam, “a relação sexual não existe” e “a mulher não existe”, ambos fundamentais para a compreensão da posição feminina em relação ao falo. Por hora, ela nos apresenta o lado masculino da tábua.

O que a fórmula demonstra do lado masculino, por exemplo, é que existe ao menos um homem cuja função fálica não opera, pois se trata do pai da horda, o pai da exceção, tendo como consequência que há um limite para a função fálica. A exceção funda a regra de que para este em que a castração não opera há a regra do resto dos homens que são castrados, já que para todo x a função fálica é verdadeira. (STENNER, 2011, p. 23).

Lacan demonstra através das fórmulas, o que já havia sido afirmado por Freud em “Totem e tabu” (1931), que para ser homem é necessário ser castrado, ou

seja, o acesso ao gozo fálico só seria possível mediante a submissão à lei do interdito e do complexo de castração. A exceção funda o conjunto dos homens, o fato de ter havido “ao menos um” (o pai da horda primeva) que não se submeteu à castração, cria o conjunto e, por conseguinte, uma universalidade de todos os outros para quem a castração é um fato.

Assim a lógica masculina é a lógica da totalização, constituída pela exceção como termo que a nega integralmente. Ou seja, para fazer-se o todo, sejam quais forem os elementos, é necessário sempre um a mais, que esteja fora. (STENNER, 2011, p. 24).

No que diz respeito às mulheres a disposição dos elementos se faz de forma muito diferente, isso por não existir para elas uma exceção que venha fundar a regra, ou seja, ao contrário dos homens, não há sequer uma mulher para a qual a castração não incida. Todas são castradas, mas não apenas isso. Lacan quer demonstrar na própria expressão a necessidade de haver “um de fora” para que o conjunto se constitua e a universalidade seja reconhecida e, não havendo isso no caso das mulheres, Lacan subverte os quantificadores e apresenta a expressão “não-toda” que nos remete à tal vinculação com o falo demonstrando, contudo, que não há conjunto. Nas palavras de Stenner,

Se do lado masculino pode se dizer do conjunto de todos os homens, ou seja, para todos os homens há o universal da castração o mesmo não se pode dizer do lado feminino. Se há o Homem, não há a Mulher, pois não há o conjunto de todas as mulheres, já que elas estão não todas na lógica fálica. [...] A existência do todo foi inviabilizada porque a exceção não pôde ser inscrita, não há o ‘ao menos um’ para quem a função fálica não incida que funde um conjunto, já que elas estão não todas na lógica fálica. Há, portanto, do lado feminino uma impossibilidade lógica de se inscrever um universal, tal como se inscreve do lado masculino. Isso explicaria, por exemplo, a não equivalência entre os lados. (STENNER, 2011, p. 34).

Considerando as proposições lacanianas apresentadas pela autora, quais seriam os efeitos em homens e mulheres de tal assimetria entre os dois lados da tábua? A primeira e mais previsível é a inviabilidade da relação sexual entre homens e mulheres, mediante a não equivalência ou a não complementaridade. Mas, para além disso, Stenner (2011), partindo da teoria laciana, dirá da sexuação masculina e feminina que se estabelece de forma distinta a partir da lógica dos conjuntos.

O matema apresentado por Lacan reescreve dentro dos domínios da lógica a proposição freudiana da dissolução do complexo de Édipo e a entrada no mundo da cultura. A “assunção ao sexo” como descreve Lacan (1957-1958) seria uma consequência do alinhamento do sujeito para uma ou outra posição descrita como masculina ou feminina determinada por sua relação com o falo. Stenner, citando Lacan, nos adianta que, no caso dos homens, essa relação se apresenta pela identificação com o falo.

[...] há no Édipo a assunção do próprio sexo [sic] pelo sujeito, isto é, para darmos os nomes às coisas, aquilo que faz com que o homem assuma o tipo viril [sic] e com que a mulher assuma um certo tipo feminino [sic], se reconheça como mulher, identifique-se com suas funções de mulher [sic]. A virilidade e a feminização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo. (LACAN apud STENNER, 2011, p. 35).

Mesmo que partindo de uma proposição que nivela a todos na ordem falocêntrica, a teoria lacaniana é um desafio à construção de outros caminhos em que o totalmente diverso possa ser considerado, a saber, a mulher e sua forma de gozo. Nas palavras de Soler:

Portanto, ao logicizar o Édipo, Lacan também reduz seu alcance, e é aí que está a dificuldade: quanto ao que é chamado de mulher, é de outra coisa que se trata. E isso não é um aquém, mas, antes, um além, porque essa outra coisa não está menos presa ao “ser da significação”. O outro gozo, o suplementar, que longe de excluir a referência ao falo, soma-se a ela, não deixa de ser situável por uma outra lógica, esta não de conjunto: a do não-todo. (SOLER, 2003, p. 17).

A essa observação de Soler (2003), acrescentamos que, se a proposição de Lacan restringe o alcance do Édipo, deve ser saldada por não impor um único caminho à compreensão da sexualidade humana, bem como, propor uma solução para a equação que articula a feminilidade e sua relação com o falo. Lacan (1985) nos explica que a inexistência do falo para a mulher faz dela uma participante desse jogo, mesmo que marcada pela ausência, posto que, sustenta um aspecto essencial da lógica fálica, justamente associada à dinâmica presença/ausência. Nas palavras do autor:

Este falo, a mulher não o tem, simbolicamente. Mas não ter o falo, simbolicamente, é dele participar a título de ausência, logo, é tê-lo de alguma forma. O falo está sempre para além de toda relação entre o

homem e a mulher. [...] Este falo que ela pode sentir como insuficiente não é o único que entra em função para ela, uma vez que, na medida em que ela está presa na relação intersubjetiva existe para o homem, mais além dela, este falo que ela não tem, isto é, o falo simbólico, que existe ali como ausência. (LACAN, 1995, p. 155).

Lacan recupera nesse ponto de seu trabalho o esquema de Lévi-Strauss acerca das estruturas de parentesco e a circulação das mulheres entre as linhagens masculinas. Segundo Lacan, as mulheres participam dessa circulação, dessa troca, por meio da demanda do falo e, em troca, oferecem o filho, introduzem a fecundidade em uma ordem (a masculina) por si só estéril. Nessa perspectiva, o filho assume claramente a função de substituto, de equivalente ao falo e a troca revela seu caráter dialético. A mulher, marcada pela falta e, como nos afirma Lacan no Seminário IV, “escolhida justamente por ser simbólica e improvável” (LACAN, 1995, p. 156), encontra nesse jogo o seu lugar, se não simétrico em relação ao homem, no mínimo equitativo.

É na medida em que elas se apegam a este objeto único central, caracterizado pelo fato de não ser, justamente, um objeto, mas um objeto que se submeteu da maneira mais radical à valorização simbólica, é por intermédio da relação ao falo que elas entram na cadeia da troca simbólica, que elas aí se instalam, que aí tomam seu lugar e seu valor. (LACAN, 1995, p. 156).

Retornando à tábua da sexuação, veremos Stenner (2011) demonstrar que, contrariamente à lógica da função fálica à qual todos os homens estão submetidos, existe outra articulada a ela, mas que se coloca, porém, num “mais além” do Édipo freudiano. A autora parte da própria anatomia que, se não pode mais ser compreendida como destino inexorável, ao menos deve ser concebida como o “fundamento da sexuação”. Soler (2006) parece concordar com Stenner, quando afirma que, “É um órgão do corpo que dá sua representação ao significante falo, e por isso se diz que um indivíduo é menino ou menina, antes de qualquer posição de sujeito” (SOLER, 2006, p. 226). Para Soler, os significantes “homem” e “mulher” mantêm uma relevante articulação com a anatomia e o sujeito será representado, *a priori*, por um ou por outro.

Para Miller, trata-se de “uma estrutura deduzida do ter” (MILLER, 2003, p. 15), em que se opõem o ter e o não ter, na qual a formulação lacaniana do significante não prescinde o corpo sexuado.

Notemos que, desde que nos regulamos por essa experiência, referimo-nos ao ter, e é um ter que é encaixado no corpo. A referência ao corpo aqui é ineliminável. Mesmo quando, com Lacan, fazemos passar o órgão ao significante, mesmo quando, mais além do órgão peniano, visamos ao significante fálico, a posse do corpo continua guardando toda a sua pertinência. (MILLER, 2003, p. 15).

O corpo sexuado seria assim a primeira inscrição do sujeito na função fálica, que irá localizá-lo num dos lados tábuca da sexuação e, estando do lado feminino, toda a equação será subvertida. Estando ela fora da lógica do Um e do Todo, está fora de questão qualquer ideia de universalidade.

Enquanto a lógica masculina está assentada sob o UM da exceção e o TODO da castração, a lógica feminina elide a exceção que poderia fundar a regra que criaria o conjunto de todas as mulheres. Se não há 'ao menos uma que não seja submetida à castração', ou seja, não existe x para quem a função fálica não incide; a universalidade não pode ser colocada. [...] Há, portanto um conjunto aberto, sem o Universal A mulher que possa representar as mulheres. Há então as mulheres em sua relação não toda com a castração. (STENNER, 2011, p. 38).

Segundo a autora, por não haver uma equivalência entre as mulheres o gozo feminino não está submetido ao universal da castração como se dá com os homens. As mulheres não podem contar com uma regra ou lei que venha mediar sua relação com o falo ou, melhor dizendo, o falo não se prestará a limitar o gozo feminino.

O "não-todo" irá segundo Lacan (1972-73) contemplar o particular dentro do universal. A particularidade está no fato de, mesmo não escapando de ser castrada, ela esta não toda submetida à castração, fazendo um uso particularizado dessa função, por isso cada mulher é uma e daí o aforismo lacaniano: "a mulher não existe". (STENNER, 2011, p. 39).

Stenner (2011) segue afirmando que não se trata de negar a função fálica, mas antes, reconhecer que ela não responde integralmente pela sexuação dos sujeitos o que implica na dessimetria e na não complementariedade, nas palavras da autora: "Há algo que escapa porque só pode ser dito um a um [...]." (STENNER, 2011, p. 44) e que, por isso mesmo, instala a mulher na ordem do indeterminado, do imprevisível. A sexualidade humana estaria, assim, determinada pelo resultado do encontro do sujeito com o sexual, numa elaboração particular do que se inscreve na tábuca da sexuação.

3.3 Gozo feminino: próximo de Deus, longe de ser decifrado

Nessa mesma direção segue nossa percepção e fazemos um pequeno percurso na obra de Jacques Lacan, como estratégia de suporte para nossa discussão, que pretende localizar o traço da violência em uma das dimensões femininas, a materna. A experiência de gerar um filho tem, via de regra, seu primeiro determinante no encontro sexual entre homens e mulheres, ainda que se possa contar com todas as técnicas contemporâneas da fertilização *in vitro*. Esse movimento em relação ao sexo oposto, o desejo e o amor entre seres distintos colocam dificuldades para a teoria freudiana do narcisismo. Nas palavras de Soler (2005, p. 16): “Se o macho não basta para constituir o homem, nem a fêmea a mulher, de que modo se instaura o que aparece como norma heterossexual?”.

Segundo a autora, a teoria do Édipo viria em socorro de Freud como solução, ao menos parcial, para essa questão. Parcial na medida em que oferece uma resposta consistente à questão colocada e descreve a dinâmica sexual masculina com propriedade. O mesmo não se pode afirmar em relação à mulher. As teorias dos complexos de Édipo e de castração em Freud parecem alcançar apenas uma parte daquela que não se inscreve no todo fálico. Se não podemos nos contentar integralmente com a brilhante construção freudiana dos complexos, qual seria a saída? A aposta da autora segue na direção dos escritos de Lacan que, ainda que sem respostas absolutas, reposiciona homens e mulheres na dança dos sexos – ou em torno do falo – a partir de outra lógica.

Não é de admirar, portanto, que Lacan reformule a diferença entre os sexos, ao mesmo tempo, pela oposição de duas lógicas – a do todo-fálico nos homens e do não-todo fálico nas mulheres – e de dois tipos de gozo, um fálico e outro chamado suplementar. (SOLER, 2005, p. 17).

As palavras de Soler (2005) reforçam o postulado lacaniano da não relação sexual entre homens e mulheres, por estarem inscritos em ordens distintas não só em relação ao falo, mas também quanto à forma de gozo. Para Lacan, o padrão de gozo entre homens e mulheres seria estruturalmente diverso sem, contudo, perder o falo como referência. Lacan, quando propõe a lógica do todo fálico, escapa dos limites da castração para criar (ou nomear) outra realidade que não corresponde ao

padrão do homem. O não-todo fálico propõe um giro radical que prescinde do temor e angústia da castração e inaugura uma maneira também diversa de gozo, fora do todo-fálico, mas que a ele se articula. Dessa maneira, Lacan em sua obra “Mais ainda” (1985) irá definir a mulher justamente por seu posicionamento dentro da dinâmica do falo.

[...] quando escrevo essa função inédita na qual a negação cai sobre o qualificador a ser lido *não-todo*, isto quer dizer que quando um ser falante qualquer se alinha sob a bandeira das mulheres, isto se dá a partir de que ele se funda por ser não-todo a se situar na função fálica. É isto que a define [...] – a mulher justamente, só que *A* mulher, isto só se pode escrever barrando-se o *A*. Não há *A* mulher, artigo definido para designar o universal. Não há *A* mulher, pois [...] por sua essência ela não é toda. (LACAN, 1985, p. 98).

Mais que isso, Lacan demonstra que a exceção do gozo feminino a remete a um lugar outro, impossível por definição, de uma designação universal, lugar fora do discurso, posto que “[...] não há mulher senão excluída pela natureza das coisas que é a natureza das palavras”. (LACAN, 1985, p. 99). No entanto, essa exclusão não a desobriga da relação com a função fálica e cria as condições para que Lacan afirme que dela se pode esperar um gozo “suplementar” que, ainda que impossível de nomear e do qual nem mesmo ela sabe dizer, ela o reconhece quando o experimenta.

Em sua obra “Deus e o gozo d’A mulher” (1985), Lacan se refere a uma satisfação que não corresponde ao gozo fálico, trata-se da “satisfação pela fala” (LACAN, 1985, p. 87). Essa satisfação seria uma consequência que viria como suplência ao fato de que entre os sexos, nos seres de fala, a relação sexual não se dá. Esta é a brecha pela qual Lacan introduz a discussão sobre a experiência do amor, ao mesmo tempo ato e testemunho, dentro da linguagem, dessa satisfação que se coloca para além do gozo fálico e que traz a marca do feminino.

Stenner (2011) esclarece que quando Lacan se refere ao gozo feminino enquanto suplementar, o ponto de apoio é o gozo fálico ou masculino e, na impossibilidade de se ter um universal da Mulher, tem-se a indeterminação e o infinito como afirma Lacan. Essa indeterminação e essa abertura para o infinito nos remetem a uma existência indeterminada, uma existência por se afirmar.

Quando digo que a mulher é não-toda e que é por isso que não posso dizer a mulher, é precisamente porque ponho em questão um gozo que, vista de tudo que serve na função, é da ordem do infinito. (LACAN, 1985, p. 140).

A discussão dedicada ao gozo empreendida por Lacan acompanha toda a sua obra e salta aos olhos pela extensão e profundidade, não pretendemos aqui recuperar todo esse percurso, mas antes, localizar na teoria lacaniana o que concerne ao feminino.

Lacan dirá em seu Seminário XX de algo que escapa em relação ao gozo da mulher, algo que o saber não recobre e que, portanto, não passaria pelo significante.

Esse gozo suplementar, além do falo, chamado de Outro gozo revela-se como nos aponta Lacan no Seminário XX ser um gozo enigmático, louco, impossível de ser circunscrito: não está sob a lei significante, não está interdito, nem civilizado pelo “nome-do-pai”. (STENNER, 2011, p. 76).

Nesse ponto, Lacan aproxima o gozo feminino ao gozo dos místicos que aqui ele define como aqueles que “entrevêm, eles experimentam a ideia de que deve haver um gozo que esteja mais além” (LACAN, 1985, p. 102), é no campo dos sentidos que Lacan faz coincidir o gozo feminino e a experiência mística do sagrado e afirma que ambos se colocam na via da “ex-sistência”.

Esse gozo que se experimenta e do qual não se sabe nada, não é ele que nos coloca na via da ex-sistência? E porque não interpretar uma face do Outro, a face Deus, como suportada como gozo feminino? (LACAN, 1985, p. 103).

Pommier nos oferece um fragmento do mito grego em que Tirésias, oráculo de Tebas, experimenta em si o gozo feminino e, quando questionado sobre esse gozo, “[...] revelará que a mulher encontra no amor um prazer dez vezes maior que o do homem.” (POMMIER, 1987, p. 39). A ousadia de revelar sobre o gozo feminino provoca a fúria de Hera que o castiga com a cegueira. É como se quisesse dizer: “Já viste o suficiente.” Pommier questiona sobre se seria o prazer feminino de fato dez vezes maior que o do homem ou apenas dessemelhante?

Esse prazer não pode ser comparado ao do homem, do qual ele deve ser distinto, e é por isso que a cólera de Hera eclode, pois a comparação, ainda que feita em seu favor, vem privá-la de uma diferença irreduzível que lhe é própria. O gozo feminino não está situado num registro em que possa ser comparado ao do homem. (POMMIER, 1987, p. 39).

Os místicos que, como Tirésias, ofereceram o próprio corpo ao sagrado na busca de uma experiência pura com Deus, apresentam, segundo Pommier, mais

que uma analogia com a mulher, posto que em seus relatos resgatam a verdade de gozo desta. Em seu capítulo “A mística, verdade do gozo feminino”, Pommier (1987) reúne uma série de relatos da experiência de transverberação que melhor podemos chamar de possessão dos corpos pelo Divino.

O místico, pela experiência da dor e do martírio fonte de alegria e júbilo, renova o laço com Deus e dá testemunho da existência do mesmo. O laço místico jamais foi suprimido da história da humanidade e, ainda que seja uma experiência que escape a linguagem, revela muito quanto ao gozo do próprio feminino. (POMMIER, 1985). O autor cita Lacan e São João da Cruz:

O êxtase místico permanece obscuro. [...] Como Lacan foi capaz de observar: “É claro que o testemunho essencial dos místicos é justamente dizer que eles o experimentam, mas nada sabem dele (LACAN, 1985, p 102).” Tal ignorância é, pela confissão dos místicos, seu bem mais precioso. “Nem mesmo o demônio pode penetrar nessa morada misteriosa, nem saber em que consiste esse abrasamento divino”, descreve São João da Cruz. (POMMIER, 1987, p. 65).

O fundamental dessa experiência parece se ligar justamente ao indizível, ao que não há como nomear tamanha é sua devastação no sujeito. O nome de Deus, que não diz essencialmente nada e ao mesmo tempo quer representar tudo, parece condizer com tal experiência. Esse nome, segundo Pommier, serve de empréstimo à ausência do Nome e se mantém nesse lugar onde as outras palavras perdem todo o seu sentido e sua força e o Outro, como nos diz Stenner (2011) “torna-se inconsistente”. Para Pommier,

Quando a alma está assentada na vacância de Deus, ela está nesse lugar de plenitude onde o Outro divino goza. Mas, por estar no lugar mesmo dessa vacuidade, do Nome perfeito para que os nomes formem um todo, por preencher esse furo, aproxima-se de um nada. Assim, a plenitude e a vacuidade, o tudo e o nada, não formam um par de opostos, mas exprimem um só e mesmo irrepresentável. (POMMIER, 1987, p. 65).

Pommier (1987) vai descrever em sua obra várias experiências relatadas pelos místicos, mas em que ponto a mística e o gozo feminino se entrelaçam? Segundo, o referido autor o aspecto masoquista da experiência mística não explica por completo o gozo que envolve o martírio e sua extensão e exhibe um caráter de passividade e submissão que devem ser avaliados em relação à feminilidade. Como argumenta o autor, não se trata de uma passividade objetal como a que é

reconhecida na psicose, mas antes, uma passividade em ato que exige paciência e prudência e onde a ausência de saber faz da mulher a melhor opção para receber aquele que se distingue pelo vazio de significantes.

“O estado de mulher” é o caminho mais curto em direção a Deus, como escreve Hildegarde, uma das primeiras místicas renanas: “Tu que és apenas um barro frágil, o estado de mulher te torna imprópria para receber as lições dos mestres mortais, para ler as letras segundo a maneira de instruir dos sábios; mas atingida pela minha luz que te ilumina [...] relatas, escreves estes segredos que vês [...]. (POMMIER, 1987, p. 71).

A feminilidade estaria assim desqualificada para o saber produzido pelo homem, contudo, apenas a mulher na sua relação com Deus poderia alcançar o saber divino, o não-saber dá testemunho ao saber divino. A feminilidade e o élan místico, ambos requerem essa passividade diante do Outro, essa submissão calculada para alcançar um certo gozo. Entre os aspectos que fazem pensar na relação entre feminilidade e o élan místico, Pommier ainda aponta que o místico oferece seu corpo a Deus e suporta sua vacância assim como a mulher, causa de desejo de um homem, abriga sua fantasia, se traveste nela. Nos dois casos trata-se de acolher no próprio corpo a fantasia de um estranho. (POMMIER, 1987).

Outro ponto fundamental apontado por Pommier (1987) entre as duas experiências é o fato de que nenhum dos dois alcançará o “Pai”, como seria de seu desejo. Na construção de sua feminilidade, a mulher abandona seu primeiro objeto de amor, a mãe, e direciona seu amor ao pai, símbolo maior da interdição do gozo. Para este autor, se ela aspira justamente àquele que interdita seu desejo a concretização do gozo só se coloca mediante o assassinato do Pai. Portanto, esse pai permanece inacessível e se desvanece quando na tentativa de apreendê-lo.

O não-todo seria, dessa maneira, a distinção desse outro ser e sua “marca” esse gozo suplementar que, segundo Soler (2005), carrega um aspecto trágico que prenuncia seus extremos que vão da abnegação e generosidade absoluta à aniquilação do objeto. Pommier dirá que o gozo feminino é da ordem do desespero e que para uma ausência absolutamente irremediável não há palavras que a possam situar. “Um homem, ou Deus, é amado nessa medida. Longe de ser uma figura do narcisismo, o amor próprio ao feminino é o outro nome do desespero.” (POMMIER, 1987, p. 72).

Essa descrição nos traz algo de familiar, pois se é nesses termos que se estrutura a dinâmica feminina, se é sob o signo do trágico que se desenrolam as relações de objeto, vale questionar se não seria a relação entre mãe e filho um cenário propício para compreendermos esse aspecto do qual nos fala Soler. O excesso que determina os atos de amor ou indiferença pode ser o ponto de interseção entre os dois universos, quais sejam a feminilidade e a maternidade.

A autora afirma ainda que, apesar da proximidade entre Freud e Lacan no que concerne à preponderância do falo no inconsciente, Lacan, ao organizar pela via da lógica os campos Real, Simbólico e Imaginário, redistribuindo nesses campos as determinantes dos complexos de Édipo e castração, se lança noutra ordem de discussão, que já não mais faz coro à teoria freudiana. Nas palavras de Soler:

[...] Lacan introduz uma nova distinção. Cito-o: “As relações entre os sexos giram em torno de um ser e um ter o falo”. “Ser o falo”, eis uma expressão desconhecida do pensamento freudiano. [...] Freud enfatizava a demanda de amor como propriamente feminina. Lacan, por uma ligeira defasagem, ressalta que, na relação dos desejos sexuados, a falta fálica da mulher vê-se convertida no benefício de ser o falo, isto é, aquilo que falta ao Outro. Esse “ser o falo” designa a mulher como aquela que, na relação sexuada, é convocada ao lugar do objeto. No amor, graças ao desejo do parceiro, a falta se converte em efeito, por ser quase compensatória: a mulher se transforma no que não tem. (SOLER, 2005, p. 28-29).

Nesse pequeno trecho é possível localizar claramente o “passo a frente” que a teoria lacaniana empreende. No entanto, o caráter compensatório explícito não é suficiente para esclarecer a condição feminina sem atá-la ao desejo do outro. Em Lacan, a mulher é definida pelo que falta ao outro em resposta ao que falta a ela própria. De maneira simplista, poderíamos afirmar que se há um que questiona o que quer uma mulher, há outro que responde que ela não existe, se não referenciada ao falo, nas palavras de Soler (2005, p. 29), “permanecendo este elemento como foracluído do discurso”.

Mais uma vez, é no campo do Outro que se estabelece a rivalidade que Lacan supõe e esse gozo outro (ou específico) que seria marcado pelo desejo de ter ou ser (de caráter fálico). Em seu seminário “Mais ainda”, Lacan (1985) persiste na afirmação de que o gozo feminino, esse gozo que faz suplência à inexistência da relação entre os sexos é, ao mesmo tempo, o desmentido do “Há Um” como expressa o autor. Posto que, na impossibilidade de se escapar desse “Há Um” no sentido mesmo de ser Um sozinho é que adentramos ao domínio de Eros. O

domínio do amor, esse que se expande para além da existência do Um e constrói por si a via de acesso ao Outro a experiência infantil de aquisição da linguagem na relação com o Outro materno, talvez seja o testemunho mais contundente dessa proposição lacaniana.

É também na dimensão do amor que o corpo da criança se submete à marca da castração. Pommier (1987) reforça essa manobra simbólica e afirma que a função do Nome do Pai “[...] supera de ponta a ponta a pessoa que o sustenta e constitui apenas esse ponto de fixação ao qual o desejo se liga” (POMMIER, 1985, p. 23) marcando a diferença entre o falo simbólico que nomeia o desejo da mãe e o falo imaginário que abarca o corpo da criança que renega a castração e sustenta a mãe fálica. O desejo da mãe se orienta noutro sentido que não o corpo do filho e está, dessa forma, preso ao significante. Se isso vale para meninos e meninas, os dois sexos enfrentariam os mesmos desafios?

Para Pommier (1987), o que dará significado e importância às diferenças entre os sexos escapa às condições reais anatômicas e se assenta nos efeitos da incidência do significante sobre os mesmos.

Do lado masculino, um menino pode assumir um traço de identificação com aquele que se supõe deter o falo, ou seja, o pai. Do lado feminino, uma menina pode, sem dúvida, assim como um homem, fazer a mesma operação, mas como mulher ela não pode se apoiar sobre nenhum traço de identificação, de vez que a imagem que sua mãe lhe oferece é apenas a da mulher fálica. [...] A “castração” feminina não está na mesma dimensão que a castração encontrada pelo menino ou pela menina, na medida em que esta última está, como ele, engajada na fase fálica. Esta castração é diferente, inaugural, porque se apóia sobre uma falha do significante. O significante “mulher” existe, é certo, mas não é específico de uma feminilidade que escapa ao gozo fálico. (POMMIER, 1987, p. 24).

A realidade da falta do pênis para a menina não a impede de estar no gozo fálico, mas é exatamente estar nele sob a marca da falta que lhe impossibilita encontrar um significante próprio à feminilidade e, segundo Pommier, não seria o caso de aproximá-la à forclusão, mas antes de compreendermos essa falta de representação como “puramente simbólica, porque seu efeito resulta de um lugar particular que se encontra em reserva no Outro do discurso” (POMMIER, 1987, p. 24).

Esse “efeito” do qual nos fala Pommier parece ser corroborado por Miller que assinala que cada um dos seres sexuados terá, nessa partilha, seu objeto particular articulado ao desejo do Outro. Se para o homem o objeto assume o caráter de

fetichismo (de algo que se repete propondo certa unidade em diferentes suportes), para a mulher esse objeto é sempre suporte do amor e supõe um “objeto menos objetual” (MILLER, 2003, p. 17), melhor descrito dentro da alteridade que da identidade. Para Miller, ao contrário do homem, a mulher não faz série.

É do lado masculino, e não do das mulheres, que encontramos esse tipo de exigência: o outro deveria se vestir de uma certa maneira. [...] A disponibilidade feminina é, então, colocada à prova diante daquilo que se faz sentir como uma vontade de uniformizar, de colocar um uniforme, o uniforme do desejo sobre o corpo do outro. [...] O que é aí indicado por Lacan é que, no macho, o desejo passa pelo gozo, quer dizer, requer o mais-de-gozar, enquanto que, na mulher, o desejo passa pelo amor. (MILLER, 2003, p. 17-18).

Mesmo como objeto de desejo do Outro a mulher não é o que de fato surge diante dos olhos, mas antes, um apelo para a contradança que ressoa no inconsciente do eleito. O “baile de máscaras” ao qual Soler (2005) alude, faz uma poética descrição da delicada parceria que se estabelece com o objetivo do encontro entre homem e mulher em que cada qual atualiza sua relação com o falo. Segundo nos explica a autora, a máscara que media o encontro protege quem a usa, sem, contudo, deixar de informar o que é essencial do sujeito. Concluímos que a mulher que se posta como objeto, que se articula à lógica do “ser o falo” opera com as marcas do outro e se traveste daquilo que nesse outro representa a falta, como nos diz Soler (2005, p. 32): “Não era ele, não era ela, mas, mesmo assim, era isso”.

Lacan, em sua discussão sobre o fetichismo, nos fala de algo que se interpõe entre o sujeito e o objeto, algo sobre o qual são projetados traços da falta essencial. Isso que se interpõe sem descaracterizar o objeto de amor, mas resgatando algo que está para além dele, Lacan o chamará de véu ou cortina.

O véu, a cortina diante de alguma coisa, ainda é o que melhor permite ilustrar a situação fundamental do amor. Pode-se mesmo dizer que com a presença da cortina, aquilo que está mais além, como falta, tende a se realizar como imagem. Sobre o véu pinta-se a ausência. [...] A cortina assume seu valor, seu ser e sua consistência justamente por ser aquilo sobre o que se projeta e se imagina a ausência. A cortina é, se podemos dizer, o ídolo da ausência. Se o véu de Maia é a metáfora de uso mais corrente para exprimir a relação do homem com tudo o que o cativa, isso não ocorre, sem dúvida, sem alguma razão, mas está certamente ligado ao sentimento que ele tem de uma certa ilusão fundamental em todas as relações tecidas por seu desejo. É nisso mesmo que o homem encarna, idolatra seu sentimento deste nada que está para além do objeto do amor. (LACAN, 1985, p. 157-158).

A teoria analítica vai, dessa forma, delineando o percurso que, pela via da sedução, recorta o feminino e destaca sua dinâmica em contraponto à dinâmica masculina. O véu e a máscara são, dessa forma, objetos de um jogo em que ele se posta como o desejante, ela a desejável e entre os dois, o falo que estabelece as condições do desejo, condições estas, segundo Soler (2005), sempre inconscientes para um e outro. O inconsciente dará a esse jogo a ilusão de “roleta russa”, o acaso dos encontros demonstra que tanto o “fazer desejar da mulher” quanto a demanda sexual explícita masculina permanecem carregados de traços inconscientes e que, para além da busca de prazer, é necessário que haja a resposta do desejo do outro.

O que equivale a dizer que ela só é objeto sob a condição de encarnar para o parceiro a significação da castração, e de se apresentar sob o sinal do menos [...]. Entretanto, para a mulher, assim como para tudo que se oferece no lugar do objeto, inclusive o analista, o ser objeto ainda não diz nada sobre os objetos que ela tem, os que causam seu próprio desejo e o que a torna apropriada a seu lugar na relação. (SOLER, 2005, p. 34-35).

De fato, como nos esclarece acima a psicanalista, a posição de objeto de desejo para um homem parece não satisfazer plenamente o desejo da mulher. A maternidade também ocupará lugar de destaque no universo feminino por diversos motivos, mas, na perspectiva da psicanálise que aqui nos interessa, esse destaque ou valor se dá essencialmente pela carga libidinal da qual dispõe. Todos os textos freudianos que citamos atestam isso e Freud irá reconhecer na relação mãe e filho um dispositivo fundamental para aceder à condição feminina. Sendo verdade o postulado freudiano que sugere ao filho o *status* de falo, de solução para o complexo de Édipo na menina, qual a compreensão possível para a violência materna? Feminilidade e maternidade parecem, como tudo no universo feminino, marcadas pela indeterminação e por uma infinidade de respostas que cada uma vai construir.

3.4 Maternidade: a divisão da mulher que se expressa no real

A mulher não se reduz a maternidade, todos já nos convencemos disso, mas não há como negar que a maternidade, em especial na teoria psicanalítica, recebe um tratamento diferenciado. A palavra mãe será citada inúmeras vezes pelos autores fundamentais da Psicanálise, ora como dispositivo que faz irromper o

processo de construção do desenvolvimento libidinal, ora como solução e despecho para o complexo de castração e, por fim, caminho para a feminilidade.

A “mulher freudiana”, aliás, nos apresenta uma grande dificuldade, o fato de não dizer respeito obrigatoriamente a todas as mulheres. A mulher feminina em Freud é uma entre três possibilidades e sustenta a distância entre a mulher (com suas determinações biológicas e sociais) e a feminilidade. Para Freud, a mulher se define primeiro pela falta do falo, segundo pela busca do mesmo no homem (o pai e, mais tarde, o companheiro). O que significa dizer que sua existência é sempre, de alguma maneira, referenciada no homem. Lacan (1995) irá explicitar esta referência freudiana ao falo simbólico (à dinâmica ausência/presença do falo) e não ao homem.

Já em Miller (2003), encontramos duas versões da mulher freudiana, ambas referenciadas à perda. A primeira apresentada como aquela que sabe o que quer e sabe como conseguir, ainda que suas satisfações sejam elementares, “rasteiras”, em oposição ao homem, afeito aos ideais. Miller, a partir da obra “O mal-estar na civilização” (Freud, 1930), afirma: “A mulher freudiana tem uma bússola” (MILLER, 2003, p. 22), ela não perde o norte.

O mal-estar na civilização, se tentamos reparti-lo segundo a polaridade sexual, é sobretudo aquele do homem, do macho. Por outro lado, a mulher freudiana representa o pólo selvagem, rebelde a essa civilização portadora do mal-estar. [...] O que quer dizer, “nada de supereu”. [...] Em todo caso, como ele [Freud] a apresenta, ela tem muito mais liberdade do que o homem em relação ao supereu e a todas as interdições. (MILLER, 2003, p. 22).

Aqui, a mulher é desenhada como aquela que não se prende aos ideais, que se apresenta como que “impermeável” a eles. A “mulher bússola” que Miller constrói a partir dos textos de Freud e das formulações de Lacan, não se deixa levar por quimeras e está direcionada para a satisfação. Ela representa a “repetição do Mesmo”, enquanto tudo muda (civilizações, culturas), ela oferece suporte para que o invariável possa existir. (MILLER, 2003).

Ela encarna, aliás, esse Mesmo, de forma que ela assegura precisamente a reprodução da espécie, enquanto o Nome-do-Pai é, em oposição a isso, o princípio de uma diferença normativa que é de ordem sublimatória. É a oposição bem conhecida entre a maternidade, fato de observação que, podemos dizer, está fundado na experiência e é indubitável, e o caráter “abstrato”, duvidoso, a ser avaliado, da designação da paternidade, que sempre se inscreve numa ordem de cultura que pode fazer variar o ponto de aplicação da função. (MILLER, 2003, p. 23).

Novamente, temos aí a convocação da maternidade no esforço de definição do feminino. A segunda versão retrata uma mulher desorientada, perdida que, por definição, é aquela que nunca sabe o que quer e de quem tudo se pode esperar. Miller irá defini-la como o “[...] sujeito que nenhum interdito restringe” (MILLER, 2003, p. 23). Esse parece ser o retrato da ausência de limites onde os interditos não se colocam de maneira consistente. Segundo o autor:

Enquanto o homem se verga sob o peso dos seus interditos, ela é o sujeito que pode, eventualmente, fazer semblante de se dobrar, mas que conserva, por sua vez, uma liberdade soberana, reduzindo os interditos ao estado de semblantes. (MILLER, 2003, p.23).

A partir dessas duas imagens, Miller demonstra que a psicologia poderá, eventualmente, se deparar com dois tipos de sujeitos que se opõem: a mulher marcada pelo menos, inferior, submissa, obediente, “massacrada por uma lei que se lhe impõe” (MILLER, 2003, p. 24) e outra, também sob a marca do menos, que se rebela, é audaciosa, intrépida, aquela que não tem mais nada a perder.

Esse contraste se ordena nesse pivô conforme se vê a perda como aquilo que tem um preço, que desvaloriza o sujeito que a experimenta, ou conforme se vê a perda como realizada, liberando uma audácia antes restrita ao homem. Essa referência tomada do masculino convém a essa posição que consiste em dar a medida do “não muito” [para o homem], como também do “bastante” [para a mulher]. (MILLER, 2003, p. 24).

Os tipos psicológicos descritos por Miller têm como fundamento a perda, a castração, formulação freudiana que também serve como argumento para as três saídas apontadas por Freud para a questão da mulher na qual apenas uma, associada à maternidade, parece apontar para a feminilidade. Stenner (2011, p. 75) dirá da “clássica equação falo-bebê”, porém, é o significante fálico que irá conduzir a mulher ao lugar de objeto *a*, ou ao lugar de causa de desejo para um homem explicitado na tábua da sexuação da qual falaremos mais adiante. No entanto, ela não está toda investida em ser mulher para esse homem, há algo mais para o qual aponta seu desejo.

A mulher e seu homem, a mulher e seu bebê; para Lacan há mais que isso e que é da ordem do inapreensível. Os estudos de Lacan demonstram que ele estabelece uma diferença entre o feminino e a maternidade, bem como não encerra

aí suas indagações. Nas palavras de Stenner, [...] “Lacan instaura uma diferença entre posição feminina e maternidade, designando uma parte da sexualidade feminina que, mesmo na relação de uma mãe com sua criança, não se submete à norma fálica.” (STENNER, 2011, p. 75).

Nesse ponto, Stenner (2011) nos recorda de uma importante elaboração lacaniana, os três tempos do Édipo. Retomando rapidamente essa proposição, veremos que, no primeiro tempo, a criança se relaciona com o desejo da mãe e oferece seu próprio corpo se posicionando como falo para essa mulher; no segundo tempo, o pai interventor faz barra ao desejo da mãe e insinua para a criança que ela não possui o que a mãe deseja; por fim, no terceiro e último tempo, a criança compreende que é o pai aquele quem vai satisfazer a mãe, pois é ele quem possui o que a mãe deseja. Stenner afirma ainda a importância de notarmos que “[...] o pai não é somente aquele que priva a mãe, mas aquele que lhe dá o que ela deseja [...]” (STENNER, 2011, p. 70), o Nome-do-Pai metaforiza o desejo da mãe.

Miller faz, nesse sentido, uma observação pertinente quando afirma que, articulada à metáfora paterna implícita na conduta e nos atos do pai, expressos inicialmente na separação entre mãe e filho, é pela força do desejo masculino que o desejo feminino será interpelado. Assim, a função paterna teria uma segunda vertente fundamental para além daquela que se articula à posição do pai enquanto vetor da lei, não o dispensando da posição de homem. Vejamos o que nos diz Miller:

A metáfora paterna remete, a meu ver, a uma divisão do desejo a qual impõe, nessa ordem do desejo, que o objeto criança não seja tudo para o sujeito materno. Quer dizer que há uma condição de não-tudo, que o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele. Por tanto isso exige que o pai seja, também, um homem. (MILLER, 1997, p. 8).

A metáfora paterna, o Nome-do-Pai, faz justamente esse apontamento, o de que há um furo, há algo do desejo da mãe que não se pode cobrir. Esse encontro com a castração materna leva tanto o menino quanto a menina a uma identificação paterna, com aquele que possui o falo. No entanto, há dificuldades para a menina:

É, portanto, a partir da identificação com o pai enquanto um ideal que a menina reconhece a sua castração, condição essencial para que ela aceda a uma posição feminina. Contudo, o pai não consegue transmitir para a menina suas insígnias, já apontando para algo aí que não é transmissível pela via do falo. (STENNER, 2011, p. 71).

Lacan (1995), no que concerne às meninas, reafirma os ensinamentos de Freud sobre a sexualidade feminina reforçando que não se trata apenas da ausência do falo simplesmente, mas principalmente de oferecê-lo (ou algo similar a ele) a quem não o tem, nesse caso, à mãe, “[...] exatamente como se fosse um menino” (LACAN, 1995, p. 196).

Os estudos de Freud apontam para uma única libido para homens e mulheres, forjada a partir da castração. A menina deseja aquilo do qual foi privada e irá substancializar essa falta pelo amor de um homem (sendo o que falta a ele) ou por um filho. O filho, particularmente em Freud, simboliza a atitude de não renunciar ao falo e de dividir com um homem a sutil dinâmica que irá consolidar sua posição feminina. Podemos afirmar, sem margem para equívocos, que todas as mães alcançam o status simbólico de mulher? Ou, dizendo em outras palavras, a maternidade seria garantia de sustentação para a dimensão feminina?

A realidade cotidiana parece desaprovar tal afirmação, e a criança, por diversas vezes, terá sua existência marcada pela demonstração violenta do descompasso entre a mãe e a mulher. A “falta-a-ter” em determinadas mulheres parece não corresponder à lógica prevista nos postulados freudianos, pelo contrário, o filho, muito antes de ter um lugar no desejo dessa mulher, parece representar tudo o que ela mais despreza.

É para esse desejo que se volta nossa atenção e interesse e, dentro dele, devemos localizar a função do filho. Freud nos ensina que a criança tem função de falo para a mulher e que a criança se esforça para corresponder a esse lugar, questionando-se sobre qual o desejo de sua mãe. Essa questão se coloca porque se espera que a mãe possa desejar mais ou além desse filho, a criança não deve traduzir a plenitude do desejo da mãe sob pena de transformar-se em “objeto” da mesma. Partimos da premissa que a mulher não pode desaparecer na função de mãe ou, como nos afirma Miller, não pode ter “recalcada, na mãe, seu ser mulher” (MILLER, 1997, p. 7).

Lacan (1969), em “Duas notas sobre a criança”, demonstra os possíveis caminhos para se compreender os sintomas na criança associados à verdade do par parental ou ao fantasma da mãe. Essas notas que trazem uma intencionalidade explícita de discutir os sintomas infantis acabam por nos oferecer também os argumentos que atam em um mesmo nó a criança, a mãe/mulher e o desejo feminino. Miller, desenvolvendo esse texto, apresenta outra análise que privilegia a

questão do desejo feminino e alerta para fato de uma boa mãe ser, antes de mais nada, uma mulher que deseja.

É preciso, ainda, que a criança não sature, para a mãe, a falta em que se apoia o seu desejo. O que isso quer dizer? Que a mãe só é suficientemente boa se não o é em demasia, se os cuidados que ela dispensa à criança não a desviam de desejar enquanto mulher. (MILLER, 1997, p. 7).

Acreditamos que o inverso (não a mãe “excessivamente boa”, mas a violenta) também pode ser afirmado, ou seja, o surgimento de um desarranjo na função materna no sentido do desamor e da agressividade também nos remete à mulher e seus percalços na constituição do feminino. Sabemos que na citação acima, Miller se refere ao risco de uma criança obturar o desejo da mãe a tal ponto que não haverá para esta criança outra saída a não ser a de encarnar a falta essencial. No nosso caso, a questão que se impõe é justamente o avesso.

Podemos nos apoiar na questão do desejo ou, dizendo melhor, na questão do não desejar, ou ainda, do mal desejar como afirma Miller. Talvez a distância que se coloca entre a mãe psicotizante e a violenta esteja apenas nos diferentes resultados que o comportamento de ambas irá produzir, sendo a questão central uma só: a questão do desejo na mulher. Na leitura que faz de Lacan em “Duas notas sobre a criança”, Miller (1997) cita o mito de Medeia como uma maneira extrema e trágica de ilustrar esta operação que divide no ser feminino a mãe e a mulher e que pode chegar a uma “desfalicização” do filho.

Por isso, é uma divisão do desejo que, levada ao extremo, justifica o ato de Medeia, um ato próprio para ilustrar, certamente pelo horror, que o amor materno não se sustenta na reverência pura à lei do desejo. Nesse caso, portanto, quando Jasão vai embora, Medeia deixa de estar nessa posição. Isso quer dizer que a ênfase dada ao valor de substituto fálico da criança [...] se perde quando promove, de maneira unilateral, a função de preenchimento da criança e faz esquecer que esta criança não deixa de dividir, no sujeito feminino que está tendo acesso à função materna, a mãe e a mulher; a criança divide no sujeito feminino a mãe e a mulher. (MILLER, 1997, p. 8).

Medeia, ao ser abandonada por Jasão, ao ser rechaçada pelo homem que faz dela causa de seu desejo e a quem deu filhos, abdica de sua função materna matando sua prole. Este mito é preciso como forma de demonstrar a ruptura na delicada dinâmica que se dá a partir da divisão mãe/mulher que a maternidade inaugura e que, para algumas mulheres, é um ponto de organização e estruturação

de suas vidas. Como já foi dito anteriormente, Miller sustenta que o amor é a possibilidade de realização do desejo no feminino, no entanto, afirma também que entre o amor e a devastação existe uma grande proximidade.

O que interessa a Medéia é o amor. Já me ocorreu dizer, outrora, seguindo uma indicação de Lacan, que Medéia era o paradigma da verdadeira mulher, no sentido de Lacan; é necessário confessar que ela está pronta para tudo. [...] Se o amor está perdido, ela não recua diante de nada. É isso que quer dizer o tudo, nesse caso. Ela não recua diante do assassinato. Ela não recua diante do assassinato dos seus próprios filhos, pois ela procura atingir o homem em sua descendência, quer dizer, nisso que ela pode apreender como o seu mais-de-gozar. Ela vai até lá. [...] A devastação e o amor possuem o mesmo princípio, a saber, o grande A barrado, o não-tudo, no sentido do sem limite. (MILLER, 2003, p. 19).

Trata-se assim de uma divisão e não de uma sobreposição ou anulação de uma das partes em questão. Assim, qualquer intervenção não pode perder de vista a existência dessa divisão e a coexistência dessas duas dimensões que, segundo Lacan (1995), só será assimilada pela criança muito mais tarde. “Durante muito tempo, com efeito, a criança não é capaz de se apropriar da relação de pertinência imaginária que faz a profunda divisão da mãe com referência a ela.” (LACAN, 1995, p. 162). Para a criança esse Outro, por muito tempo, é apenas a Mãe.

O que teremos antes disso é a mãe fálica, “toda-poderosa”, nas palavras de Lacan, com força de aniquilamento simbólico e da qual há de vir todos os outros objetos. Segundo Lacan, a fase especular marcada pelo advento da consciência do próprio corpo acaba por produzir sentimentos ambíguos, em que a criança vive uma sensação de júbilo pela descoberta de seus próprios contornos e domínio sobre si e, ao mesmo tempo, se depara com a realidade do mestre. A percepção de que este outro materno que encarna a totalidade não responde às suas exigências e se apresenta como o outro onipotente, leva a criança a um sentimento de impotência. Assim, a cada vez se faz necessário que a criança se aproprie do jogo do simbólico que, na percepção do autor, se constitui, muito precocemente, na intencionalidade do amor (LACAN, 1995).

É preciso exercer algum tipo de domínio, de controle e Lacan retoma o *Fort-Da* como exercício e prática infantil de obter esse controle já imerso num meio de linguagem.

O *Fort-Da* aqui é essencial. O grito que levamos em conta na frustração se insere num mundo sincrônico de gritos organizados em sistema simbólico.

Os gritos são, doravante, virtualmente organizados num sistema simbólico. O sujeito humano não é apenas avisado do grito como de algo que, a cada vez, assinala um objeto. [...] Desde a origem, o grito é feito para que se tome conhecimento dele, até mesmo para que, mais-além, se o relate a um outro. Basta ver a necessidade essencial que a criança tem de receber esses gritos modelados e articulados que se chamam palavras, e o interesse que ela tem no sistema de linguagem em si mesma. O dom-tipo é justamente o dom da palavra, porque, com efeito, o dom aqui é, se posso dizer, igual em seu princípio. Desde a origem, a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras. (LACAN, 1985, p. 192).

Apelo e resposta constituem o par de alternância do qual nos fala Lacan. O grito ou o choro convocam uma decodificação e uma resposta e isso só é possível porque mesmo de maneira ainda precária, a criança já está imersa em um meio de linguagem e ensaia seus primeiros movimentos autorais, os balbucios são prova disso. Esse par de alternância, esse jogo que interroga sobre um mal estar e exige resposta, torna-se padrão que vai, aos poucos, se constituindo de palavras. A mãe deve se posicionar no lugar de quem responde e oferece algo que dê suporte à “dialética do engodo” (LACAN, 1985, p. 198), para satisfazer o que não pode ser satisfeito nem para um, nem para outro, mas que arma toda a cadeia do significante. Mãe e criança, insaciáveis, constroem um código simbólico capaz de protegê-las do real inominável, sem, no entanto, escaparem do risco trágico que pode significar a relação amorosa.

Soler, citando a obra de Paul Claudel, *Partage de Midi* (1967), também recorre a essa tragicidade e explica, a seu modo, o Mito de Medéia:

Aí está, não de dizer, o conhecidíssimo desejo de ser única – que, aliás, distingui-se da reivindicação de privilégio, que pertence ao registro da justiça distributiva – e a exaltação do amor até a morte. [...] É a tentação de um amor tão total, tão absoluto quanto irrespirável, que varre para longe não só as mediocridades do compromisso, mas esvazia de substância os objetos mais diletos, mata qualquer diferença e se afirma sob a forma de um aniquilamento – a ser distinguido da denegação, é claro – de todos os objetos correlacionados com a função fálica, ou seja, com a falta. (SOLER, 2005, p. 21)

Soler também dirá do aspecto paradoxal em responder ao desejo sexual da mulher pela progenitura, concordando com Miller quando admite haver um “hiato” entre a mulher e a mãe. O filho não encerra a vocação feminina de desejar, ainda que possa ser mais um entre tantos objetos e não será também por ele que ela irá consentir tantas vezes ao desejo masculino. A autora, ainda dentro das construções lacanianas, convoca novamente a “mascarada” e seu véu para dizer de um desejo

feminino “específico” ao qual não se tem acesso direto, mas que, por meio dele, seria possível reconhecer um “falo fetichizado” e, por fim, afirmar, é ao lado dele que se coloca o desejo feminino.

Para Stenner (2011), a formulação desenvolvida por Lacan demonstra que a mulher busca no homem o falo, ou ainda, ser o falo para ele. Na condição de castrada, para ter acesso ao desejo ela precisa ocupar esse lugar, no entanto, ela se divide entre aquele que possui o falo e o significante da falta. Por sua condição não-toda, por sua posição desejante, é permitido a ela “[...] deslizar nessa incompletude pela via da maternidade, tendo o filho como objeto a” e acrescenta, “A maternidade se apresenta para a mulher como uma vicissitude da sexualidade feminina, da relação dela com a falta fálica, na equação proposta por Freud”. (STENNER, 2011, p. 78).

Soler (2006) reflete sobre dirá de duas possibilidades de abordarmos essa questão, pela via do real calcada na função reprodutora e pela via do semblante. Segundo essa autora, também nessa perspectiva homens e mulheres parecem estar na mão oposta de uma mesma via, posto que a mãe como genitora não é um semblante ao inverso do pai, que, como Nome, é essencialmente simbólico e não genitor. Roudinesco (2003) parece reconhecer o que afirma Soler:

O pai não é, portanto um pai procriador senão na medida em que é um pai pela fala. E esse lugar atribuído ao verbo tem como efeito ao mesmo tempo reunir e cindir as duas funções da paternidade (*pater e genitor*), a da nomeação e a da transmissão do sangue ou da raça. (ROUDINESCO, 2003, p. 23).

Soler lembra ainda que, para além das determinações biológicas que incumbem a mulher da procriação, a maternagem e a educação de uma criança têm um caráter social que pode ser executado por qualquer pessoa e, por vezes, como já aconteceu em diversos momentos da história, por instituições sob as mais incongruentes justificativas ideológicas. Exemplo disso são as inúmeras formas atualmente disponíveis para todo aquele que deseje vivenciar uma relação de paternidade/maternidade independente das predisposições biológicas ou sociais (como o casamento) com as quais se apresente. No entanto, da virada do século XVIII até o dia de hoje a conta da maternagem tem sido creditada às mulheres quase que exclusivamente:

[...] no vínculo social de hoje, a mãe ou seu substituto torna-se, num número cada vez maior de casos, o parceiro preponderante ou exclusivo da criança, ou, pelo menos, o único que é estável. Daí uma configuração que se tornou muito comum: uma mãe com seu filho ou filhos, acrescida, vez por outra, de um homem – ou uma série de homens que se sucedem – ao qual se dá o nome de “companheiro da mãe”. Obviamente, as configurações concretas são múltiplas e variadas, mas a mobilidade dos laços sociais e amorosos dá ao cara-a-cara da criança com a mãe um peso novo na história, o qual não pode deixar de ter conseqüências subjetivas. (SOLER, 2005, p. 88).

Das primeiras publicações de Freud até os dias de hoje, muitas transformações ocorreram no universo social feminino e os teóricos da psicanálise vão, cada um a seu tempo, confrontar os postulados psicanalíticos aos movimentos empreendidos pelas mulheres. Estas transformações foram sentidas de maneira impactante na lógica familiar patriarcal e nos processos de constituição familiar em que a mulher ocupava o lugar de “cuidadora” exclusiva do grupo familiar. Sarti (2005) classifica o controle da reprodução pela própria mulher como um importante marco no curso dessas transformações e como uma constatação concreta da distância que há entre a mulher e a mãe. Nas palavras da autora, “a pílula abala o valor sagrado da maternidade e a identificação entre mulher e mãe, ao permitir a autonomia da sexualidade feminina sem sua inexorável associação com a reprodução”. (SARTI, 2005, p. 23).

Para Soler (2006, p.88), a teoria analítica “serviu-se muito do papai e da mamãe” posto que o fato subjetivo central, a saber, a castração não sofreu alterações e o romance familiar permanece com suas figuras centrais, a mãe-objeto à qual se deve renunciar e o pai interventor. A autora afirma ainda que, se houve um primeiro tempo em que o pai do mito de Édipo era colocado como figura central, os pós-freudianos como Melanie Klein, Winnicott, Balint, localizam na mãe ou nos limites dessa função a origem do sofrimento psíquico.

Misturando desse modo a bela repartição freudiana, portanto, depositou-se nos ombros dela, ao lado da oferta de gozar, a primeira limitação do gozo, substituindo-se o princípio da legitimidade paterna pela falta do amor materno. [...] Foi nesse contexto dos paradoxos do gozo que os psicanalistas posteriores a Freud convocaram a mãe. Não sem que uma lógica secreta os impulsionasse: com a mãe, afinal, foi o primeiro objeto de gozo impossível que eles elevaram à condição de culpado pela limitação. (SOLER, 2006, p. 88-89).

Para Soler (2006), não se trata de culpabilizar a mulher ou a família, não seria esse o papel da psicanálise, ainda que se admita a valorização do papel da mãe e

sua inegável função estruturante na constituição subjetiva (SOLER, 2006). A autora recorre a Lacan, para quem a questão central nos remete ao desejo da mulher e afirma que em resposta a uma sociedade em transformação também a psicanálise se transformou pelo discurso lacaniano que escapa à lógica unária do Édipo e cria um novo campo para discutirmos o feminino.

O que equivale a dizer que, ali onde havia surgido a mãe do amor, ele invocou... a mulher. E a mulher para ele foi, primeiro, a mulher do pai, aquela que se inscreveu em sua escrita da metáfora paterna, assim retornando a um Édipo freudiano racionalizado em termos de linguagem. Mas Lacan não se deteve nisso, como sabemos: foi além do Édipo, onde situou a mulher barrada, Outra, não toda ocupada com o homem ou o filho, dessa vez. (SOLER, 2006, p. 90).

A autora reconhece a produção de um discurso que aprisiona a mãe no símbolo do amor por excelência. Na figura da mãe estariam referenciados “o pólo das primeiras efervescências sensuais, a figura que cativa a nostalgia essencial do ser falante” (SOLER, 2006, p. 90). Esse discurso como demonstra Kehl (1998), também aprisiona a mulher dos tempos de Freud no significante “mãe” e não deixa outra alternativa para que ela se constitua a partir de outras representações.

Ou seja: se a mulher só produz (para a cultura) filhos, ela só se produz como mãe – que outro significante representa a mulher na cultura ocidental até o advento da psicanálise? [...] O que está barrado para a mulher freudiana não é uma outra possibilidade de evolução nos destinos da libido [...] o que a cultura ocidental dos séculos XVIII e XIX e começo do século XX interditou às mulheres foram outras possibilidade identificatórias; a única identificação permitida para a menina, de acordo com os ideais de seu gênero e que lhe promete alguma perspectiva de gratificação libidinal é a identificação à mãe, não enquanto mulher no sentido amplo (esta mulher ainda não existia), mas só enquanto mãe. (KELH, 1998, p. 262).

Essa proposição de Kehl (1998) é pertinente mesmo na atualidade, principalmente para as mulheres pobres, para as quais se mantém o interdito aos bens da cultura e da civilização moderna. Para muitas delas, às vezes ainda meninas, a maternidade é o único acesso a um significante que a represente enquanto sujeito. Quando escapam do espaço doméstico particular e se apresentam na ordem social pela via do trabalho, ainda assim se encontram presas à identificação materna, daquela que cuida e, na figura da empregada doméstica, da faxineira diarista, da babá, entre outros trabalhos desqualificados e mal remunerados, permanecem na ignorância do que mais poderia ser uma mulher.

No entanto, como nos alerta Soler (2006), a prática clínica demonstra que a figura materna permanece no centro do discurso neurótico, ou seja, independente das configurações sociais e dos avanços e retrocessos do lado de fora, dentro do *setting* terapêutico, a mãe não recua e estará invariavelmente no lugar de acusada. A recriminação da mãe por parte do analisando parece encontrar suporte em algumas vertentes da teoria analítica, aliando aprisionamento e desqualificação, como nos informa Soler.

Pois bem, é impressionante constatar que as doutrinas analíticas sobre a mãe, na maioria das vezes, transmitem as recriminações do neurótico, as que permanecem registradas na memória como vestígios do drama que Freud designou pelo termo “neurose infantil”. Não é a voz da mãe que ouvimos nelas, mas a da queixa infantil que insiste na deploração do analisando, sem que sua verdadeira causa seja esclarecida. Essa transposição simplista dos ditos dos analisandos faz da própria doutrina um produto da neurose. (SOLER, 2006, p. 91).

Aqui constatamos que há pelo menos dois discursos em questão, um social que localiza e aprisiona a mulher no significante “mãe” e outro analítico, por vezes reproduzido sem o devido tratamento, cristalizando a recriminação em documentos e teorias e, neste ponto concordamos inteiramente com Soler quando diz que “Uma coisa é fato: a mãe de quem se fala à mãe que fala, a distância é grande.” (SOLER, 2006, p. 91) e isso tivemos a oportunidade de constatar no atendimento a mães acusadas, dessa vez não no recesso do *setting* terapêutico, mas na ordem social e jurídica.

O discurso ganha um valor inestimável na medida em que nos constituímos e nos distinguimos como falantes, mas também por ser por ele que a mãe, ser da fala, deixa sua marca em seu filho. Soler (2006) nos lembra que a fala da mãe para alcançar a plenitude de seus efeitos precisa configurar-se em um discurso, em uma fala “encarnada”. Dito de outra forma é preciso que haja um corpo, uma mulher de carne e osso o que nos remete ao “peso do gozo materno” (SOLER, 2006, p. 91).

Esse corpo, o corpo da mãe que atende e cuida da criança, como bem nos lembra Soler, é um corpo produzido pelo discurso, até mesmo a reprodução vem ordenada, regulada por uma produção discursiva. Se é fato que existe uma série de determinações biológicas vitais que vão demandar cuidados específicos, também é verdade que essa “relação de objeto no real” (LACAN, 1998, p. 661) vai sendo mediada pelo simbólico no esforço da emergência do sujeito.

O corpo está implicado nisso, com certeza. Primeiro porque, a criança por nascer já constitui um sujeito no dito dos pais, quando ela surge no mundo é como corpo, no sentido de organismo sexuado. Organismo que sem dúvida é preciso fazer viver, mas sobretudo organismo a ser civilizado e subjugado aos usos prescritos. A mãe, ou seu substituto, não deixa de ter que pôr a mão na massa: ao emprestar sua voz aos primeiros imperativos de regulação e contenção, ela é, nesse aspecto, a primeira mediação do que realmente convém chamarmos de... a polícia do corpo. É preciso haver a linguagem em que a demanda se articula, e que é a única a permitir que esse corpo seja corporalizado de maneira significativa. (SOLER, 2006, p. 92).

Esse poder exercido pela mãe, essa força que se expressa na delicadeza dos cuidados, orienta a criança nos caminhos da linguagem como condição de aquisição da cultura. No entanto, tal poder caminha no fio da navalha em que a criança pode experimentar na relação com a mãe o princípio da autoridade, ponto de fixação e segurança ou de puro capricho desse Outro, onde só resta devastação e aniquilamento.

Como nos ensina Soler (2006), a maternação não encontra limites para a manipulação do corpo do outro e se aí está a condição de sobrevivência para o bebê humano, incapaz de se auto-gerir nos primeiros anos, está também o risco de exposição aos excessos e transgressões do outro materno. A esse respeito dessa afirmação nos ocorre a trágica extirpação clitoriana das meninas em algumas civilizações da África ou as meninas de “pés de lírios” na China, nos dois casos, tradições que só resistem na medida em que as mães as toleram.

Para Soler (2006), mesmo antes que a criança apreenda a diferença sexual, já está posto seu lugar de objeto fetichizado da mãe e, às vezes, como vítima. Lacan, mais contundente, diria que a criança está presa ao “serviço sexual da mãe” (LACAN, 1998, p. 765). Soler (2006) parece associar os riscos dos desvios maternos à divisão da mãe e, por conseguinte, ao lugar que essa reserva ao filho. Dito de outra forma, num jogo dos contrários, para a falta essencial da mãe, a mesma que funda o desejo há uma resposta correspondente na fantasia da criança que se coloca como objeto.

Falar de divisão do sujeito (no caso, a da mãe como Outro do filho) é designar, ao mesmo tempo, a falta que funda o desejo, inscrita precisamente pelo símbolo (-Φ) e o objeto que lhe é correspondente na fantasia. Toda criança encontra-se na posição de sofrer a experiência e marca disso. Tanto assim que existe um ditado que registra uma dessas

ligações, aquele que diz “mulher santa, filho perverso”. (SOLER, 2006, p. 93).

Seria então a mãe exatamente o oposto de tudo que se tem dito a respeito dela? Segundo Soler, não seria o amor materno uma invenção, mas como todo amor, estruturado pela fantasia que na realidade “[...] reduz o parceiro a ser apenas o objeto evocado pela divisão subjetiva” (SOLER, 2006, p. 93). No caso da relação mãe e filho tal estrutura estaria potencializada pela posição de objeto real que o bebê ocupa, na medida em que um recém-nascido não se constituiu ainda como sujeito.

Objeto real nas mãos da mãe, que, muito além do que é exigido pelos cuidados, pode servir-se dele como uma propriedade, uma boneca erótica com que gozar e a que fazer gozar. Freud já havia apontado essa ambigüidade erótica dos cuidados maternos, da qual o sujeito à espera deverá emergir como efeito da fala. (SOLER, 2006, p. 93).

Ao que nos diz Soler, podemos constatar que os primeiros anos de vida de uma criança a colocam em situação de grande vulnerabilidade diante das questões que são próprias da mãe, mas que a envolvem e acabam por determinar profundamente sua constituição subjetiva e, às vezes com resultados irremediáveis como no caso da formação de uma estrutura psicótica. Nas mãos da mãe, a princípio, se encontram os fios que vão definir a trama daquele que virá a ser sujeito. É ela que, num primeiro momento, irá apresentar para a criança o jogo da linguagem e que também se sentirá (ou não) convocada por seu bebê a responder aos apelos deste e constituir com ele o “par de alternância” do qual nos falou Lacan em seu Seminário XX (LACAN, 1985).

Ao que nos parece, a experiência da maternidade é fortemente marcada pela experiência de poder que deve ser distinguida da vontade de domínio sobre o corpo e existência do outro. Esse poder precisa ser exercitado com sabedoria pela mãe – sob pena do aprisionamento da criança na categoria de objeto – se afastando do uso perverso do corpo do outro. Será esse exercício mediado pela linguagem materna, o instrumento de apresentação da cultura e, ao mesmo tempo, humanização da criança.

[...] Os poderes do verbo vão longe, chegando até a regular o gozo, e desses poderes a mãe é a primeira representante, uma vez que é ela quem introduz o filho na demanda articulada ao impor a oferta em que ela se

aliena: a dupla oferta da língua em que demandar, bem como da resposta que vem do outro. (SOLER, 2006, p. 92).

Toda essa delicada dinâmica estará, segundo aponta a psicanálise, determinada justamente pela economia estabelecida no inconsciente da mulher onde o desejo irá definir o lugar desse objeto que surge no real. No entanto, há outras variáveis que irão concorrer com a fantasia materna e que também farão sua marca no sujeito que se constitui, a saber, as contingências da vida que incluem, inclusive, outros atores, e a elaboração pessoal que a criança pode fazer acerca de sua posição dentro do desejo materno. Soler nos lembra que a mãe não difere de qualquer outro sujeito, ou seja, também ela estará marcada pela dinâmica do “[...] desejo sustentado pela fantasia e o gozo que se apóia nela [...]” (SOLER, 2006, p. 94), sendo tudo isso da ordem do impossível de dizer, se não pela interpretação e é isso que a criança fará.

No esforço de receber da mãe seu amor e atenção, a criança se coloca como parceiro nesse jogo de sedução para alcançar algum saber sobre o desejo dela e ser para ela aquilo que a completa. A mãe, “potencia simbólica” (SOLER, 2006, p. 94), é a única que, do alto dos seus poderes da fala, tem a senha para o mundo da significação, é ela quem saberá dizer desse sujeito que se constitui e de suas necessidades.

Na decifração desse enigma, é o próprio lugar de seu ser e sua identificação última que a criança busca, perscrutando e interrogando o Outro materno, de maneira ainda insistente por ter a expectativa de encontrar nisso a chave de sua “indivisível e estúpida existência” (LACAN, 1998, p. 555), bem como a resposta do que ela é para o Outro. O amor, tanto quanto o desejo começa pela falta. (SOLER, 2006, p. 95).

Quando a criança busca a mãe é também a si própria que ela pretende encontrar. Talvez possamos afirmar que também para a mulher nada esteja dado, não se trata de uma ordem imutável e, a cada filho, ela inventa uma maternidade possível. Na medida em que o filho se desloca do lugar de objeto e vai apresentando suas demandas e especificidades convoca a mãe a responder, não como todas ou como sempre, mas como única.

Aqui temos dito da coexistência de duas dimensões, a feminilidade e a maternidade, Soler (2006) dirá da oposição entre mãe e mulher. Para a autora, a mãe apresenta-se como aquela que possui, ou melhor dizendo, aquela que recupera

sua falta fálica na medida em que tem acesso a função materna, portanto, sob o sinal de mais, já do lado da mulher, o que interessa é o sinal de menos, é o que falta a ela, que fará com que sua libido seja dirigida ao homem. Nas palavras da autora, “Uma que tem, a rica, portanto, e outra que não tem, a pobre, por metáfora do (-φ).” (SOLER, 2006, p. 95). Dessa lógica da posse no inconsciente da mulher – em que num momento ela é a que possui (diante do filho) para mais adiante se revelar como despossuída (diante do homem) – é que a criança irá emergir enquanto sujeito. O objeto que falta à mãe é o que a criança reclama para si, mas, ao mesmo tempo intuir pertencer ao outro paterno tem função estruturante.

Não é a falta de amor, mas o excesso de amor, que pode ser prejudicial aqui, e que clama por um efeito de separação necessário. Foi por isso que Lacan enfatizou o desejo da mãe. Este deve ser entendido como o desejo da mulher na mãe, desejo adequado para limitar a paixão materna, para torná-la não-toda mãe, ou em outras palavra, não-toda para seu filho [...]. A mãe não é toda para seu filho porque sua aspiração fálica dividi-se entre o homem e o filho, e é bom que seja assim, porque é o desejo da mulher, mais geralmente um desejo outro mantido fora das gratificações da maternidade, que introduz a criança, por meio da angústia da castração, numa dialética de identificações contraditórias pela qual ela poderá soltar-se da posição passiva de objeto da mãe e, no fim, assumir seu próprio sexo. (SOLER, 2006, p. 95).

Dessa forma, vai se desenhando o que Soler (2006) vai nomear de “extremos maternos”, a partir – se podemos falar assim – desses opostos primordiais. No nosso entendimento, esses “extremos” são tão fáceis de observar no cotidiano das pessoas, que vão dar à relação mãe/filho um caráter muito peculiar e a tragicidade da qual falamos anteriormente. Fatos que podem ser verificados na grande imprensa, como a mãe que não sabe nadar e se lança num poço de dois metros de profundidade para salvar seu menino (e o salva!), ou outra que abandona seu bebê de poucos meses em uma lagoa e ele sobrevive por obra de um desses acasos insondáveis. Fatos como esses vão dar testemunho, no real, do caráter trágico que, por vezes, parece escapar da dimensão do inconsciente e, recuperados do assombro, nos questionamos sobre porque a maternidade se coloca de forma tão antagônica para algumas mulheres?

3.5 O amor materno e seu destino trágico

A psicanálise, em contraponto ao movimento que identifica o amor materno como o suficiente para o pleno desenvolvimento do ser humano, denuncia desde sempre a necessidade de um terceiro que se interponha entre mãe e filho restringindo e impondo limites à dedicação materna. Como nos informa Soler (2006), a libido materna foi amplamente questionada pelas correntes teóricas da psicanálise que, até mesmo ou principalmente a partir da prática clínica, viu motivos suficientes para colocar sob suspeição a libido daquela que está sempre no lugar de “acusada”, seja por suas faltas, seja por seus excessos, ou ainda “[...] por ser inesquecível demais, às vezes a ponto de ser devastadora [...]” (SOLER, 2006, p. 99).

Sobre o termo “devastação”, muito recorrente na teoria psicanalítica dentro da discussão do feminino, recorremos a Miller (2003) que reconhece na devastação um dos modos de gozar, em oposição ao sintoma (que ele descreve como localizável, apreensível, classificável). A devastação será compreendida por ele como uma total depredação que se estende a tudo e afirma: “Não podemos classificar as devastações. [...] É uma depredação, uma dor que não pára, que não conhece limites.” (MILLER, 2003, p. 20). Para esse autor, a palavra utilizada por Lacan para dizer da relação mãe-filha – sempre do lado da mulher – está associada ao ato de arrancar com violência, arrebatado, esse último termo associado também à mística, ao deslumbramento ao qual já nos reportamos.

Em “O aturdido” (LACAN, 2003), Lacan dirá que a castração que introduz a mulher no complexo de Édipo e que, por isso mesmo, deveria lhe garantir certo conforto, ao contrário, amplia e aprofunda a expectativa (e na mesma proporção, a frustração) da mulher em relação à mãe.

Por essa razão, a elucubração freudiana do complexo de Édipo, que faz da mulher peixe na água, pela castração ser nela ponto de partida (Freud *dixit*) contrasta dolorosamente com a realidade de devastação que constitui, na mulher, em sua maioria, a relação com a mãe, de quem, como mulher, ela realmente parece esperar mais substância que do pai [...]. (LACAN, 2003, p. 465).

Não há meios de uma mãe dizer à sua filha o que é ser uma mulher, pela simples e absoluta falta de uma referência que seja universal ou, nas palavras de Lacan, esse “[...] sujeito se determina a partir de que, não existindo suspensão da

função fálica, tudo possa dizer-se dela, mesmo que provenha do sem razão.” (LACAN, 2003, p. 466), do sem limite.

Para Miller (2003), o limite se articula à estrutura feminina não pelo aspecto estrutural, mas antes, conjuntural, ou seja, ele advém de fora e das circunstâncias. Para o autor, o homem reconhece o limite e vai até ele, não sem risco, mas numa relação de prudência. Já do lado das mulheres, a prudência se manifesta mais no sentido de conservar a contingência que oferece regulação.

A prudência do lado da mulher não é uma relação com a exceção e com a retorção que poderia vir da exceção. É uma relação com o abismo, com isso que se apresenta como sem limite. [...] O risco, do lado da mulher, tal como eu o evocava, tem outro acento porque ele não tem mais-um. É, então, um risco quando ele é tomado para além do medo e do temor. O primeiro risco é, de alguma forma, um risco de transgressão [no homem], enquanto o outro aparece como risco cego [na mulher]. (MILLER, 2003, p. 26).

Em todo percurso realizado até aqui percebemos a presença silenciosa da dimensão trágica que ronda o universo feminino, bem como as relações entre mãe e filho. Nos apoiamos numa definição rápida sobre a tragédia que nos oferece Luiz Cláudio Figueiredo (2007) para fazer aqui uma associação entre essa modalidade do gênero literário e os desafios de se constituir mulher tal como postula a teoria psicanalítica.

Uma tragédia se dá quando um indivíduo se encontra numa situação de conflito entre duas obrigações igualmente fortes, mas incompatíveis. É, também, numa situação como esta que os homens são levados a se questionar acerca de que é certo e do que é errado e a procurar na sua própria consciência uma resposta para essa questão. (FIGUEIREDO, 2007, p. 20-21).

Eric Laurent (2007) nos chama a atenção para o fato de que a psicanálise sempre nutriu um interesse especial pela mãe ou pela maternagem quando se trata de psicanálise com crianças, no entanto, para esse autor, torna-se essencial a abordagem do feminino, da dimensão mulher, na clínica com crianças, Laurent afirma:

[...] para Lacan, a investigação da sexualidade feminina era uma questão preliminar a todo tratamento possível com crianças. [...] A consideração da sexualidade feminina desloca a ênfase da mãe para a mulher. [...] Digamos que a mulher, que não existe e é silenciosa a respeito de sua sexualidade, substitui a mãe que se queixa e se atormenta com seus filhos. [...] Em sua obra, Lacan tratou de substituir ou de fazer funcionar essa metáfora por seu

avesso, isto é, silenciar um pouco a relação ou o fascínio da psicanálise em relação à mãe, a fim de dar lugar aos paradoxos da sexualidade feminina. (LACAN apud LAURENT, 2007, p. 14-15).

Freud foi o primeiro a levantar essa questão numa ousadia sem precedentes quando descreveu a mãe como um objeto erótico que se estabelece no princípio da vida no corpo-a-corpo entre mãe e bebê. Objeto cobiçado e passível de ser perdido, como nos ensina Soler (2006), contudo, essa apreensão do sujeito materno parece estar essencialmente referenciada no corpo, não se ocupando ainda dos domínios da fala em que a mãe, corpo que oferece satisfação e gozo, sustenta também a dimensão do Outro.

A necessidade de separação entre mãe e filho parece ser um consenso entre os teóricos da psicanálise, não sem o risco de simplificar tal operação que, segundo Lacan, deve estar referenciada noutra corte de ordem simbólica e que nos remete a separação entre a mulher que carrega a falta essencial e a mãe. Como sabemos, Freud deu a isso o nome de castração, a saber, a passagem do organismo vivo para o sujeito, Lacan irá aprofundar “como falta de gozo e falta-a-ser” (SOLER, 2006, p. 100), o que dá uma dimensão ainda maior ao objeto perdido na dinâmica de constituição do sujeito.

Nessa operação de separação, não é o amor da mãe que é mediador, mas a divisão dela por um objeto que causa seu desejo. [...] Aí se introduz a diferença entre ser mãe e ser mulher. Ambos se referem á falta fálica, sem dúvida, porém de modos diferentes. O ser mãe resolve essa falta através do ter, sob a forma do filho, substituto do objeto fálico que lhe falta. No entanto, o ser mulher da mãe não se resolve inteiramente no ter fálico substitutivo, como afirmei. Justamente na medida em que seu desejo diverge para o homem, é mais a ser ou a receber esse falo que a mulher aspira: a sê-lo, através do amor que faliciza, e a recebê-lo, por intermédio do órgão com que ela goza, mas, nos dois casos, ao preço de não o ter. (SOLER, 2006, p. 100).

O desejo feminino explicita a falta da mãe para o filho, como afirma Soler (2006) “ausência muito necessária”, posto que a partir dela e da dialética da separação se inscreve o caráter simbólico da castração. No entanto, há também, como vimos anteriormente na tábua da sexuação de Lacan, uma parte do desejo feminino que não se explica pelo falicismo e que permanece indecifrável. O silêncio do não-todo será a prova contundente de um gozo enigmático, como o classificou Lacan.

A figura materna a partir dessa perspectiva dos extremos coloca-se então como aquela que se ocupa em excesso do filho ou, no outro pólo, a que porta um silêncio absoluto. Aqui tratamos de um abandono subjetivo e não a renúncia do filho na realidade. Esse abandono se dá na presença física da mãe, uma presença marcada essencialmente pela indiferença. Segundo Soler, pela psicanálise isso se explica pelo fato de que o valor do filho não está apenas no fato de ser um substituto fálico, em suas palavras, “Embora cifra fálica, ele é também objeto real impossível de cifrar, “que aparece no real” (LACAN, 1998, p. 761) em lugar do S(A)”. (SOLER, 2006, p. 101).

Entendemos assim que o filho é, para algumas mulheres, a encarnação do significante da falta no Outro mais do que um representante fálico e a angústia materna nesse sentido será potencializada. Não se trata da angústia associada à castração que com frequência observamos nas mães encarregadas da tarefa de introduzir sua criança na ordem discursiva, mas antes, de um encontro com o real inominável.

Mas a angústia diante do real foracluído é outra coisa; faz fronteira com a angústia de castração propriamente dita, mas distingue-se dela. [...] É a relação com o gozo vivo que se mobiliza aqui e, em todos os casos, é função dos recalcamientos da própria mãe. [...] Por fim, cabe evocar as psicoses puerperais, que, fato notável, não excluem os cuidados com a criança, mas assinalam que, para uma dada mãe, um nascimento pode ser o encontro com um real passível de provocar o delírio, ao presentificar o ponto de foraclusão. (SOLER, 2006, p. 101-102).

Nesse ponto, Soler (2006) dirá de mais de uma maneira da criança se colocar a serviço da mãe e essas maneiras podem ser distintas de duas formas, a propósito, a mesma distinção que se faz entre órgão (criança-pênis) e o significante (criança-falo). No primeiro caso, muitos abusos são cometidos sob a bandeira do amor e da educação e o corpo da criança, não havendo nada que limite os excessos maternos, está a serviço do gozo do Outro.

Os casos de violência cometidos pela mãe em relação ao seu filho são marcados por esses abusos. A violência possui várias faces e nem sempre se expressa pelo ato, de qualquer forma, ela sempre informa sobre qual o lugar essa criança ocupa no desejo do sujeito materno, ao mesmo tempo em que denuncia de que maneira esse sujeito opera com o gozo da mulher e suas vicissitudes.

Compreendemos até aqui que o amor materno, essencial para a humanização do filho, se articula a um desejo referenciado a um nome, como nos

diz Soler (2006), “um desejo nomeável”, impedindo uma disponibilidade total da mãe para o filho como forma de escamotear sua estrutura não-toda, mas também não deve se distanciar tanto a ponto de ficar absolutamente fora do alcance da criança. Em alguns casos essa a distância acaba por expressar uma situação de violência caracterizada pela negligência que expõe a criança ao risco. Essa é uma resposta do outro materno marcada pela indiferença e pelo silêncio às questões que a criança lhe remete e com as quais ela mesma (a mulher) se debate.

No Capítulo IV buscaremos desenvolver um pouco mais nossos estudos confrontando o que foi desenvolvido nesse trabalho em termos teóricos ao relato de um caso que consideramos emblemático. Nossa intenção, para além de demonstrar o alcance da teoria psicanalítica na compreensão do universo feminino, busca colocar essa mesma teoria a serviço das mulheres que sofrem e fazem sofrer seus filhos, bem como são estigmatizadas por nossa sociedade que superestima a maternidade em detrimento do feminino.

4 MATERNIDADE E VIOLÊNCIA: TERMOS INCONCILIÁVEIS?

No campo da literatura, o título de mulher má e perversa que amedronta as crianças sempre caiu bem para as madrastas, as fábulas e histórias infantis associadas a todo tipo de estereótipo da maternidade. Esses estereótipos, com certeza ajudaram a construir em nosso imaginário a representação desse personagem cruel em oposição direta à da mãe que, nesse mesmo contexto remete à bondade e ao aconchego.

Na atualidade, a articulação entre maternidade e violência ou apenas as formas possíveis de exercício da maternidade e suas consequências tem se mostrado como tema de interesse de outros campos da cultura como é o caso das telenovelas no Brasil e da produção cinematográfica em outros países.

Como exemplo, citamos uma obra cinematográfica que consideramos muito importante. *Precious*⁴ (2009), dirigida por Lee Daniels que relata a história de uma adolescente que sofre abusos sexuais por parte do pai desde os três anos de idade e que, na adolescência, dá a luz a duas crianças (filhas de seu pai). Nessa obra, Daniels apresenta uma mãe monstruosa que comete todo o tipo de violência contra a filha, lhe impondo uma vida de privação e sofrimento. A atriz protagonista, Gabourey Sidibe, dá vida a personagem Claireece Preciosa Jones de forma espetacular, contudo, é para Mary, a mãe violenta interpretada pela atriz Mo'Nique (prêmio Oscar em 2010 de melhor atriz coadjuvante) que se volta nossa atenção.

Mary, a mãe cruel, é também uma mulher que, quando embriagada, deixa escapar sua feminilidade e sensualidade, de resto, a personagem revela uma mulher deprimida, infeliz, ressentida, vulgar e violenta. Exceto em uma das últimas cenas, em que Mary é atendida por uma Assistente Social interpretada pela atriz Mariah Carey (*Mrs. Weiss*). Nesse momento Mary pela primeira vez nos deixa ver sua face solitária, humilhada, numa versão atualizada e talvez mais dolorosa do mito de Medéia. Essa cena é brilhante, pois ao mesmo tempo em que Mary nos oferece um cenário subjetivo que dá suporte ao enredo, Weiss, a assistente social, demonstra de maneira clara o despreparo dos técnicos para escutar um discurso descolado da prescrição social da maternidade. Quando o discurso feminino emerge, não se sabe

⁴ Título da obra no Brasil "Preciosa: uma história de esperança".

muito bem o que fazer com isso. O gesto da personagem que interpreta a assistente social é bastante comum: levanta-se e vira as costas.

Iniciativas como a do cineasta Lee Daniels devem ser saudadas, na medida em que, além de promover a discussão sobre os termos violência e maternidade, que nossa cultura insiste em colocar em universos distintos e mesmo inconciliáveis, ousa um pouco mais e associa tal discussão à questão da sexualidade feminina. Nas telas de cinema, como na vida real, a violência é sempre desafiadora, em especial, quando nos propomos a construir um discurso que lhe confira algum sentido. Dessa forma, as ciências e as artes buscam contribuir para o esforço secular de contenção da violência, fenômeno complexo e multifacetado, que é inerente à história da humanidade.

4.1 Sobre a violência e suas múltiplas faces

A teorização do tema violência invariavelmente recorre a adjetivos como “multifacetado” ou “complexo”. No esforço de circunscrever esse aspecto da realidade humana, que parece não conhecer limites nem se submeter de forma definitiva aos séculos de civilização, a ciência busca compreender esse fenômeno que ora é reconhecido como de ordem animal e, portanto, inscrito em nosso código natural; ora tem seus fundamentos associados ao movimento próprio da criação da cultura e da civilização, ou seja, exatamente aquilo que nos difere dos outros seres da natureza.

Essa é a discussão proposta por Moreira (2011), em seu artigo “Reflexões sobre o conceito de violência: da necessidade civilizatória à instrumentalização política”. Essa autora descreve algumas possibilidades de abordagem do tema, identificando quatro grupos de construções teóricas, que expressam cada qual uma concepção antropológica diferente e que se opõe quanto às origens e motivações da violência. Por tanto, ao que nos parece, o centro dessa discussão reside na compreensão da violência como dimensão humana por excelência, que diverge de outra visão que percebe a violência como algo extrínseco ao homem. Segundo essa autora, a proximidade da violência não se explica pela casualidade, ela afirma:

Sabemos que a palavra violência vem do latim “*vis*”, que significa força, vigor, potência. Assim, em sua herança etimológica, a ideia de violência contém elementos essenciais a todo ser, como o vigor e a potência.

Pensamos em defender a hipótese de que violência não é acidente ou acaso no interior da condição humana, ou seja, a violência é mais familiar e próxima ao homem do que gostaríamos de aceitar. (MOREIRA, 2011, p. 33)

Para Drawin (2011, p. 12) “[...] a problemática da violência pode ser abordada em diversos níveis e em diferentes perspectivas”, inclusive pela aproximação do tema a partir de abordagens históricas e sociais distintas. Drawin cita Wieviorka (1997), para quem “[...] a violência transforma-se historicamente não só como fenômeno concreto, mas também em seu significado sociopolítico e nas representações que dela construímos, [...]” (WIEVIORKA apud DRAWIN, 2011, p. 12). O autor afirma que o desafio de se falar sobre violência está posto, na medida em que essa problemática, como prefere nomear, não se apresenta de forma única e linear à nossa observação, ela escapa aos esforços de padronização e categorização “[...] e não se pode pretender enfeixar os seus múltiplos aspectos fenomênicos, representacionais e significativos numa concepção única e totalizante acerca de um objeto monolítico.” (DRAWIN, 2011, p. 12).

São essas características descritas por Drawin (2011) que tornam o tema violência um campo aberto para mais de uma conceituação, mas em um aspecto concordamos com Moreira (2011): para cada construção teórica temos um posicionamento antropológico correspondente. Como exemplo, Moreira confronta dois importantes autores da psicologia, Viktor Frankl e Sigmund Freud. Para o primeiro, a violência seria um fenômeno subumano, não condizente com a grandeza para qual está destinado o homem. Já o segundo, bem menos otimista, defende que no psiquismo tudo se resume às forças pulsionais que, por si, não são nem boas nem más, contudo, tendem a alcançar seus objetivos a qualquer preço. O que fará o controle dessas forças será “[...] a suscetibilidade à cultura que se apoia num fator interno, o desamparo, e na compulsão externa da educação e do ambiente”. (MOREIRA, 2011, p. 38).

Moreira (2011) apresenta a posição da psicanálise freudiana, para a qual a violência é constituinte do humano, bem como demonstra que é por um ato de violência, como postula o texto freudiano “Totem e tabu” (FREUD, 1913/1976), que a cultura humana fará a passagem da horda para a comunidade. Por esse ponto de vista, a violência teria um papel importante no controle das pulsões sendo “[...] pertinente diferenciar uma violência especular, que apenas reproduz a violência, de uma violência que possui um *télos* de transformação social, [...]” (MOREIRA, 2011,

p. 40). De fato, a violência especular, esvaziada de sentido, parece fazer sombra aos avanços da civilização e, em alguns casos, sua presença se faz sentir nas relações nas quais se pressupunha o domínio absoluto da harmonia e do amor como é o caso da relação entre mãe e filho.

Como afirmado anteriormente, a violência se manifesta de várias formas e nos mais variados ambientes humanos. No caso da violência da violência intrafamiliar, o espaço que se oferece como cenário é o das relações familiares. Nesse contexto, Romagnoli e Rena (2011) aproximam a discussão da violência familiar aos pressupostos teóricos de Hanna Arendt, em especial, à articulação que essa autora faz entre violência e poder. Nesse trabalho, as autoras compreendem a família como espaço político em que o exercício do poder, nesse caso exercido pelos adultos, torna-se condição de socialização e desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas, assim como em qualquer outra estrutura de poder, precisa ser legitimado.

[...] o grupo familiar desenvolve um sistema de poder em torno dos pais – ou quem quer que seja que exerça essa função. Esse poder é reconhecido inclusive juridicamente, mas, como nos afirma a autora [Arendt], precisa ser legitimado, pois se trata de um poder negociado cotidianamente. (ROMAGNOLI; RENA, 2011, p. 140).

Hannah Arendt (2004), refletindo especialmente sobre as políticas de Estado, compreende a violência como instrumento de dominação nas relações políticas e que se opõe ao conceito de poder. Para essa autora, o poder e a autoridade podem e devem ser exercidos com base na alteridade e no respeito. O exercício do poder, segundo ela corresponde à habilidade humana de agir em consonância com o bem comum o que dispensa o uso da força, pois, “A sua característica é o reconhecimento sem discussões por aqueles que são solicitados a obedecer; nem a coerção e nem a persuasão são necessárias” (ARENDR, 2004, p. 28).

Para Romagnoli e Rena (2011), as famílias atuais, de maneira geral, apresentam um modelo de funcionamento em que o poder é exercido a partir da negociação levando-se em conta tanto o projeto coletivo do grupo familiar quanto os projetos individuais. Muito diferente das famílias do modelo burguês patriarcal em que o poder era centralizado na figura masculina e os projetos individuais eram desconsiderados como demonstrado por Badinter (1980). Aqui, reconhecemos a presença de um poder que organiza a vida do grupo, estabelece limites e regras que

considere o bem estar de cada um e do grupo, bem como se oponha a qualquer manifestação de violência. Nesse aspecto, nossa discussão se aproxima de Hannah Arendt e o exercício do poder se faz necessário e bem vindo.

[...] concordamos com a filósofa quando afirma que “[...] substituir a violência pelo poder pode trazer a vitória, porém o preço é muito alto: pois é pago não apenas pelo derrotado, mas também pelo vitorioso em termos de seu próprio poder” (ARENDR, 2004, p. 34). Nesse contexto, guardando as devidas proporções e considerando a responsabilidade que os adultos devem ter com os filhos ainda em desenvolvimento, também no grupo familiar observamos a legitimidade do poder que se sustenta no afeto, no cuidado e na alteridade. (ARENDR apud ROMAGNOLI; RENA, 2011, p. 144).

O poder familiar prescinde da violência por ser legitimado por seus fins, quais sejam: o cuidado e a atenção com aquele que está em desenvolvimento e, para tanto, é preciso um reconhecimento por parte dos pais dessa criança ou adolescente enquanto sujeito. No caso das famílias com um padrão de relacionamento violento, as palavras de Hannah Arendt podem ser verificadas com muita facilidade, pois o poder dos pais diminui na proporção inversa ao aumento da violência chegando a níveis insuportáveis para todos e, às vezes, inviabilizando qualquer possibilidade de convivência. Vale lembrar que aqui nos referimos às famílias que chegaram a ser denunciadas pelas violências cometidas contra seus filhos, em sua maioria em nosso país, famílias pertencentes às camadas baixas⁵.

Como nos informa Kehl (2003) as regras e limites observados na maioria das famílias não resultam de um processo democrático, mas sim refletem um “saber” construído por gerações passadas e revisto ou reformulado na relação com outras instituições. Esse conjunto de normas está baseado, essencialmente, na intuição e na experiência de vida dos adultos. Para muitas famílias, por exemplo, a inserção precoce no trabalho faz parte do processo educativo, mais que isso, o trabalho tem mais valor que os bancos de escola na formação de um homem ou uma mulher de bem. Assim, partindo de suas experiências pessoais para educar seus filhos e estimulando-os a se dedicarem a atividades de geração de renda, pais e mães, podem pensar que estão agindo corretamente. No entanto, são convocados a vir prestar contas à sociedade sobre o envolvimento de seus filhos com atividades

⁵Para Boudon e Bourricaud (1993), esse estrato social constitui-se como um estrato de baixo poder aquisitivo, possuindo moradia precária, baixa instrução e baixo nível de qualificação.

laborativas que colocam o futuro das mesmas em risco, quando não, a própria saúde e a vida.

Corroborando com as palavras de Drawin (2011), a violência intrafamiliar oferece mais esse aspecto desafiador, que coloca em campos opostos pessoas que estão ligadas, na maioria das vezes, por laços de afeto. A violência não é o único componente dessas relações, nem são os sujeitos envolvidos na situação identificados como habituais adversários. Pelo contrário, nossa sociedade sempre descreveu a família como o espaço, por excelência, do afeto e do cuidado e os pais como protetores intransigentes dos filhos.

Nessa perspectiva, a violência contra um filho parece ser uma categoria estranha ao universo familiar. No entanto, ela sempre existiu e, na sociedade ocidental, sempre contou com as garantias do “espaço privado” e do pátrio poder como forma de manter, às vezes durante anos, os pequenos sujeitos sob atos cotidianos de violência. Algumas diferenças são marcantes na violência que se observa na família de outras tantas de nosso universo social, entre elas, a sua estreita relação com outros tipos de afeto de ordem positiva, bem como o padrão de denúncia que, na maioria das situações, ocorre de fora para dentro. Ou seja, a criança não busca os órgãos competentes para formalizar uma denúncia contra o pai ou a mãe, será necessário que alguém “leia” seus sintomas e perceba ali os sinais da violência. Por outro lado, ainda que os pais admitam haverem atingido o extremo em suas ações, sempre apresentam muitas justificativas amparadas no dever que têm de educar seus filhos. Dessa maneira, existem narrativas que vão localizar o ato violento no sentimento de desespero dos pais diante da incapacidade de enfrentar de outra forma os desafios colocados pela educação e socialização de crianças, mas, sobretudo, de adolescentes.

A violência no espaço familiar pode significar, contra todas as evidências, um “querer bem” que não encontrou outra forma de se expressar e, nesse sentido, a intervenção técnica baseada na orientação pode ser o suficiente. Os pais podem chegar a compreender que a violência aumenta a distância que se pretende reduzir e que, aos olhos de quem sofre a agressão, o gesto violento apenas desqualifica seu autor e produz dominação como nos afirma Hannah Arendt.

O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixa que percorra o seu curso natural, o resultado será o

desaparecimento do poder. Tal coisa significa que não é correto pensar na não-violência como o oposto da violência; falar do poder não violento é realmente uma redundância. A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo (ARENDETT, 2004, p. 35).

Compreendemos, com Romagnoli e Rena, que o poder familiar sobre crianças e adolescentes pode significar uma questão de sobrevivência. Se por um lado o abuso no exercício do poder desumaniza a criança e lhe confere apenas o lugar de objeto dos pais ultrapassando, às vezes, todos os limites do bom senso (podendo ser definido como a mais pura crueldade), por outro, a inexistência de quem exerça esse poder também pode significar a morte em mais de um sentido. A ausência de contenção na medida certa, o “deixar à própria sorte” lança o pequeno sujeito ao desamparo e ao abandono.

4.2 Negligência: a face velada da violência

O que aqui chamamos de desamparo e abandono recebe o nome de negligência no documento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) intitulado Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), e está incluído na lista de violações de direitos passíveis de intervenção do Estado. Interessa notar que no documento do MDS, tais violações se referem tanto ao indivíduo quanto à família, mais a frente voltaremos a esse ponto de observação. Por ora, apresentamos a tipificação de violação de direitos construída pela Assistência Social.

Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:
Violência física, psicológica e negligência;
Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
Tráfico de pessoas;
Situação de rua e mendicância;
Abandono;
Vivência de trabalho infantil;
Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
Descumprimento de condicionalidades do PBF⁶ e do PETI⁷ em decorrência de violação de direitos. (BRASIL, 2009, p. 19-20).

⁶ Programa Bolsa Família (PBF), criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, constitui a política intersetorial do Governo Federal voltada ao enfrentamento da pobreza e ao desenvolvimento

As situações previstas nos documentos do MDS servem de critério de inclusão para famílias e indivíduos nos programas de atenção psicossocial dos municípios. Como já dissemos anteriormente, é bastante comum a associação de mais de uma situação de violação de direitos dentro de um mesmo grupo familiar e uma delas, muito recorrente, está presente ou como motivo da denúncia ou como resultado de uma situação de conflito familiar: trata-se da negligência.

Na prática de atendimento às famílias, é comum identificarmos na situação de conflito uma longa história de negligência aos filhos, em alguns casos justificada pelos agravos da pobreza, noutros, não encontramos respostas tão simples. No dicionário encontramos a seguinte definição para o termo negligência: “Falta de cuidado, de aplicação, de exatidão; descuido, incúria, displicência, desatenção. Falta não intencional daquele que se omitiu no cumprimento de um ato que lhe incumbia”. (FERREIRA, 1993, p. 381).

Os significados para a palavra negligência enfatizam a ausência ou ineficácia do gesto, é a violação que se expressa pela falta. Em alguns casos, falta, inclusive, a intenção de ser violento. A negligência parece ser a expressão emblemática do desprezo e da desconsideração.

Nos manuais da Assistência Social, também encontraremos a negligência descrita como “ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento.” (ABRAPIA, 1997, p. 28). Como “necessidades básicas” são descritos todos os cuidados essenciais ao desenvolvimento físico, emocional e social da criança, assim, pequenos detalhes na observação podem denunciar uma situação mais ampla de negligência, como a pele muito marcada por doenças comuns na infância (catapora, sarampo) e que não foram devidamente tratadas, vestes que não condizem com o clima, higiene descuidada, entre outros.

Diferente do abandono, que é considerado uma forma extrema de negligência, essa significa omissão em termos de cuidados básicos como os descritos acima. A negligência é uma forma de abandono que acontece na presença

das famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, abrangendo em seu público-alvo, famílias com situação de trabalho infantil, com diferentes graus e perfis de vulnerabilidade. (Diário Oficial da União. Edição Número 251 de 30/12/2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gabinete do Ministro. Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005). (BRASIL, 2012)

⁷ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. (BRASIL, 2012b).

do adulto responsável pela criança e é marcada pela indiferença em relação às necessidades da mesma. Sempre existe a possibilidade de justificarmos um episódio de negligência pela situação econômica da família, no entanto, seria uma imprudência associar diretamente a condição de pobreza de uma família às condições de maus-tratos em que se encontra uma criança.

A identificação da negligência em nosso meio é complexa devido às dificuldades sócio-econômicas da população, o que leva, muitas vezes, ao questionamento da existência de intencionalidade. No entanto, independente da intenção do responsável, é necessário uma atitude de proteção em relação à criança e ao adolescente. (BELO HORIZONTE, 2006, p. 27).

Para cada uma das violações de direitos descritas acima, encontraremos nos manuais da Assistência os indicadores, tanto na criança/adolescente quanto na família. No caso da negligência, os indicadores são os descritos a seguir:

Na criança/adolescente:

Físicos: avaliação médica indicando enfermidades psicomotoras; padrão de crescimento deficiente; uso de vestes inadequadas ao clima; higiene comprometida; desenvolvimento inadequado à idade; enfermidades não tratadas; fadiga constante.

Comportamentais: apatia ou agitação extrema, adoção de responsabilidades incompatíveis com a idade; impulsividade.

Na família:

Apatia e passividade; baixa auto-estima; pode haver sofrimento psíquico e/ou comprometimento mental; despreocupação aparente com a situação da criança; desleixo com higiene e aparência pessoal; atribuição à criança/adolescente de responsabilidades incompatíveis com a faixa etária; abuso de álcool e drogas. (BELO HORIZONTE, 2006, p. 28).

A partir de nossa experiência profissional, podemos acrescentar ao comportamento da criança descrito acima a atitude submissa, servil e arredia; a insegurança para emitir opiniões próprias; a ausência de crítica em relação à sua condição de vítima e a defesa intransigente do agressor, na maioria das vezes, a mãe. Em relação aos aspectos físicos podemos observar ainda as características associadas à desnutrição (pele ressecada e manchada, cabelos sem viço, dentes apodrecidos, entre outros). Essas observações também podem ser notadas em crianças vítimas de outros tipos de violência.

Por se tratar de uma metodologia que se deseja universal e voltada para o acompanhamento de grupos familiares em situação de vulnerabilidade social, é a

ela, à família, que se referem os documentos oficiais. Cabe ressaltar aqui que o conceito de vulnerabilidade social refere-se ao:

[...] resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY et al, 2002, p. 13).

A vulnerabilidade está associada à capacidade do sujeito ou da família de responder com eficiência às diversidades da vida, bem como à baixa perspectiva de crescimento social ou pessoal. A vulnerabilidade é a previsão do risco que se define por uma condição de perigo já estabelecida. Assim, a adolescente que se encontra em uma situação de exploração sexual está na condição de risco. Já a adolescente que abandona a escola e passa muitas horas pelas ruas será identificada à situação de vulnerabilidade.

Contudo, a prática demonstra que são as mulheres são, em grande parte das famílias atendidas, senão as únicas referências para essas crianças, pelo menos as mais importantes. Neste estudo, é sobre ela que desenvolvemos nossa discussão, sobre a mulher identificada à “referência familiar”, termo muito usado nos documentos e entre os técnicos da Assistência Social e que designa: adulto responsável legal ou afetivo pelas crianças e adolescentes de um dado grupo familiar. Portanto, aproximamos a descrição acima referente aos “indicadores na família” ao comportamento da mãe negligente.

A descrição é fiel à realidade, usualmente as mulheres denunciadas por negligência apresentam uma atitude apática em relação à vida de maneira geral e não apenas em relação ao filho. O desleixo com o próprio corpo, com os filhos e com o ambiente familiar retrata uma enorme desesperança. Essa desesperança e baixa autoestima ficam aparentes quando a mulher fala sobre si e sobre sua família. Em algumas situações, essas mulheres acreditam que o problema está na ausência da figura masculina ou no fato de terem tido mais de um parceiro, em suma, elas têm uma visão desqualificada de si e da família que constituíram por não corresponderem ao padrão ideal. A imagem que estas famílias têm de si é muito ruim e a situação de abandono da criança, em alguns casos, denuncia uma situação de abandono da família.

Para Kaloustian e Ferrari (1994), por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial. Corroborando com este autor, Martins (1993) afirma que a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada. (GOMES, 2005, p. 360).

Muitas famílias, a princípio identificadas a esse tipo de violação de direito, estão, na verdade, sob condições de miséria e abandono. O processo de acompanhamento, a orientação e a informação, bem como as possibilidades reais de fortalecimento socioeconômico disponíveis nas políticas públicas, podem significar a reorganização do grupo familiar e levar ao desligamento das mesmas por superação da situação de violação. No entanto, como veremos no desenvolvimento deste capítulo, nem sempre o atendimento às necessidades básicas de sobrevivência da família impedem a degradação do grupo, apesar das diversas intervenções.

Vale ressaltar que a negligência está articulada a outros tipos de violência. Por exemplo, na violência sexual ou psicológica, está claro que os pais não cumprem com a função essencial do cuidado e da atenção para com o desenvolvimento saudável da criança. Assim, a negligência pode ser o motivo da denúncia, mas no decorrer dos atendimentos outras violações ou exposições ao risco serão identificadas.

Com a psicanálise, aprendemos que a criança, esse “[...] objeto surgido no real” (SOLER, 2006, p. 101) terá sua existência marcada pelo lugar que ocupa no inconsciente materno. Mas há aquelas para as quais o filho não cumpre o papel de substituto fálico ou essa função se dá de maneira vacilante impedindo a criança de interpretar, pela ordem fálica, por quais caminhos segue o desejo da mãe. A ordem fálica faz com que a mulher descreva por signos, por quais objetos sua falta será correspondida e o filho deverá encontrar seu lugar entre esses objetos, mas ele precisa de pistas. O silêncio absoluto coloca apenas duas possibilidades para a criança que pode se localizar no lugar de refém ou de objeto a ser abandonado, como nos ensina Soler.

Num dos polos da nocividade materna, evoquei a mãe totalmente ocupada com o filho. No polo oposto, conviria situar a mãe nada ocupada com o filho, e confrontar o filho refém da primeira com o filho abandonado da segunda, sem recursos diante de um silêncio insondável, que equivale a um ponto de forclusão. Isso não implica, em absoluto, o abandono pela mãe, ou talvez

devêssemos falar de um abandono subjetivo, por falta do único significante que equivale ao significante do gozo, ou seja, o Falo. (SOLER, 2006, p. 96).

Laurent (2007) afirma ser necessário silenciar o discurso da mãe para fazer falar a mulher. Ainda que pareça um paradoxo e num pequeno deslocamento da afirmação desse autor, acreditamos que no momento em que fazemos falar a mulher é que temos acesso direto e o mais próximo possível da verdade de uma mãe. Isso é o que faremos a partir de agora, um esforço para fazer emergir a fala da mulher do compacto discurso materno produzido em atendimento na Assistência Social em resposta a uma exigência jurídica.

A seguir, trazemos alguns fragmentos de um caso que tem na negligência familiar o motivo principal da denúncia, no intuito de conhecer melhor nosso objeto de estudo. A partir dele e das proposições da psicanálise pretendemos discutir a posição feminina em contraponto ao exercício e exigências da maternidade. Para tal, elegemos os seguintes indicadores para análise: exercício da maternidade, emergência da negligência e intervenção profissional.

O caso escolhido para análise foi acompanhado pela pesquisadora entre os anos de 2005 a 2007 e foi selecionado entre tantos outros a partir dos critérios de complexidade e duração do acompanhamento. Essa família foi acompanhada pela equipe do SOSF, portanto, tiveram como referência outros profissionais além da pesquisadora responsável por este estudo. Os nomes apresentados para as pessoas são fictícios e também foram suprimimos os nomes de outros profissionais que estiveram envolvidos no atendimento a esse caso, no intuito de atender às questões éticas.

Interessa-nos nesse relato, apreender o quanto do frágil equilíbrio entre as dimensões mulher e mãe responde pela desorganização da função materna que constatamos e que se expressa por uma série de violências cometidas contra seus filhos. Admitindo a forte determinação socioeconômica que atravessa a vida dessas mulheres, tornando o ato de educar um desafio, nosso interesse é capturar o componente subjetivo que faz com que elas escolham exercer sua maternidade de forma peculiar, bem como articular essa discussão à expectativa que a sociedade – pela via das políticas públicas – lhes impõe.

4.3 Mãe alheia, filhas intérpretes

A Senhora Ivete se apresenta ao Conselho Tutelar da Regional Noroeste (CT/NO) de Belo Horizonte, acompanhada da filha Alessandra, na ocasião, com 13 anos. Ivete, portadora de necessidades especiais por uma perda auditiva importante, conta sua história com o auxílio da filha que se coloca como sua intérprete, posto que Ivete também possui dificuldades para se expressar verbalmente. Assim, a filha repete o que diz a mãe com poucas alterações. Ivete denuncia o companheiro por abandoná-la com as crianças para viver com outra mulher.

Mãe de 12 filhos dos quais 06 vivendo em sua companhia, Ivete viveu durante 14 anos com seu companheiro e pai de seus seis filhos mais novos. Essa modalidade de rearranjo familiar é bastante comum em nossa sociedade, os casais se desfazem e constituem outras famílias a partir de novas relações. O que é menos comum e mais localizado nas populações de baixa renda é o grande número de filhos que cada relação pode gerar. Em todo caso, o que se constata é que a mulher, seja qual for a contingência, responde sozinha pelo cuidado e desenvolvimento dos filhos. Martin e Ângelo (1999) descrevem, a partir de pesquisa realizada com mães de baixa renda, a percepção sobre a maternidade que essas mulheres apresentam e que refletem uma construção cultural.

Ainda hoje, é muito frequente ligar-se maternidade à atividade na família e opô-la a características como competência especializada, capacidade de se impor, capacidade de concorrência e engajamento profissional. Em vez de dominar tarefas específicas, as mães devem é educar seus filhos. Segundo essa concepção, a tarefa da mãe, conforme a sua natureza e o seu destino de mulher, é ocupar-se das pessoas da família, cultivar relações e ser espontânea, calorosa, sensitiva, suave e abnegada. (MARTIN; ANGELO, 1999, p. 93).

Assim, para muitas mulheres, a maternidade, longe de ser compreendida como mais uma dimensão e experiência feminina, apresenta-se como destino determinado pelo gênero e o cuidado com o filho estende-se ao cuidado da família, que inclui os adultos com algum tipo de fragilidade e o marido. Segundo Sarti (2007), nas camadas populares os filhos, para além de uma resposta ao desejo de constituir uma família, representam laços sociais que, no futuro, protegerão não só os pais, mas também toda a rede de convivência que, de alguma maneira, contribuiu para o crescimento e sobrevivência dessa criança. Além dos pais, padrinhos, tios, avós,

vizinhos, qualquer um pode ser parte dessa rede com a qual o sujeito terá obrigações morais. De maneira que em muitas culturas os filhos podem representar, cada qual, uma aposta em uma velhice amparada.

Essa obrigação moral está calcada em um fenômeno muito comum em comunidades pobres, o fenômeno da circulação das crianças, que pode ser por períodos pequenos – em momentos de crise familiar ou financeira, morte ou separação do casal – ou até mesmo por toda a vida.

A noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral. Suas fronteiras sociológicas são traçadas segundo o princípio da obrigação, que lhe dá fundamento, estruturando suas relações. Dispor-se às obrigações morais recíprocas é o que define a pertinência ao grupo familiar. [...] a noção de obrigação torna-se central à ideia de parentesco, sobrepondo-se aos laços consanguíneos. (SARTI, 2007, p. 33).

O que torna essa movimentação das crianças peculiar é o fato delas permanecerem, na maioria das vezes, nas imediações da casa da família. Os cuidados com a criança passam a ser do vizinho (nem sempre com laços de parentesco), mas a criança continua convivendo com seus pais e irmãos, bem como frequentando a casa familiar. Esse fenômeno acaba por se configurar em uma estratégia de sobrevivência, mas também de coletivização da responsabilidade com as crianças.

As condições sociais em que essas famílias se desenvolvem não se configuram apenas como cenário, mas sim como espaço de troca efetivo e constante, e determinam as relações entre as pessoas. Essas condições criam, inclusive, formas inusitadas e positivas de convivência pautadas pela solidariedade. Todas as definições de família, sob todas as abordagens teóricas, em algum momento, se curvarão ao que se verifica na realidade: cada família é um universo particular, com dificuldades e potencialidades específicas. Para Gomes (2004):

A família é, portanto, uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família” (Amaral, 2001), que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais compondo o universo do mundo familiar. Esse universo do mundo familiar é único para cada família, mas circula na sociedade nas interações com o meio social em que vivem. (GOMES, 2004, p. 358).

O universo familiar de Ivete era bastante restrito e se resumia ao companheiro e aos filhos. Sua família extensa (mãe, tios, irmãos e filhos mais velhos) permaneceu nas cidades de origem da família, norte de Minas Gerais. Em Belo Horizonte, ainda não desenvolvera outros tipos de laço, o que aprofunda sua sensação de abandono. Nesse sentido, Ivete não podia contar com a rede de apoio comum às famílias de camadas baixas.

O exercício da maternidade apresenta-se sempre como que impregnado por vários aspectos da vida de uma mulher, inclusive os culturais como os que foram citados acima. Toda a sua experiência de vida se expressa de alguma maneira nos cuidados com o filho e, como defendemos aqui, com acento especial para a sua vivência da feminilidade.

No caso de Ivete, a maternidade traz grandes desafios e essa mãe parece estar sempre diante de um grande enigma a cada vez que a realidade lhe convoca a responder desse lugar. Nos equipamentos públicos de maneira geral é como mulher humilhada, abandonada, doente e desprovida de recursos básicos à sobrevivência que Ivete se apresenta.

No primeiro atendimento, realizado por um profissional do SOSF Barreiro (onde ocorreu a maior parte de seu atendimento), Ivete chega acompanhada da filha-intérprete e a psicóloga quer saber mais detalhes sobre seu problema de audição. Ivete responde que é surda desde que a filha (a que está presente) nasceu, que já esteve em um otorrinolaringologista e que este afirmou não haver recurso para o caso dela e arremata em tom de brincadeira: “Alessandra é o meu ouvido”. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Não há, no relato, nenhum registro sobre alguma reação a essa fala nem da garota, nem da psicóloga. No entanto, essa fala de Ivete, esse chiste produzido por ela, sinaliza ou sintetiza o que, no nosso entender, desvendaria sua posição em relação à maternidade.

É curioso observar que a filha que lhe tira a possibilidade de ouvir (a própria Ivete associa a perda auditiva ao nascimento da menina), lhe restitui essa capacidade se colocando como objeto para uso da mãe e isso se faz em todas as situações. Assim, entre os profissionais da rede, o caso torna-se conhecido por sua peculiaridade, todos se referem a Ivete como a “mãe que carrega sempre uma das filhas para falar e ouvir por ela” nas entrevistas.

As crianças frequentam a escola – não sem muitos percalços – mas a mãe não permite que frequentem outras atividades de socialização. Durante todo o relato do caso, veremos esse esforço dos técnicos em oferecer atividades de socialização complementares à escola até mesmo para que a mãe pudesse cuidar de si e trabalhar, mas sem sucesso. Na prática de atendimento a essas famílias, percebemos um comportamento de autoproteção assumido pelo grupo familiar, inclusive pelas crianças, caracterizado pela resistência à entrada de terceiros, que venham a colocar às claras ou questionar práticas e comportamentos dos adultos.

Ivete, como é comum entre as famílias que violam sistematicamente os direitos de suas crianças, mantém os filhos afastados de espaços de socialização infantil que possam interferir na dinâmica estabelecida no grupo familiar e mesmo a frequência das crianças à escola é inúmeras vezes interrompida pela mãe sob os mais diversos argumentos. Ivete relata que tem mantido os filhos trancados dentro de casa e que só permite que brinquem fora dos domínios do minúsculo apartamento quando ela pode acompanhá-los.

Ao que parece, essa mãe só compreende o sentido concreto da palavra “proteção” e impõe sua presença aos filhos a maior parte do tempo. Um exemplo emblemático de sua dificuldade em exercer sua autoridade perante os filhos deu-se na ocasião em que estes passaram a fugir da escola. Ivete decide levar e buscar as crianças, em alguns relatos ela afirma ficar durante as quatro horas do período escolar dentro da escola ou perambulando pelas imediações para garantir que eles não fugiriam.

Três meses após o início dos atendimentos, Ivete comunica a primeira das muitas fugas de Alessandra (o “ouvido” de Ivete) para a casa do pai. Ivete apresenta os motivos pelos quais a menina se afasta de casa, mas nada que diga respeito a um silencioso movimento de expulsão da filha por parte da mãe que, acreditamos, já estava em andamento. Movimento que Alessandra irá confirmar, meses depois, quando do desligamento do caso no SOSF. Nas ausências de Alessandra, Cristina, a segunda filha com 09 anos, assume o lugar de dama de companhia da mãe.

A adolescência conturbada de Alessandra é o prenúncio do deslocamento que vai se desenhando lentamente e que no futuro irá localizar a mãe, antes vítima do companheiro, no papel de agressora ou de mãe negligente. Essa torção é possível, na medida mesmo da extensão do acompanhamento, que por seu caráter sistemático e de longo prazo, que ultrapassa as primeiras avaliações dos atores

sociais, se aproxima um pouco mais da realidade da família. A escuta do profissional que conduz o caso amplia em extensão e profundidade o panorama que se pode ter de cada família e, em especial, de cada membro que a compõe, bem como o papel que cada qual exerce na dinâmica familiar.

Nesse sentido, identificamos a distribuição dos papéis como o “porta-voz”, que fala pelo grupo impedindo que outros se manifestem; ou quem exerça a figura da lei ou ainda, aquele adulto que, se furtando às suas obrigações, se coloca ao lado da vítima. No caso da família de Ivete, percebemos que sua dificuldade em se comunicar (ouvir e falar) faz com que seu discurso passe, necessariamente, por uma das filhas, mas a palavra que circula é sempre a palavra da mãe. As meninas são o ouvido e a boca dessa mulher. Como ela é o único adulto do grupo e as denúncias recaem sobre o ex-companheiro, é ao lado dos filhos que ela se coloca como vítima desse outro agressor.

Não nos parece que essa posição de Ivete fosse de todo dissimulada para se beneficiar do que quer que seja. Pelo contrário, sua maneira de exercer a maternidade, seus atos correspondem à sua forma de gozo e ao que talvez ela perceba como essência do feminino, sempre marcado pela falta e que confirmam as palavras de Miller.

Nessa ordem das coisas, a feminilidade se encontra, se quisermos, exaltada por todos os traços da falta. É também, por uma inversão dialética, que todos os traços contrários podem, na ocasião, tomar seu caráter fascinante. (MILLER, 2003, p. 16).

O trabalho com essas famílias possui, a nosso ver, duas dimensões distintas, uma de ordem prática e institucional, ou seja, que considere a segurança das crianças e adolescentes envolvidos no caso, bem como responda às exigências de uma determinação jurídica (a mesma que criou as condições para a entrada do técnico no caso). Vale ressaltar que o técnico ou operador social, quando assume o caso, se torna co-responsável, dentro de certo limite, por essas pessoas. A outra dimensão, de caráter subjetivo, supõe outro tipo de operação bem mais complexa. Em uma “limpeza do terreno”, é necessário identificar ou mapear para quais dimensões devem convergir as intervenções. Além disso, para o técnico que se pauta pela psicanálise, é essencial reconhecer a mulher para além do discurso materno, mais que isso, se questionar sobre como ela se remete à feminilidade,

como articulamos no capítulo anterior. Isso significa se questionar sobre como ela lida com a castração, marcada pela falta ou pelo excesso encobridor?

Aos que estranham essa abordagem que aproxima o gozo feminino ao exercício da maternidade, o psicanalista Éric Laurent responderá da seguinte forma:

O fascínio pela relação mãe-filho faz esquecer que a criança ocupa o lugar de condensador de gozo. Por isso, o termo gozo tem de estar implicado nessa questão, já que a maternidade, o ocupar-se dos filhos, é uma atividade sexual, e não uma atividade educativa ou sublimada. (LAURENT, 2007, p. 16).

Trata-se, portanto, principalmente da sexualidade feminina e de saber das consequências da relação mãe/filho para a sexualidade da mulher. O batismo católico se esforça para limpar o corpo da criança do pecado original cometido por seus pais. É preciso encobrir o fato de que aquele corpo é o testemunho cabal do gozo dos pais. Mais ainda, é necessário marcar o corpo da mulher com as insígnias da mãe: aquela que não goza, que se martiriza pelos filhos e por seu homem e que se aproxima da imagem da santa.

Para Laurent (2007), a demanda de um objeto impossível que a criança dirige a seu pai, demanda que aproxima o filho do falo, tem caráter de exigência daquilo de que ela fora privada. E essa exigência é a expressão do que nos é apresentado em Freud (1932) quando afirma que “ela o viu, ela o quer” é o traço da loucura, da paixão feminina. Na maternidade não seria diferente, como ouvimos recentemente de uma mulher em sua primeira gestação, “uma mãe é capaz de tudo”. É o sem limites que a psicanálise se esforça por desvelar ao mesmo tempo em que denuncia que nem só de flores se faz o universo materno.

No discurso analítico, trata-se precisamente não apenas de destacar os traços perversos existentes na relação mãe-filho, o tormento que é, para uma mulher, ter um filho – apesar dos séculos de exaltação da mística materna ou da mística feminina, é muito difícil ser mãe – como também o fato de que há aí um traço de loucura. (LAURENT, 2007, p. 23).

Ivete gerou doze filhos e, de maneira simbólica ou concreta, abandonou a todos. Em relação aos seis filhos mais novos, sua atitude era marcada pela negligência (evidenciada não apenas na aparência das crianças, mas também em seu adoecimento frequente, bem como no fracasso escolar de todas) e, ao mesmo tempo, por sua presença maciça, inclusive presente em todos os momentos em que

era convocada nos espaços freqüentados pelos filhos. Essa atitude em particular confundia os técnicos e Ivete conseguia convencer a alguns de que ela, na sua fragilidade, ela sim era vítima dos filhos indóceis.

Embaraçada nessa maternidade confusa e desastrosa, Ivete preservava a mulher de ter de responder por seu desejo e de se posicionar frente à castração enquanto sujeito. A mãe carente e abandonada encobria a mulher que não queria saber de si e que não podia dizer se seu gozo, se não pela boca de suas filhas maltratadas. Lacan, em sua obra “O falo e a mãe insaciável” em O Seminário IV: a relação de objeto, nos fala desse labirinto em que vemos Ivete se perder.

O falo imaginário é o pivô de toda uma série de fatos que exigem seu postulado. É preciso estudar esse labirinto onde o sujeito habitualmente se perde, e pode mesmo vir a ser devorado. O fio para se poder sair é dado pelo fato de que à mãe falta o falo, que é porque ele lhe falta que ela o deseja, e é apenas na medida em que alguma coisa lho proporcione que ela pode ser satisfeita. (LACAN, 1995, p. 194).

Diante de tantas situações extremamente graves nas quais as crianças se envolviam, da impotência da mãe e dos limites institucionais com os quais tínhamos que lidar, jamais levamos essa mulher a se questionar sobre o que de fato faltava a ela e perdemos a oportunidade de lhe entregar a ponta do fio capaz de retirá-la do labirinto.

Retornamos aos relatos do caso, que agora apresenta um novo desafio: Alessandra é claramente aliciada por um vizinho que mora no mesmo prédio e que a explora sexualmente⁸, bem como mantém a garota sob permanente vigilância. A mãe afirma que não consegue tirar a filha da casa do vizinho e que a menina retorna à sua casa e por pouco tempo a cada três, quatro dias. A psicóloga orienta a mãe a chamar a polícia militar e registrar boletim de ocorrência, caso Alessandra se recuse a voltar para sua casa.

Dois dias depois desse atendimento, em visita domiciliar, a psicóloga verifica que Alessandra permanece na companhia do aliciador. Ivete estava muito angustiada e demonstrava muita preocupação com o fato de não ter mais controle sobre a filha. De fato, as situações de risco em que as crianças vão se colocando na

⁸ Segundo a orientação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfretamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (PAIR), a exploração sexual se caracteriza quando um adulto se beneficia dos favores sexuais (com contato físico ou não) de uma criança ou adolescente em troca de pagamento que pode ser em dinheiro, comida, roupas ou qualquer outro objeto.

medida em que crescem e alcançam alguma autonomia vão se tornando cada vez mais frequentes.

De nossa parte, acreditamos que o envolvimento de Alessandra em uma situação de exploração sexual com um homem que mora no andar de baixo, bem às vistas da mãe, pode significar um ato endereçado a mãe, bem como as idas e vindas à casa do pai, onde nunca conseguiu permanecer por muito tempo. Alessandra talvez se coloque como objeto sexual para esse homem, da mesma forma que se colocou como objeto para a sua mãe, mas não podemos deixar de observar que seu ato pretendia que a mãe tomasse conhecimento dele.

As fugas para a casa do pai talvez possam ser interpretadas como um apelo para intermediar a sua relação com a mãe ou ainda para separá-la da posição de objeto que ocupa junto à mesma, e sempre nos pareceram um tanto inconsistentes e, apesar de toda a precariedade, a casa da mãe ainda representava para a adolescente seu lugar de referência. Para além disso, há uma fala importante da pequena Cristina (9 anos), sobre a relação de autoridade entre pai e filha: “a Alessandra é o pai do Nelson”. Apenas essa fala poderia sustentar toda a discussão desse trabalho e essa criança ensina aos técnicos os caminhos pelos quais se alcança o sintoma da família, posto que é precisamente ao pai simbólico que ela se refere. O mesmo Pai que a psicanálise aponta como vetor da lei, o mesmo pai que impõe limites ao gozo mortífero da mãe.

O pai portador de um desejo por tal mulher, conjuga a Lei, a proibição e, ao mesmo tempo, o desejo, já que deseja essa mulher. Nessa passagem, nós nos damos conta de que a autoridade se funda inicialmente sobre o que é autorizado e não sobre o proibido. O fundamento da autoridade é poder dizer sim. A mãe, portanto, é o vetor da encarnação da falha do cuidado e o pai, o vetor da lei no desejo do Outro. (LAURENT, 2007, p. 43).

Alessandra, embaraçada nessa trama, usa dos recursos de que dispõe para denunciar o “sem limite” da mãe e a falência do Pai que, no caso dessa adolescente não parece se traduzir numa estrutura psicótica, mas antes, seu comportamento impulsivo e explosivo parece informar a mãe impotente que ela, Alessandra, pode tudo.

Nesse ponto, Laurent nos lembra que a função essencial do pai simbólico é apontar para o que é permitido, o “não” que barra a mãe está sob o “sim” do que é permitido ao filho. Talvez por isso essas crianças não reconheçam o limite

reclamado pela escola, pelo técnico do SOSF, pelos vizinhos que se queixam da desordem. Laurent ainda afirma que a novidade lacaniana que abandona o pai da tradição graças à teoria do Nome-do-Pai reconhece que “as mulheres sozinhas, divorciadas, viúvas ou que jamais se casaram também podem transmitir o Nome-do-Pai” (LAURENT, 2007, p. 46).

Alessandra parece dar um testemunho concreto do que vimos também em Miller (2003), sobre a devastação na relação mãe-filha e, nesse sentido, nos impressiona a sua resposta não apenas no episódio da exploração sexual, mas também em todas as outras situações posteriores, em que se envolveu com brigas de rua, pequenos furtos e uso de drogas. Ao mesmo tempo, essa adolescente se mantinha absolutamente refratária a qualquer aproximação dos técnicos, não era para estes que se dirigia a sua demanda. Ao que parece, só poderíamos alcançá-la através da mãe.

Nesse embate entre mãe e filha, a questão da feminilidade está posta e, em alguns momentos, o ressentimento de Alessandra em relação à mãe reclama alguma contenção, de fato, Alessandra se aproxima demais da beira do abismo do qual nos fala Miller (2003). Seus atos, à primeira vista, descrevem uma adolescente inseqüente, irresponsável e que não reconhece autoridade materna. No entanto, essa adolescente, do alto de sua beleza incomum e dos seus dezesseis anos de idade, se recusa a identificar-se a essa mãe-vítima, a essa mulher que faz da falta seu excesso, bem como rechaça o lugar de objeto onde a mãe insiste em mantê-la.

Essa situação nos faz pensar sobre o uso que a mãe pode fazer do corpo da criança, ou de parte do corpo – no caso em questão, o ouvido – para preencher a sua falta, que na verdade não é a falta da audição, mas uma falta subjetiva. O corpo da criança é tomado como objeto condensador de gozo para preencher a sua falta. A mãe oferece um lugar para a filha: “meu ouvido”. Mas, Alessandra parece resistir a esse lugar em que é convocada a ocupar pelo Outro. Ela não se aliena a essa posição de objeto e faz um movimento de separação radical que a leva a se expor ao risco de diversas formas. Alessandra escapa da mãe, mas se oferece a um outro como objeto sexual.

Em sua obra “Nota sobre a criança”, Lacan (1969/2003) se distancia da abordagem freudiana que reconhece no filho o ideal do casal justamente para alcançar aquela criança que, por seus sintomas, indica uma outra posição na constituição subjetiva familiar, a posição de objeto a. Esse deslocamento

corresponde a perceber a criança associada não a um Ideal, mas antes ao gozo (LAURENT, 2007).

Na concepção elaborada por Jacques Lacan o sintoma da criança acha-se em condições de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar. O sintoma – esse é o dado fundamental na experiência analítica – se define, nesse contexto, como representante da verdade. O sintoma pode representar a verdade do casal familiar. Esse é o caso mais complexo, mas também o mais sensível à nossas intervenções. A articulação se reduz muito quando o sintoma que vem a prevalecer decorre da subjetividade da mãe. Aqui, é diretamente como correlata de uma fantasia que a criança é implicada. A distância entre a identificação com o ideal do eu e o papel assumido pelo desejo da mãe, quando não tem mediação (aquela que é normalmente assegurada pela função do pai), deixa a criança exposta a todas as capturas fantasísticas. Ela se torna o “objeto” da mãe e não mais tem outra função se não a de revelar a verdade desse objeto. (LACAN, 1969/2003, p. 369).

A fórmula edipiana nos ensina que é por intermédio da metáfora paterna que se produzirá a significação fálica sobre o desejo da mãe. No entanto, com Lacan aprendemos que existe outra posição em que a criança pode se localizar, posição essa que vai saturar o desejo da mãe como objeto colocando em suspensão a fórmula fálica. Isso significa que esse objeto responderá pela existência da mãe. Para Laurent, “A criança é o falo nos casos mais favoráveis, em que tem valor” (LAURENT, 2007, p. 44).

Até onde pudemos acompanhar, os filhos de Ivete respondem pelo sintoma do casal, mas em especial, pelo transtorno que a ausência do homem causa na subjetividade dessa mulher. O adjetivo desnorreada é o que melhor define Ivete, e Miller reconhece nesse termo uma posição feminina na polaridade e partilha sexual.

[...] podemos sempre fazer o retrato da mulher dominada pelo menos. É, assim, a inferior, a submissa, a obediente; é a massacrada por uma lei que se lhe impõe, aquela que passa sob o jugo. Sua queixa, sua reivindicação se alimentam, eventualmente, dessa posição. É aquela que não se escuta, a qual se reconhece sem contestação. [...] Desse lado ela aparece como aquela que já sai perdendo. É a vencida por excelência e, também, a perdida. (MILLER, 2003, p. 24).

Nossa percepção não é a de localizar no parceiro de Ivete ou na separação do casal o ponto fundamental do conflito familiar. Não há dúvida de que o rompimento e, em particular, o abandono da família em condições tão precárias criaram condições para que essa mulher ficasse transtornada, mas cinco anos de suporte e orientação são mais que suficientes para que o sujeito se reorganize,

ainda que as questões subjetivas possam exigir um tempo que não temos como prever.

Entendemos sim que havia algo anterior, algo que nos remete a constituição subjetiva dessa mulher e sua forma particular de se posicionar frente à feminilidade e, por conseguinte, à maternidade. Nesse caso, orientação e apoio não alcançam o ponto de onde advém o sofrimento, é preciso uma outra modalidade de escuta e intervenção que levem essa mulher a ressignificar sua posição em relação à falta fálica, como nos advertem todos os autores com os quais trabalhamos até aqui.

Assim, quando assumo em abril de 2006, já no segundo atendimento não permito mais a entrada de nenhuma das filhas, decido que a comunicação deverá acontecer de qualquer maneira entre mim e essa mulher; a fala de Ivete é difícil, mas é uma questão de se acostumar. Ivete se surpreende e demonstra muita insegurança, mas insisto numa atitude de encorajamento e ela aceita ficar sozinha comigo. Como eu previa, esses e todos os outros atendimentos aconteceram sem maiores dificuldades, suas crianças, quando a acompanhavam, ficavam na ante-sala e só entravam se eu solicitasse.

Penso que este gesto foi importante para que Ivete se colocasse frente a frente com seu interlocutor sem intermediários. Minha atitude pretendia fazer com que ela realizasse o percurso que vai do vínculo à transferência, bem como fortalecer e encorajar a mulher a abandonar por alguns minutos seus escudos (os filhos), convocá-la longe de seus laços de maternidade – que inclusive eram feitos de forma tortuosa, embora seus filhos fossem importantes e necessários para ela.

No momento em que crio uma situação para que a mulher possa emergir desse estado de maternidade convulsa, Ivete reage e talvez sua resistência diga de um não consentimento. Sua escolha entre permanecer onde estava, sendo responsabilizada por uma série de violações envolvendo os filhos, talvez ainda fosse menos dolorosa que lidar com suas questões subjetivas. De minha parte, não vislumbrava outro caminho senão o que leva à mulher.

Uma imediata transformação se fez notar em sua imagem, começava a surgir a mulher que eu buscava e a que ficava para trás poderia ser descrita da seguinte maneira: uma mulher tão alta que se tornava um pouco curvada, muitíssimo magra, de marcha irregular, claudicante e aparência descuidada. Nenhum traço de feminilidade se via nessa mulher.

Ivete passa a ir aos atendimentos sozinha, mais bem cuidada, limpa e até mesmo enfeitada. Mesmo sua postura corporal mais ereta e andar mais firme, nos informam de uma sensível transformação. Quando ela passa a se apresentar melhor, é imediatamente interpelada por comentários que apontam, não para a sua atitude positiva de se cuidar, mas antes para as condições das crianças (as filhas mantêm o padrão anterior de desleixo) e da casa, que não correspondiam a essa nova Ivete.

Em nossos encontros eu reconhecia e encorajava seu esforço, Ivete estava olhando para si e isso era, na minha avaliação, uma grande vitória. Mas ela estava apenas a “três passos do que se foi” (RENA, Júlia Diniz, 2011), como diz a pequena poetiza, era necessário que se cumprisse um tempo dedicado a si para que outros pudessem também merecer o seu olhar. Separá-la fisicamente de seus filhos por um intervalo de tempo era só o primeiro passo; interessava-me também proteger as crianças das conversas que obrigatoriamente deveríamos ter – conversas de adultos.

A presença das crianças nos atendimentos exige do técnico atenção redobrada para que se evite uma revitimização. Muitas vezes, no afã de se desvendar uma verdade que sustente as ações do técnico, as crianças são levadas a responder por essa verdade, a produzir um discurso possível de ser introduzido no discurso comum, como nos afirma Laurent:

O sonho de explorar a verdade da fala da criança era o de poder provar que, no discurso, havia uma tradução, uma reincorporação do gozo produzido pelo traumatismo sofrido por essas crianças infelizes. Tratava-se de produzir o verdadeiro, para introduzi-lo novamente no discurso comum, no mal-estar da civilização. Ora, Lacan considera a tentativa de reintroduzir o gozo no Outro uma das formulações da perversão. [...] Assim, extrair o objeto dessas vítimas do trauma é uma espécie de perversão do Estado, produzindo-se em nome de sua razão. (LAURENT, 2007, p. 39).

Por tanto, era necessária essa separação que, de fato, já estava em marcha e pudemos confirmar isso noutra situação ainda mais esclarecedora do que se passava com Ivete. Em uma visita domiciliar (atividade comum dos técnicos), ela nos leva ao seu quarto que, até o momento, ela dividia com três das seis crianças (todos na mesma cama) e que seguia o padrão de sujeira e desorganização do restante do ambiente doméstico. Em absoluto contraste com o resto da casa que se achava numa situação caótica, o quarto de Ivete estava pintado, limpo, arrumado. A cama

de casal com um cobre-leito que ela fez questão de informar que comprara recentemente. A cena por si só já estava carregada de simbolismo, mas Ivete ainda afirma com satisfação: “Esse quarto agora é só meu!”. Enfim, Ivete olhava para si mesma, e parecia ser um processo sem volta.

Essa mãe buscava certa fusão com os filhos que nos impedia o acesso à ela própria. Ela se misturava a eles na demanda de proteção e cuidados que dirigia à rede de atenção das políticas públicas e sua aparente fragilidade não lhe permitia assumir o título de referência familiar (adulto responsável pelo grupo, em especial pelas crianças). Por vezes, os filhos é que tinham que assumir essa posição de “cuidar” da mãe, invertendo as posições. Também do ponto de vista metodológico, era necessário e urgente esse descolamento entre Ivete e as crianças e o posterior fortalecimento dessa mulher.

Nesse contexto, acredito ser necessário destacar a emergência da negligência no âmbito institucional ou de como essa família foi acolhida na rede. Desde a chegada desse caso ao Conselho Tutelar, percebo que toda a rede se mobiliza no sentido de dar suporte a essa mulher e suas crianças, sendo o pai das crianças, supostamente, o único causador de todo o sofrimento. A psicóloga que responde pelo caso dessa família acredita que Ivete não consegue sustentar sua autoridade dando limites aos filhos.

A situação de exploração sexual em que se encontra a garota Alessandra exige outro tipo de atitude por parte do técnico que na ocasião conduzia o caso. Esse profissional solicita ao Conselho Tutelar que formalize a denúncia junto à delegacia, para que a situação de exploração sexual contra Alessandra seja investigada. Essa denúncia promove uma mudança no cenário, agora é Ivete quem recebe as notificações para comparecimento nos órgãos de defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes para responder por negligência em relação à filha e não mais o ex-companheiro.

Quanto ao homem que alicia Alessandra, recebeu notificação oficial do Conselho Tutelar, mas os relatos da mãe demonstram a ineficácia da intervenção desse órgão, fazendo-se necessário uma abordagem mais enfática com o apoio da polícia. A partir da minha experiência, percebo que a morosidade dos órgãos de responsabilização e a impunidade dos agressores tornam essas mães ainda mais desamparadas. Ivete relata que está desistindo da garota, em suas palavras: “não vou mexer mais com Alessandra, estou muito cansada”.

A situação de degradação do ambiente familiar marca uma nova fase e já se considera a possibilidade de retirada das crianças da mãe. Entre dezembro de 2005 e março de 2006, o que se observa nos registros dos outros profissionais é uma sequência de situações em que as crianças vão uma a uma se rebelando e Ivete cada vez mais pressionada pelos atores da rede de defesa e proteção social.

Assim, passam a fazer parte dos relatos da mãe, também as fugas dos filhos pequenos da escola; os pequenos furtos realizados por Alessandra, seu envolvimento com drogas e as marcas de violência que traz no corpo (arranhões, mordidas) quando retorna da casa do pai, bem como a constatação pela psicóloga de que o ambiente doméstico permanece inóspito pela desorganização e sujeira. Ivete, acuada, exige que o pai também assuma suas responsabilidades, que os agentes públicos cobrem dele também. O pai, como sempre, segue escorregadio, se esquivando das convocações e todo tipo de comunicação com ele parece impossível.

Eric Laurent (2007), em seu artigo “As novas inscrições do sofrimento da criança”, discute a posição dos operadores sociais e da justiça, a partir da descoberta de uma série de casos de pedofilia em duas cidades francesas em 2005, que, guardando as diferenças, fazem um paralelo com o que observamos em nossa realidade. Esse autor refere-se ao desafio que se impõe quando estamos diante das especificidades da violência intrafamiliar em que, por uma exigência social e jurídica, devemos buscar a verdade. Laurent afirma que:

À partir desse fato social somava-se a constatação de que os serviços sociais e a Justiça sabiam e não sabiam a que tipo de coisa as crianças haviam sido submetidas, e se consideravam impotentes para agir. [...] Algo terrível acontecia ali e não entrava no discurso comum. Diante desse estranho lugar ocupado pelas crianças vítimas, lugar pouco identificável em que a assim chamada assistencial social revelava sua falha, a Justiça, a posteriori, tentava escondê-la. (LAURENT, 2007, p. 35).

Concordamos com o autor na medida em que a resposta que nossa sociedade tem sido capaz de oferecer para esses casos até aqui, e que vão da assistência à punição, dão conta de uma parte dos casos. Quanto à punição, o autor afirma ser essa “[...] a última muralha do laço social. Quando não se sabe mais o que fazer, pune-se.” (LAURENT, 2007, p. 36). Há ainda aqueles casos em que nem a assistência, nem a justiça conseguem alcançar por estarem fora do discurso comum ou, nas palavras de Laurent, “fora-do-sentido”.

A degradação dessa família era a evidência da falha de que nos fala Laurent, e denuncia um desarranjo na relação entre a mãe e seus filhos, bem como coloca em questão a imagem de mulher abandonada e vítima do marido que Ivete sustentou até aqui. Parte disso é verdade, contudo, na medida em que as condições materiais de vida da família melhoravam, os laços pareciam se esgarçar na proporção inversa, o que contrariava as previsões do acompanhamento. É fato que para que a família viva em harmonia, é necessário que as condições básicas de sobrevivência sejam observadas, é necessário, mas não suficiente.

A garantia de moradia, educação, alimentação e saúde da família parece ter criado condições para que outro tipo de violência – esta mais sutil, cotidiana, velada e de difícil acesso – fosse notada. Dessa vez, não se tratava mais de uma situação criada pelo abandono da família pelo pai, mas antes pelo abandono das funções maternas por parte de Ivete, ainda que seu corpo se mantivesse excessivamente presente como um álibi perfeito.

Não se trata de um abandono absoluto, afinal, bem ou mal, Ivete alimenta seus filhos, leva-os à escola e ao Centro de Saúde quando necessário e está sempre por perto. Assim como não se trata de uma desfalização completa como a que nos fala Soler em relação às crianças psicóticas sobre as “mães poedeiras de objetos a abandonar, para as quais, por não se tratar de um substituto fálico, o filho não passa de um pedaço de carne”. (SOLER, 2005, p. 94). Ivete vai se tornando um enigma para os operadores da rede sobre a qual passamos a falar nesse momento.

4.3 A atuação do profissional e a circulação do caso na rede

Destacamos a intervenção profissional efetuada no caso, porque cada técnico tem liberdade para conduzir o caso como lhe for conveniente, sendo seus principais referenciais a metodologia do SOSF, as diretrizes do SUAS e do ECA, bem como a sua própria formação acadêmica. O caso em questão passou por pelo menos quatro profissionais, todos com formação em Psicologia. Por mais que se admita as diferenças que perpassam a condução de cada técnico, os documentos de referência garantem certa padronização das intervenções o que talvez justifique algumas repetições.

Neste relato, já localizamos na fala da mãe a queixa quanto à dificuldade para conseguir uma consulta com um otorrinolaringologista e posterior exame de

audiometria na rede pública de saúde. Apesar da urgência social que se coloca para o técnico da Assistência Social nesse caso, a área da Saúde estabelece outros parâmetros determinados pela urgência clínica, relativa à sobrevivência das pessoas. Assim, um exame de audiometria, principalmente por se tratar de um procedimento eletivo, deve respeitar certa ordem prevista pelo acolhimento.

Além desse que seria um argumento razoável, existem outros entraves que dizem respeito à construção do trabalho em redes intersetoriais, que dificultam o bom andamento do caso. Muitas vezes, o que deveria ser um procedimento ordinário entre duas Secretarias, transforma-se em disputa de poder, sendo necessário, em algumas situações, que o técnico responsável pelo caso sensibilize os profissionais da outra área para que esse simplesmente execute o que está previsto nos fluxos de trabalho e pactuado nos fóruns de discussão. Romagnoli (2008) cita Cunha e Cunha (2002) para comentar esses desafios, admitindo a necessidade do trabalho em rede, bem como a de sua dimensão estratégica como forma de otimizar recursos.

Para a efetivação desses aspectos é preciso ainda uma “[...] interconexão entre agentes, serviços, entidades governamentais e não governamentais, que se vinculam em torno de interesses comuns, seja na prestação de serviços ou na produção de bens, estabelecendo vínculos horizontais de interdependência e complementaridade entre si” (Cunha & Cunha, 2002, p. 18). [...] As redes são importantes na captação e ampliação de recursos públicos e privados, no fortalecimento institucional das organizações que as compõem, na capacidade de trocar experiências na construção de planos de ação para atendimento ao usuário. Além disso, são uma possibilidade de saída para a complexidade de cada caso, abordado em sua singularidade. (ROMAGNOLI, 2008, p 187-188).

A psicóloga responsável pelo caso e que opta por desligar o caso do SOSF esclarece para Ivete que é importante organizar a vida familiar e em especial manter os filhos sob certo controle, para que as medidas relativas à saúde de Ivete sejam colocadas em andamento e sugere, inclusive, a possibilidade dela passar a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Previdência Social por invalidez, justificado pelo problema de audição.

Na verdade, nesse momento, dinheiro é o menor dos problemas de Ivete, pois ela recebe dois benefícios sociais (Renda Mínima AMAS e Bolsa Família) e a pensão alimentícia do ex-marido, além de não ter despesas com aluguel, isso é muito mais do que muitas famílias atendidas por esse serviço poderiam sonhar. Concordamos com Gomes quando afirma que:

Para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. Segundo Gomes (2003), quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. (GOMES, 2005, p. 359).

Os profissionais da rede trabalharam para que essa estabilidade fosse alcançada por Ivete. Este grupo familiar já havia superado o momento mais crítico em relação à subsistência, portanto, no caso dessa família, seria necessário buscar respostas a partir de um outro ponto de vista. Seria necessária uma abordagem que superasse o padrão de reação comum entre os técnicos da Assistência Social, nos momentos em que somos desafiados pelo trabalho com estas famílias. Nossas intervenções nesses casos costumam oscilar entre a responsabilização (ou culpabilização) e a oferta infinita de benefícios.

Faltava, assim, transformar a casa em espaço de proteção e crescimento. Talvez, para além da precariedade da rede de apoio com a qual essa família possa contar, como nos fala a autora, faltem também recursos simbólicos à mãe que a tornem capaz de administrar os novos desafios que os filhos apresentam a partir da pré-adolescência. Segundo Martin e Ângelo (1999), essa não é uma prerrogativa de Ivete, a entrada das crianças na pré-adolescência parece trazer grandes conflitos para famílias pobres. Os autores descrevem da seguinte forma:

Essa vulnerabilidade da mãe é demonstrada à medida que a criança vai crescendo. Segundo os relatos das mães entrevistadas, os filhos mais velhos já não dão satisfação do seu dia e a desafiam para conseguir o que almejam. A mãe se torna impotente, frente a seu próprio filho, e nesse momento, desiste esperando que outras pessoas e que o próprio destino se encarregue do futuro desse. (MARTIN; ANGELO, 1999, p. 93).

Os casos acompanhados por nós envolvendo essa faixa etária são, na maioria das vezes, denunciados ou por violência física (tentativa desesperada de impor limites) ou, do outro lado da moeda, por negligência (absoluta deserção dos pais de suas funções de responsabilidade com os filhos), repassando ao Estado a incumbência pela proteção dessas crianças que entram precocemente no mundo adulto.

Ainda em relação à atuação técnica, observamos que a noção de vínculo é o que perpassa a relação entre o técnico e a referência familiar no processo de acompanhamento dos programas e serviços da Assistência Social. Os profissionais da psicologia são encorajados a não ir além disso e qualquer outra estratégia desenvolvida, ainda que com bom embasamento teórico, não é vista com bons olhos. A frase “aqui não é lugar para fazer terapia” é sistematicamente repetida e o que se espera do psicólogo é que cumpra sua função técnica, como qualquer outro profissional de nível superior, que significa seguir a metodologia e ter um bom conhecimento e manuseio da rede.

“Aqui não é lugar para a clínica”, essa frase pode ser esmiuçada de várias maneiras, desde uma discussão mais profunda acerca do que vem a ser o termo “clínica”, passando por suas implicações com o fazer psicológico e, por fim, alcançando as reais exigências para a prática da clínica preservando os princípios do rigor ético e teórico. Essa discussão feita pelas autoras Moreira, Romagnoli e Neves (2007) nos leva a perceber que o que hoje conhecemos como clínica social representa uma forte corrente que retira a prática psicológica do *setting* terapêutico e a coloca a disposição da população nos mais diversos postos de trabalho dentro das políticas públicas. Segundo as autoras:

Nesse sentido, concordamos com Figueiredo (1996) quando ele afirma que a clínica psicológica se caracteriza não pelo local em que se realiza “C o consultório “C, mas pela qualidade da escuta e da acolhida que se oferece ao sujeito: a escuta e a acolhida do excluído do discurso. Portanto, ser psicólogo clínico implica determinada postura diante do outro. [...] Assim, não importa em que lugar ou espaço o ato clínico aconteça, seja no âmbito privado ou público, numa relação diádica, grupal ou coletiva. Este será sempre um fazer psicológico que se pautará em concepções teóricas e metodológicas que refletirão essa postura diante do sofrimento ou fenômeno psicológico que se coloca diante dele. Melhor dizendo, o ato clínico se pautará muito mais por uma ética do que por referenciais teóricos fechados. (Dutra, 2004, s/p). (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p. 617).

De fato, a presença do psicólogo nesses serviços significa uma demanda ao saber específico construído pela Psicologia em qualquer uma das suas correntes. Este saber se expressa por uma produção discursiva, mas também por uma técnica. Se o profissional deve abdicar de seu conhecimento e evitar a escuta do inconsciente, num apego excessivo ao método e à regra, sua presença pode se tornar supérflua.

Mas há os que subvertem o que está posto e, mesmo acreditando que para muitas famílias a atuação técnica seria suficiente, para outras seria necessário (e possível) ter uma abordagem que colocasse em suspensão as questões objetivas, para alcançar a dimensão inconsciente que acreditamos ser, em alguns casos, o substrato de uma experiência de maternidade dolorosa e cheia de percalços.

Nossa escuta do sujeito não pode solapar o objetivo maior do serviço, proteger crianças e adolescentes dos abusos cometidos por seus familiares, apesar de acreditarmos que essas atitudes não são excludentes e que podem ter uma relação de complementaridade. Assim, há momentos em que devemos intervir, pontuar e alertar as mães para possíveis riscos nos quais seus filhos estejam envolvidos, mas perder de vista o sujeito mulher pode significar uma desqualificação da intervenção, que se transforma em simples tutela.

4.4 Fim do acompanhamento

A questão auditiva dessa mãe permanecia um enigma e sua resistência ao tratamento corrobora para isso. Após muita insistência, Ivete consegue a consulta com otorrinolaringologista e posterior encaminhamento para exame de audiometria. No entanto, não compareceu na data e horário agendados e perdeu a consulta.

Considero que o caso não tem um bom desenvolvimento na medida em que a família demanda constantemente a presença do serviço, bem como a do Conselho Tutelar, Ivete está sempre recorrendo a um outro para que este escute e responda por ela a todo tipo de demanda, em especial, as da maternagem. Não percebo nenhum efeito de transformação nas relações entre Ivete e seus filhos nesses dois anos de atendimento, o cotidiano conflituoso da família confirma minha avaliação. Nossa atuação se reduz a um constante “apagar de incêndios” que vão se tornando cada vez mais freqüentes. Decido apresentar o caso no contexto da supervisão psicanalítica que tem por objetivo orientar os técnicos nos casos mais difíceis. Martin e Angelo (1999) citando Lynch e Tiedje (1991) fazem a seguinte afirmação:

[...]famílias pobres possuem características relativas à estrutura e papéis familiares, processos de comunicação familiar e socialização dos filhos, que são peculiares de sua classe. [...] As interações entre pais e filhos visam à resolução de problemas e não à prevenção desses, ou seja; não há tomada de decisões antes que algo aconteça, há apenas a tentativa de solucionar um problema mediante sua concretização. Esse adiamento na

resolução dos problemas acaba comprometendo o futuro dos filhos, pois, não há planejamento do que irá acontecer com esses, as crianças já são predestinadas a falharem pela falta de perspectiva de futuro que lhes resta. (LYNCH; TIEDJE apud MARTIN; ANGELO, 1999, p. 89).

É uma descrição bastante próxima da realidade da família com a qual trabalhamos, não há como organizar um projeto para essas pessoas, pois, a todo momento, estamos resolvendo questões quase sempre urgentes, em uma imprescindível relação intersetorial, que não consegue acompanhar a velocidade dos fatos. No entanto, reconhecemos que apenas as coordenadas sociais de uma família não são indicadores suficientes para justificar uma situação de violência. Nesse sentido o momento da supervisão psicanalítica também se caracteriza como uma oportunidade para organizar os fatos, rever a condução e estabelecer, se necessário, novos rumos para a atuação técnica.

Segundo Laurent (2007), ainda se referindo ao caso de pedofilia ocorrido na França:

As pessoas encarregadas de cuidar das famílias à deriva se consideravam impotentes, ao serem confrontadas com “comportamentos irracionais de sujeitos inseridos em universos sociais totalmente desestruturados”, nos quais a miséria social e a violência desafiavam toda apreensão por meio das categorias aprovadas ou não pela moral. Mas essa verdadeira epidemia de gozo mortífero [...] nada tem de irracional, se admitimos que a razão, desde Freud, pode aproximar-se desses fenômenos. Seria melhor falar de fora-de-sentido. Podemos qualificar esses fenômenos como expressão da pulsão de morte, de um gozo que se afirma fora de todo sentido possível. Aqui é impossível reduzir os acontecimentos a causas sociológicas, por exemplo, a miséria. (LAURENT, 2007, p. 36-37).

Essa citação de Laurent é fundamental para nossa discussão. A pobreza material não é suficiente para explicar o que acontece com essa mulher. Mesmo quando as condições materiais da família melhoram, as dificuldades persistem, o que pode ser explicado pela força da pulsão de morte (Freud) ou pela dimensão de gozo mortífero (Lacan) que a mantêm fixada nessa posição de vítima e incapaz.

Os fenômenos vivenciados pela família (roubos, transgressões de toda ordem, violência física e sexual, etc.) apontam para o fora-de-sentido, a dimensão real, para além da dimensão significativa. É por isso que os operadores sociais ficam “perplexos”, pois esses fenômenos denunciam os limites dos cuidados assistenciais e revelam uma dimensão humana que deveria permanecer “recalcada”: a perversão com todas as suas facetas monstruosas! Se “A Mulher” é considerada por Lacan

como o real fora do sentido, fora da significação fálica, no caso acima, essa dimensão se evidencia na sua face mais cruel, justamente porque nesse sujeito os recursos simbólicos parecem ser mais precários. Na condução do tratamento, cabe escutar a mulher, porque as cobranças feitas à mãe a deixam completamente impotente.

Recorrer à supervisão significava buscar algum tratamento para esse fora-de-sentido que arrastava consigo o técnico impotente, bem como uma tentativa de construir outras estratégias que fossem além das recorrentes solicitações ao Conselho Tutelar para que pressionasse a família. A supervisão aponta para operações importantes que realizamos como os atendimentos feitos sem a presença da filha e a responsabilização de Ivete em relação às suas coisas – isto reforça para a mãe uma aposta em sua capacidade de responder por si e por seus filhos.

Alessandra, durante todo o acompanhamento da família, circulou entre as casas do pai e da mãe sem encontrar seu lugar, provavelmente, por esse lugar simbólico não existir no desejo dos pais. Ao lado da mãe, seu lugar assumia vários nomes e podemos listar alguns, “ouvido” e dama de companhia da mãe, cuidadora dos irmãos mais novos, serviçal que responde pela limpeza da casa. Alessandra não tinha projetos e, a partir da adolescência, reage ao temor de se ver anulada como a mãe. De maneira um tanto estabaneada e até perigosa Alessandra vai abrindo a golpes seu caminho em direção à sua autoafirmação, algo bem distante do modelo da mãe.

Os meses que se seguiram não trouxeram grandes novidades, os relatos de violação permaneceram com variação para a modalidade e os atores envolvidos. Ivete, mais que nunca, pressionada pelo Conselho Tutelar, pelo SOSF, pelo Juizado da Infância e Adolescência sem conseguir oferecer uma resposta consistente e definitiva. Em abril de 2008 me afasto do serviço e uma outra técnica, também psicóloga, assume o caso.

Os relatos de acompanhamento após minha saída seguem o mesmo padrão, mas há um acontecimento relevante, em fevereiro de 2009: após tanta insistência, Ivete passa pelo exame de audiometria e fica muito surpresa quando o médico lhe diz: “você não é surda” e ela completa “quando ele falou eu até assustei!”.

O médico solicitou uma nova avaliação que ela, evidentemente, desconsiderou. Durante cinco anos Ivete fugiu desse momento, durante todo esse tempo, ela, das mais diversas formas, insistia em não ouvir, em ser “a surda” que

dependia das filhas para se comunicar com o mundo. Sempre haveria de ter alguém entre ela e o outro. Foram muitas as ocasiões em que ela parecia aturdida, sem compreensão da realidade a sua volta, não por falta dos sentidos essenciais para apreensão do mundo, mas talvez, por escolha.

Em setembro de 2009 o caso foi desligado do SOSF por “esgotamento das possibilidades de intervenção” e encaminhado ao Juizado da Infância e da Adolescência. Na ocasião do desligamento, há dois momentos que chamam nossa atenção, vamos a eles.

Foi necessário, segundo consta nos relatos, dois atendimentos com a família para que o desligamento fosse efetuado. No primeiro deles, Alessandra faz todo tipo de acusação contra a mãe – acusações confirmadas por mais dois irmãos que estavam presentes nesse atendimento – e, pela primeira vez, fala de uma irmã por parte de mãe, a mais velha dos 12 filhos de Ivete, a adolescente diz “a mãe teve com ela os mesmos problemas que tem comigo e expulsou ela de casa”.

Em nenhum outro momento, durante todos os anos de acompanhamento nesse serviço, qualquer dos filhos fez acusações à mãe, no máximo negavam as queixas que a mãe tributava a eles. A fala de Alessandra, mais que isso, a sua disponibilidade para tal, chega um pouco tarde e não é suficiente para demover a psicóloga agora responsável pelo caso da decisão de encaminhar formalmente o caso para o Juizado da Infância e da Juventude apontando Ivete como principal agressora dessas crianças e adolescentes.

A outra observação que fazemos nesse momento específico do desligamento é a reação da própria Ivete. Segundo relato da psicóloga, Ivete foi informada do desligamento, como já dissemos, por esgotamento das possibilidades de intervenção. A psicóloga retoma os anos de atendimento desde seu início, os motivos que levaram Ivete a buscar o Conselho Tutelar em 2004, todas as intervenções feitas tanto no nível material para garantir condições mínimas de sobrevivência à família quanto no nível da orientação da educação das crianças. A psicóloga avalia com Ivete que não houve avanços, que, pelo contrário, os filhos de Ivete foram, um a um, buscando a rua e se colocando nas situações mais variadas de risco.

No relatório está registrado ainda que “Ivete apresentou dificuldades de ouvir todas as intervenções que lhe exigiam uma implicação”^(sic). A todo o momento Ivete tentava mudar de assunto e começava a queixar-se do comportamento do ex-

companheiro e de seus filhos. Quando questionada sobre o motivo pelo qual estava inserida no SOSF, Ivete teve muita dificuldade de ouvir, confusa, respondeu: “prá ajudar, por causa dos meninos, aprender... achei que era por causa que eu não recebia pensão”. A psicóloga arremata sobre o fato de Ivete ouvir apenas o que lhe é conveniente.

Foram cinco anos de acompanhamento, pelo menos quatro psicólogos passaram pelo caso e talvez Ivete pudesse responder à afirmação da psicóloga (quando afirma que Ivete apresentou dificuldades de ouvir...) de que a recíproca fora verdadeira. De fato não conseguimos alcançar a mulher que se recolhia por trás da mãe queixosa, agora vítima dos filhos que não reconhecem sua autoridade. A rapidez, intensidade e gravidade dos fatos sequestravam qualquer estratégia de aproximação empreendida para conhecer essa mulher. No discurso da mãe vítima de suas próprias incapacidades, permanece a mulher que decide não ouvir e não se pronunciar. Ausência determinada por uma anulação do sujeito que se coloca como objeto a ser abandonado pelo outro (marido, filhos, instituições).

A relação perversa da qual também nós, técnicos da rede participamos empurrou cada um dos filhos de Ivete para as aventuras da rua; com a mãe eles aprenderam o abandono e, como Alessandra, vão se tornando seres errantes, nem mesmo o laço materno os prende.

Com os técnicos da rede, Ivete deve ter se certificado de que ouvidos tapados são uma constante humana. Presume-se que toda política de assistência tenha um método, uma rotina a ser seguida, um fluxo consolidado. Não é nossa intenção culpabilizar a quem quer que seja, pelo contrário, acreditamos ser prudente avaliar a nossa intervenção e abordagem e, principalmente, contribuir para a discussão de casos.

Os casos que acompanhamos são, em sua maioria, extremamente graves e em algumas situações chegam mesmo ao limite entre a vida e a morte. Situações assim devem exigir de nós, trabalhadores muito mais que um método de qualidade, afinal muito bem construído, pois envolveu em sua construção toda a equipe das várias regionais em meses de trabalho. Contudo, o método não é suficiente e nem se propõe a isso, trata-se de um conjunto de diretrizes que oferecem ao técnico um mapa, uma orientação básica de ação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de atendimento às mães denunciadas por violar os direitos fundamentais de seus filhos sempre nos trouxe questões sobre quem de fato são essas mulheres. Em nossa experiência profissional, observamos que, ao se apresentarem para o cumprimento das medidas sócio-protetivas por determinação judicial, essas mães recorriam ao invariável discurso que ia da negação à revolta por serem obrigadas a abandonar suas rotinas para comparecerem aos atendimentos.

Com o passar do tempo e a dedicação interessada do técnico responsável pelo caso, muitas dessas mães traziam para os atendimentos suas aflições, dificuldades, esperanças, alegrias, enfim, a vida. Na relação de confiança e parceria entre o técnico responsável pelo caso e estas mulheres, muitas situações de violência intrafamiliar eram superadas. Outros casos eram mais desafiadores e nos colocavam questões para as quais os manuais, métodos e a experiência da própria equipe não bastavam.

Nesse sentido, esta pesquisa se dedicou a investigar a organização subjetiva da mãe agressora acompanhada nos serviços da Assistência Social no Município de Belo Horizonte, articulando-a a construção social da maternidade no momento atual. Assim, nos propusemos a estudar a relação entre o feminino e a maternidade e se há alguma relação dessa articulação com um aspecto da violência que se expressa pela negligência aos filhos. Nosso campo de pesquisa foi definido pela nossa prática de trabalho, a saber, acompanhamento às famílias em cumprimento de medida sócio-protetiva na Assistência Social. Dessa maneira, focamos nosso estudo nas mulheres das camadas baixas e seus filhos, público geralmente usuário da Assistência Social. Nesse contexto, levamos em consideração a dimensão sociológica e suas determinações que, sem dúvida atravessam o cotidiano dessas mulheres.

Iniciamos nosso estudo pela contextualização de nossa prática profissional procurando, a princípio, localizar na história o processo evolutivo das versões da Assistência Social que existiram no Brasil até que essa alcançasse o estatuto de política pública como é nos dias de hoje. Nosso enfoque foi nas iniciativas que, ao longo da história, priorizavam a atenção e proteção à infância das camadas baixas da população. Dessa maneira, partimos dos relatos sobre a “roda dos expostos”, dispositivo utilizado para dispensar os bebês não desejados no século XVIII,

passamos pela fase da municipalização da responsabilidade pelos bebês enjeitados até a fase da filantropia e do discurso higienista, que deposita nas mulheres a responsabilidade que extrapola os cuidados habituais com os filhos para lhe dar um caráter sócio-político.

Destacamos ainda que o campo da Assistência tem forte apelo aos artigos descritos nos Direitos Universais do Homem e no tripé dos direitos civis, políticos e sociais, todos eles previstos de alguma maneira na Constituição brasileira. É a partir dela, da Constituição Cidadã (1998) como é reconhecida, que a política nacional do Serviço Único de Assistência Social (2004) – SUAS – ganhará corpo e força de lei. Ainda que sejamos forçados a reconhecer que o campo da Assistência Social em nosso país ainda hoje carrega consigo o vício da política rasteira, da manipulação partidária, da corrupção e da barganha eleitoral, não há como negar que a partir da Constituição e da formulação do SUAS, demos um salto histórico que nos retirou definitivamente da ordem da caridade e da benesse e nos situou no âmbito do direito e da cidadania. Nessa trajetória buscamos contextualizar nosso objeto de estudo.

Na seqüência aprofundamos em um dos princípios que consideramos um dos mais importantes da política do SUAS, a matricialidade sócio-familiar. Destacamos esse princípio por traduzir uma grande mudança de paradigma na Assistência que reorganiza a prática de atendimento em todo país (antes fragmentada pelas categorias de gênero ou fases do ciclo de vida, agora uma ação afirmativa em relação à família), mas também por ser em função desse princípio que passam a existir os serviços de atenção psicossocial às famílias de maneira integral. É baseado nessa norma legal que o Serviço de Orientação e Apoio Sócio-familiar (SOSF), atualmente denominado Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e aos Indivíduos (PAEFI), passa a existir e é nesse contexto que se desenvolve nossa experiência, ponto de apoio desta pesquisa.

O princípio da matricialidade sócio-familiar adotado pelo SUAS reconhece na família um dispositivo capaz de oferecer proteção e apoio aos indivíduos nas diversas fases da vida. Por outro lado, a família é vista como um instrumento, uma ferramenta eficaz para que as políticas de Estado alcancem o indivíduo, a família passa a ser vista como um coadministrador dessas políticas. No entanto, o caráter pragmático do Estado e de toda sua máquina administrativa se vê diante de um dado novo: a fluidez e diversidade da experiência de família dos nossos tempos. Ao que parece, a mulher era o elemento mais ou menos constante nas mais diversas

formas de organização familiar. Mães, avós, tias, irmãs reconhecidas como “chefes de famílias” e referencias para as três políticas da seguridade social, saúde, previdência e assistência social.

A mulher que tem atualmente um papel central nas discussões sobre família nem sempre se ocupou tanto assim das suas funções maternas e esse reconhecimento e, de certa forma, empoderamento, também tem um custo para as mulheres. O que aprendemos com Badinter (1980) e Roudinesco (2003) é que a maternidade fez um longo percurso na história da civilização e que a mãe de nossos tempos tem poucas afinidades com aquela que, nos primeiros séculos, entregava seus bebês para as amas.

Nesse percurso reconhecemos que a maternidade, por excelência uma experiência privada, sempre foi atravessada pelo discurso sócio-político em todas as épocas, mas com ênfase para o discurso religioso e médico/científico e, mais recentemente, pelas demandas do mercado. Também não há como negar a expressiva contribuição da psicanálise, tanto na compreensão da dimensão psíquica da maternidade como na desnaturalização e desvelamento da relação entre mãe e filho. A maternidade por si já representa um ato de coragem, para além dela, a mulher ainda deve responder, a cada tempo, à demanda social de sua época. Nos dias de hoje, vemos as mulheres que escolhem (e essa também é uma novidade) enfrentar os desafios de ter um filho e se vêem embaraçadas com os primeiros anos de vida da criança e as exigências do mercado de trabalho ou da carreira profissional. Assim, prática da maternagem, como a representação social sobre qual seria o papel da mãe, sofreu grandes variações ao longo do tempo e do processo civilizatório.

Nesse ponto, dialogamos um pouco com o filósofo Jean-François Mattei, afinal, a procriação e a maternidade estão no mundo desde sempre, um mundo que a cada dia se afasta um pouco mais dos processos naturais e se lança em direção ao social, ao político, ao tecnológico (MATTÉI, 2002). Dentro dessa percepção, a maternidade, e não só ela, a própria fecundação, não se situam mais exclusivamente nos domínios da natureza. A mulher-mãe de hoje será assediada insistentemente pelas armadilhas do individualismo e sua bandeira da indiferença ao outro. Esse parece ser o movimento contrário ao ato de ser mãe, que exige da mulher uma grande dose de generosidade, a começar por dispor de seu próprio corpo para que nele se desenvolva uma vida.

Aprendemos com esse autor, que a palavra e o pensamento são os principais pilares desse mundo novo, bem como são estes pilares que nos afastam da barbárie. Podemos associar o pensamento de Mattéi ao de Lacan, que reconhece na palavra um ponto de gozo, é o simbólico que circunscreve e barra o real. A palavra é o acesso ao outro, é o que expande o universo individual e nos coloca em relação com o diferente promovendo a alteridade que faz resistência à barbárie.

Na psicanálise, a palavra terá um valor inestimável e é com Freud que ela ganha o estatuto de prescrição para a cura dos males da alma. Freud também será o primeiro a se lançar no nebuloso universo feminino e por pouco não se perde irremediavelmente. É Freud quem lança as bases para a construção de uma teoria do feminino que ainda hoje mobiliza tantos estudiosos. Os complexos de Édipo e da castração, que Freud apontou como universais, se mantiveram dentro dessa discussão, mas, para além de oferecer respostas ainda atuais, Freud nos instigou com suas questões abrindo caminho para a seqüência do debate.

A obra lacaniana aprofunda esse debate e, através da teoria dos conjuntos e da tábua da sexuação, nos apresenta uma abordagem diferente que ultrapassa a teoria freudiana dos complexos sem prescindir dela. Em Lacan a mulher se mostra como aquela que se esquivava a toda tentativa de universalização, ela é uma e, ainda assim, é não toda. O diverso marca a existência feminina e a teoria do falo (que leva os mais apressados a vê-la como mutilada) amplia suas possibilidades até o sem-limites. A maternidade vista por seus extremismos reforça o que na teoria lacaniana remete ao feminino e sua relação com o risco, com o abismo, fazendo da mulher aquela que é capaz de tudo.

Trouxemos em seguida um caso acompanhado pela pesquisadora para confrontar com os textos da psicanálise visitados nos capítulos anteriores. Trata-se de um caso em que a família, particularmente o pai, é denunciada por negligência e abandono de seus filhos, no entanto, o desenrolar do caso localiza a mãe como principal violador.

A família em questão foi acompanhada por cinco anos e desligada do serviço por esgotamento das possibilidades de intervenção, o que significa dizer: por não conseguir que a mãe respondesse de forma eficaz às exigências que se impõe a função materna. Essa mãe, por todo esse tempo e em todos os serviços da rede de políticas públicas pelos quais passou, era reconhecida por sua deficiência auditiva e,

mais que isso, pela necessidade de ter sempre uma das filhas presentes para facilitar a comunicação.

Antes de entrarmos no caso fazemos uma breve discussão sobre a violência e seu aspecto multifacetado, bem como os desafios que isso significa para seu estudo e compreensão. Fizemos um recorte sobre uma forma específica de violência, a negligência. Nesse ponto foi possível uma aproximação com o discurso psicanalítico, em especial no que diz respeito às formas de gozo na mulher e a posição do filho no inconsciente feminino.

As questões objetivas essenciais para que a família vivesse com o mínimo de dignidade (moradia, alimentação, recursos financeiros, entre outros) foram todas tratadas no âmbito institucional do serviço, dentro das possibilidades da política da Assistência Social e as respostas da própria família foram muito tímidas. Era necessária uma outra abordagem que interpelasse a mulher que se furtava a ocupar na vida de seus filhos a referência de segurança e cuidado.

Na análise do caso, buscamos trazer a mulher que havia por detrás da mãe, ainda que de maneira incipiente. Recorremos aos princípios da psicanálise e apostamos em uma possível retificação subjetiva dessa mulher com reflexos em seu exercício materno. Uma nova posição de Ivete frente à feminilidade e maternidade que fosse capaz de suprimir a condição de negligência em que viviam as crianças de forma consistente e definitiva.

O cumprimento da medida sócio-protetiva e o acompanhamento das famílias, ainda que tenha seu aspecto jurídico, demanda do técnico uma atitude bem calculada e livre de julgamentos. O técnico ou operador social, a partir de sua formação, tem papel fundamental na adesão da família ao acompanhamento para que a situação de violência seja de fato superada. É preciso ir além de nossa intuição, também necessária, mas não o suficiente para darmos conta da responsabilidade de conduzir casos tão graves. Faz-se necessário recorrer cada vez mais aos teóricos de nossas formações como interlocutores no enfrentamento aos casos de violência.

Vale lembrar que esse estudo não pretendeu esgotar a temática, nem tampouco oferecer respostas definitivas para a questão da violência (explícita ou implícita como é o caso da negligência) que leva algumas mães a ter de responder por seus atos diante dos órgãos de defesa. Antes pretendemos participar do debate a partir de certo ponto de vista teórico que, acreditamos, tem muito a contribuir com

essa discussão. Reafirmamos nossa convicção de que para algumas dessas mães o recurso possível é reconhecê-las, antes de tudo, como mulheres.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. 2004 (1969/1970). Disponível em: <<http://www.sabotagem.cjb.net>>. Acesso em: 5 set. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). Violência doméstica e exploração sexual contra crianças e adolescentes. In: CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (CMDCA). **Manual 003. (Glossário)**. BELO HORIZONTE. CMDCA. Belo Horizonte: CMDCA, 2000.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BASTOIN, Maria Aparecida de. Direito da Criança e do Adolescente e Tutela Jurisdicional Diferenciada. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2002, p. 26. Disponível em: <http://www.ucg.br/site_docente/jur/maria_aparecida/pdf/teoriada_situacao.PDF>. Acesso: em 11 jan./2012.

BELO HORIZONTE. Secretaria Adjunta de Assistência Social, Gerência de Proteção Especial, Gerência de Políticas de Proteção. Serviço de Orientação, Apoio e Proteção Sócio-Familiar (SOSF). **Manual Metodológico**: Belo Horizonte, 2004.

BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. Estratificação social. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. p 214.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (1988). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 jan.2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2001. (Legislação brasileira)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Lei Orgânica da Assistência Social** (LOAS). Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL, Diário Oficial da União. **Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Programa Bolsa família**. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>>. Acesso em: 24 de mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. 1996. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>> Acesso em: 24 de mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **Os absolutamente sós**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; CUNHA, Suzana Ezequiel da (Org.). A construção do conhecimento: uma visão histórico-filosófica. In: COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; CUNHA, Suzana Ezequiel da. **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004, p. 11-38.

DEMO, Pedro. O que é política social. Três horizontes da política social. In: DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 13-42.

DRAWIN, Carlos Roberto. O paradoxo antropológico da violência. In: **Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica**. ROSÁRIO, Ângela Buciano do; NETO, Fuad Kyrillos; MOREIRA Jacqueline de Oliveira (organizadores). Barbacena, MG: EdUEMG, 2011. P 136-148.

FARIA, Carlos Aurélio P. Fundamentos para a Formulação e Análise de Políticas e Programas de Atenção à Família. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. (Org.). **Gestão Social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, v. 1, p. 67-80.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. A psicologia como ciência independente. **Psicologia: uma nova introdução**. Editora PUC/SP. São Paulo, 2007. P 13-52.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo (1924). **O ego, o id e outros trabalhos**. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19, p. 113-143.

FREUD, Sigmund. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade (1932). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.22, p.139-165.

FREUD, Sigmund. Feminilidade (1932-1936). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.22, p. 113-134.

FREUD, Sigmund. O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.12, p. 111-119.

FREUD, Sigmund. Sexualidade feminina (1927-1931). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, 21, p. 233-251.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Negligência. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 381.

FIGUEIREDO, Nádia Rodrigues de. **Mãe social**: um estudo psicanalítico sobre a opção profissional de ser mãe. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. - Belo Horizonte, 2006.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2005, p. 357-363. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf> > Acesso em: 10 nov. 2011.

GOMEZ, Graciela Quintana. A maternidade sob a ótica da teoria pulsional. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982007000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2011.

KEHL, Maria Rita. A feminilidade fracassada. In: KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 255-268.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. da C. **Direito de família e psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 163-176.

LACAN, Jacques. Deus e o gozo d'A mulher. **O seminário, livro XX: Mais ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 09-23.

LACAN, Jacques. Diretrizes para um congresso sobre sexualidade feminina. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 734-745.

LACAN, Jacques. O desejo e o gozo. In: **O seminário, livro V: as formações do inconsciente (1957-1958)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.261-279.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro IV: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LAURENT, Eric. A sociedade do sintoma: a psicanálise hoje. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007, p. 07-47.

MARCOS, Cristina. Figuras da maternidade em Clarice Lispector ou a maternidade para além do falo. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982007000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 set. 2010.

MARIANO, Marcelo Luis Horta Silva. **O praticante de psicanálise no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS):** a intervenção retificadora e outras questões. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Belo Horizonte, 2011.

MARTIN, Viviane Barrére; ANGELO, Margareth. A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 7, n. 4, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11691999000400012&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de nov de 2011.

MATTÉI, Jean-François. **A barbárie interior:** ensaio sobre o i-mundo moderno. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

MEIRA, Yolanda Mourão. A família: uma questão de estrutura? In: PORTUGAL, Ana Maria. **O porão da família:** ensaios de psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 79-92.

MILLER, Jacques-Alain. A criança entre a mãe e a mulher. **Opção Lacaniana**, nº. 28, 1997, p. 7-12.

MILLER, Jacques-Alain. Uma partilha sexual. **Revista Clique** nº. 02, 2003, p. 3-12.

MILLER, Jacques-Alain. Os seis paradigmas do gozo. **Opção Lacaniana online**. Ano 3, Número 7, março 2012. http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_7/Os_seis_paradigmas_do_gozo.pdf
Acesso em 14 de abril 2012.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; NARDI, Henrique Caetano. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 set. 2010.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira, ROMAGNOLI, Roberta Carvalho & NEVES, Edwiges de Oliveira. O Surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2007, 27 (4), 608-621.

MOREIRA Jacqueline de Oliveira, ROSÁRIO, Ângela Buciano do, NETO, Fuad Kyrillos, (organizadores). Reflexões sobre o conceito de violência: da necessidade civilizatória à instrumentalização política. In: **Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica**. Barbacena, MG: EdUEMG, 2011. P 33-42.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. Produção de sentidos sobre a maternidade: uma experiência no Programa Mãe Canguru.

Psicologia em Estudo, v. 10, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2007.

POMMIER, Gerard. **A exceção feminina**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 1987.

PRECIOUS. Direção Lee Daniels. Produção: Sarah Siegel-Magness, Lee Daniels, Gary Magness. Intérpretes: Gabourey Sidibe, Mo'Nique, Paula Patton, Mariah Carey, Lenny Kravitz. Roteiro: Geoffrey Fletcher. EUA: Lee Daniels Entertainment / Lionsgate / Smokewood Entertainment Group, 2009. DVD (110 min.).

RENA, Ana Cláudia Castello Branco. **A clínica psicanalítica no acompanhamento a famílias em cumprimento de medida sócio-protetiva**: o atendimento às mães denunciadas por violação dos direitos dos seus filhos. 2008a. Monografia (conclusão do curso) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Núcleo Universitário Betim - Faculdade de Psicologia, Betim.

RENA, Júlia Diniz. **Tempo**. 2011b. Disponível em: <http://juliadr.blogspot.com/2010_09_01_archive.html>. Acesso em 12 de novembro de 2011.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Idéias dispersas sobre o significado de políticas sociais. In: Stengel, Márcia et. al. (Org.). **Políticas públicas de apoio sociofamiliar**. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2001, v. 1, p. 7-42.

RODRIGUES, Maria Lúcia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Org.). Metodologia multidimensional em ciências humanas um ensaio a partir do pensamento de Edgar Morin. In: RODRIGUES, Maria Lúcia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006, p. 13-32.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Reinventando a maternidade no programa mãe canguru: o encontro com as redes sociais e novas definições de maternagem. **Mnemosine**, Rio de Janeiro. v. 4, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/view/321/533>> Acesso em: 11 de mar de 2012.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O pensamento institucionalista e a transformação da família. In: CEVERNY, Ceneide (Org.). **Família, movimento e transformação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 97-119.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; RENA, Ana Cláudia Castello Branco. Breve discussão acerca da violência nas relações familiares à luz das ideias de Hanna Arendt In: **Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica** ROSÁRIO, Ângela Buciano do; NETO, Fuad Kyrillos; MOREIRA Jacqueline de Oliveira (organizadores).. Barbacena, MG: EdUEMG, 2011. P 136-148.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTIAGO, Ana Lydia. A mulher, a mãe, sua criança e outras ficções. **Curinga**, Belo Horizonte, n. 15/16, abr. 2001.

SARTI, Cynthia. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez/IEC PUC SP, 2005, p. 21-36.

SOLER, Colette. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

STENNER, Andréia da Silva. **Sexuação e modalidades de gozo na clínica com mulheres psicóticas**. 2011. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TRAVAGLIA, Iziná Helena. O outro familiar. In: PORTUGAL, Ana Maria. **O porão da família: ensaios de psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p.141-150.